

Guilherme de Souza Nucci

Curso de Direito Penal

vol. 1

Parte Geral

Arts. 1º a 120 do Código Penal

5.^a edição

revista e
atualizada



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 13.01.2021
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2021 by
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Capa: Danilo Oliveira
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

N876c

Nucci, Guilherme de Souza, 1963-

Curso de Direito Penal: parte geral: arts. 1º a 120 do código penal / Guilherme de Souza Nucci. – 5. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2021.

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-85-309-9363-4

1. Direito penal – Brasil. I. Título.

21-68516

CDU: 343.2(81)

Camila Donis Hartmann – Bibliotecária – CRB-7/6472



Sumário

CAPÍTULO I – Introdução ao Direito Penal	1
1. Noções introdutórias.....	1
1.1. Conceito de direito penal.....	1
1.2. Direito penal objetivo e subjetivo	3
1.3. Direito penal comum e especial	3
1.4. Direito penal internacional e direito internacional penal.....	4
1.5. Direito penal (substantivo) e processual (adjetivo)	5
1.6. Finalidade e função do direito penal	5
1.7. Política criminal	13
1.7.1. As velocidades do direito penal.....	15
1.7.2. A vítima no direito penal	17
1.8. Criminologia.....	17
1.9. Bem jurídico	19
2. Relacionamento do direito penal com outros ramos jurídicos	21
2.1. Direito penal e constitucional.....	21
2.2. Direito penal e civil	22
2.3. Direito penal e administrativo.....	22
2.4. Direito penal e tributário	23
2.5. Direito penal e processual penal	23
2.6. Direito penal e processual civil.....	23
2.7. Direito penal e empresarial.....	24

2.8. Direito penal e execução penal.....	24
2.9. Direito penal e penitenciário.....	24
2.10. Direito penal e infância e juventude.....	25
2.11. Direito penal e ambiental.....	25
2.12. Direito penal e econômico.....	25
2.13. Direito penal e consumidor.....	26
2.14. Direito penal e trabalhista.....	26
2.15. Direito penal e previdenciário.....	26
2.16. Direito penal e militar.....	26
2.17. Direito penal e eleitoral.....	27
3. Relacionamento do direito penal com outras ciências.....	27
3.1. Direito penal e psicologia.....	27
3.2. Direito penal e psiquiatria.....	27
3.3. Direito penal e sociologia.....	28
3.4. Direito penal e antropologia.....	28
3.5. Direito penal e medicina legal.....	28
Resumo do capítulo.....	29
CAPÍTULO II – Evolução Histórica do Direito Penal.....	31
1. Direito penal primitivo.....	31
2. Direito penal romano.....	36
3. Direito penal germânico.....	37
4. Direito penal canônico.....	38
5. Direito penal <i>comum</i> seguido do período humanitário.....	39
Resumo do capítulo.....	40
CAPÍTULO III – Escolas Penais.....	41
1. Escola clássica.....	41
2. Escola positiva.....	46
3. Escolas mistas.....	48
3.1. <i>Terza scuola</i> italiana.....	48
3.2. Escolas ecléticas e a luta das escolas.....	49
3.3. Evolução da teoria da pena.....	49
Resumo do capítulo.....	51
CAPÍTULO IV – História do Direito Penal Brasileiro.....	53
1. Brasil colônia.....	53
2. Brasil império.....	55
3. Brasil república.....	56
4. Brasil atual.....	56
Resumo do capítulo.....	57

CAPÍTULO V – Princípios de Direito Penal.....	59
1. Conceito de princípio e sua importância	59
2. Graduação dos princípios.....	61
3. Princípios regentes	62
3.1. Dignidade da pessoa humana.....	62
3.2. Devido processo legal.....	64
4. Princípios de direito penal	65
4.1. Constitucionais explícitos	65
4.1.1. Concernentes à atuação do Estado	65
4.1.1.1. Legalidade (ou reserva legal).....	65
4.1.1.2. Anterioridade	67
4.1.1.3. Retroatividade da lei penal benéfica.....	67
4.1.1.4. Humanidade.....	67
4.1.2. Concernentes ao indivíduo.....	70
4.1.2.1. Personalidade ou responsabilidade pessoal.....	70
4.1.2.1.1. A questão da cobrança da multa penal	72
4.1.2.1.2. A medida extrapenal do princípio....	73
4.1.2.2. Individualização da pena	75
4.2. Constitucionais implícitos.....	76
4.2.1. Concernentes à atuação do Estado	76
4.2.1.1. Intervenção mínima e princípios consequenciais da subsidiariedade, fragmentariedade e ofensividade.....	76
4.2.1.1.1. Ofensividade (ou lesividade).....	78
4.2.1.1.2. Insignificância e adequação social....	79
4.2.1.2. Taxatividade.....	79
4.2.1.2.1. Conceito e importância.....	79
4.2.1.2.2. Mecanismos legítimos para a construção dos tipos penais: elementos normativos, subjetivos específicos e norma em branco.....	80
4.2.1.2.3. Análise dos tipos abertos	81
4.2.1.2.4. Normas penais explicativas	95
4.2.1.2.5. Tipos remissivos.....	96
4.2.1.2.6. A influência da política criminal na construção dos tipos penais.....	96
4.2.1.3. Proporcionalidade.....	98
4.2.1.3.1. Conceito e dimensão	98
4.2.1.3.2. Alterações legislativas e desproporcionalidade.....	99
4.2.1.3.3. O princípio da proibição da proteção deficiente.....	101

4.2.1.4.	Vedação da dupla punição pelo mesmo fato	101
4.2.1.4.1.	Conceito e aplicação prática	101
4.2.1.4.2.	Correlação com a individualização da pena	102
4.2.1.4.3.	A constitucionalidade da aplicação da reincidência	103
4.2.1.4.4.	Absorção do perigo pelo dano	103
4.2.2.	Concernente ao indivíduo.....	104
4.2.2.1.	Culpabilidade.....	104
4.2.2.1.1.	Conceito e relevância	104
4.2.2.1.2.	Dolo e culpa: iniciando uma nova abordagem	106
4.2.2.1.3.	Responsabilidade penal objetiva, sua extensão na teoria do tipo e o enfoque da embriaguez voluntária ou culposa...	107
4.2.2.1.4.	Culpabilidade no campo da aplicação da pena	110
4.2.2.1.5.	Culpabilidade no processo penal.....	111
	Resumo do capítulo	112
	CAPÍTULO VI – Fontes do Direito Penal e Interpretação das Leis Penais.....	117
1.	Fontes do direito penal e do processo penal	117
1.1.	Fontes materiais.....	117
1.2.	Fontes formais.....	120
1.2.1.	Alguns instrumentos de criação do tipo penal: enfoques do tipo aberto, do tipo remissivo e da norma penal em branco....	122
1.2.2.	Alguns instrumentos de integração e interpretação da norma penal: enfoques da analogia, da interpretação analógica e da interpretação extensiva.....	125
1.2.3.	Alguns instrumentos de integração e interpretação da norma processual penal: enfoques da analogia, da interpretação analógica e da interpretação extensiva	125
1.2.4.	Medida de segurança: aspectos cautelares e executórios	125
1.2.5.	Plebiscito e referendo.....	126
1.2.6.	Interpretação e integração do direito penal	127
1.2.6.1.	Conceito de interpretação.....	127
1.2.6.2.	Espécies de interpretação	127
1.2.6.3.	Outras formas de interpretação e fontes indiretas...	137
1.2.6.4.	Analogia	143
	Resumo do capítulo	145
	CAPÍTULO VII – Legalidade e Anterioridade da Lei Penal.....	149
1.	Legalidade.....	149
1.1.	Mera legalidade e estrita legalidade	149

1.2. Legalidade como garantia humana fundamental.....	150
1.3. Legalidade material e formal	152
1.4. Leis escritas	152
2. Anterioridade.....	153
3. Extensão da palavra <i>crime</i>	154
4. Aplicação da legalidade para qualquer sanção penal.....	154
5. Eficácia dos princípios da legalidade e da anterioridade.....	155
6. Normas penais em branco.....	156
6.1. Conceito	156
6.2. Intermitência da norma penal em branco	157
6.3. Confronto entre normas penais em branco, tipos penais remetidos e normas imperfeitas ou incompletas.....	158
Resumo do capítulo	159
CAPÍTULO VIII – Aplicação da Lei Penal no Tempo.....	161
1. Conceito e alcance da lei penal no tempo.....	161
2. <i>Abolitio criminis</i> (abolição do delito).....	162
2.1. Confronto com a edição de lei penal benéfica (<i>novatio legis in mellius</i>).....	162
2.1.1. Lei penal inconstitucional benéfica	162
2.2. Confronto com a edição de lei penal prejudicial (<i>novatio legis in pejus</i>).....	163
3. Lei penal benéfica em <i>vacatio legis</i>	164
4. Combinação de leis penais e lei penal intermediária	166
4.1. Lei publicada com erros	168
4.2. Lei penal corretiva ou interpretativa.....	168
4.3. A combinação de leis penais no contexto da delação premiada	169
5. Competência para aplicação da lei penal benéfica.....	170
5.1. Competência para aplicação de interpretação mais benéfica de lei penal.....	170
6. Crime permanente e lei penal prejudicial ao réu	171
7. Crime continuado e lei penal prejudicial ao réu	172
8. Retroatividade da lei processual penal benéfica	172
9. Leis intermitentes	173
9.1. Conceito	173
9.2. Extensão e eficácia.....	174
Resumo do capítulo.....	176
Esquemas	177
CAPÍTULO IX – Tempo e Lugar do Crime.....	181
1. Tempo do crime.....	181
2. Alcance da teoria da atividade.....	182

3.	O tempo do crime nas infrações penais permanentes e continuadas	182
4.	Teorias sobre o lugar do crime.....	183
5.	Conflito aparente entre o art. 6.º do Código Penal e o art. 70 do Código de Processo Penal.....	183
6.	Lugar do crime nas infrações penais permanentes e continuadas.....	185
	Resumo do capítulo	185
CAPÍTULO X – Aplicação da Lei Penal no Espaço		187
1.	Territorialidade e extraterritorialidade	187
2.	Regras para a aplicação da lei penal no espaço	187
3.	Conceito de território e seus elementos	188
3.1.	Rios, lagos e mares fronteiriços e sucessivos	188
3.2.	Espaço aéreo.....	188
3.2.1.	Correção da parte final do § 1.º do art. 5.º do Código Penal.....	189
3.3.	Mar territorial brasileiro.....	189
4.	Território brasileiro por equiparação.....	190
4.1.	Competência para o julgamento de crimes cometidos a bordo de embarcações e aeronaves.....	190
4.2.	A lei penal e a Convenção de Tóquio	191
4.3.	Crime cometido em lugar não pertencente a qualquer país.....	192
5.	Critérios para a extraterritorialidade.....	192
5.1.	Hipóteses de extraterritorialidade condicionada.....	192
5.2.	Princípios regentes da extraterritorialidade.....	192
5.3.	Crítica à extraterritorialidade incondicionada	193
6.	Extradição.....	195
6.1.	Conceito, espécies e fonte legislativa	195
6.2.	Requisitos para a concessão	195
6.3.	Diferenças em face de repatriação, deportação e expulsão.....	200
6.3.1.	Diferenças em face de transferência de execução da pena e transferência de pessoa condenada	201
6.4.	Importância da extradição	202
6.5.	Tribunal Penal Internacional	202
6.5.1.	Introdução	202
6.5.2.	Competência do Tribunal Penal Internacional	203
6.5.3.	Dos crimes previstos no Estatuto de Roma	204
6.5.4.	Dos direitos e garantias humanas fundamentais.....	208
6.5.5.	Conclusão.....	209
7.	Pena cumprida no estrangeiro, tentativa de amenizar a não aplicação do princípio <i>ne bis in idem</i> e não recepção parcial do art. 8.º do Código Penal....	210
8.	Outras exceções à regra da territorialidade	211
8.1.	Tratados e convenções	211
8.2.	Regras de direito internacional.....	212

8.3. Imunidades diplomáticas	212
8.3.1. Abrangência, extensão e exclusão da imunidade	212
8.3.2. Características das imunidades diplomáticas	213
8.4. Imunidades consulares	214
8.5. Possibilidade de renúncia	215
8.6. Imunidades parlamentares	216
8.6.1. Imunidade substantiva	216
8.6.2. Natureza jurídica da imunidade substantiva	216
8.6.3. Características da imunidade substantiva	217
8.6.4. Imunidade processual	219
8.7. Outras imunidades e foros privilegiados	220
8.7.1. Deputados estaduais	220
8.7.2. Vereadores	220
8.7.3. Advogados	221
8.7.4. Prefeitos	222
Resumo do capítulo	222
Esquema	225
CAPÍTULO XI – Eficácia de Sentença Estrangeira	227
1. Homologação de sentença estrangeira e soberania nacional	227
2. Hipóteses para a homologação	228
2.1. Reparação civil do dano causado à vítima	228
2.2. Aplicação de medida de segurança	228
2.3. Hipótese prevista na Lei de Lavagem de Dinheiro	228
3. Efeitos da sentença condenatória estrangeira que independem de homologação	229
Resumo do capítulo	229
CAPÍTULO XII – Contagem de Prazo e Frações da Pena	231
1. Prazos penais e processuais penais	231
2. O calendário comum como parâmetro para a contagem do prazo	231
3. Frações não computáveis da pena	232
Resumo do capítulo	232
Esquema	233
CAPÍTULO XIII – Conflito Aparente de Normas	235
1. Conceito	235
1.1. Diferença entre concurso formal e concurso aparente de normas	236
2. Critério da sucessividade	236
3. Critério da especialidade	236
4. Critério da subsidiariedade (tipo de reserva)	238
5. Critério da absorção (ou consunção)	239

6. Critério da alternatividade	239
Resumo do capítulo	241
Esquemas	241
CAPÍTULO XIV Teoria do Crime	245
1. Conceito de crime	245
1.1. Conceito material	245
1.2. Conceito formal.....	246
1.3. Conceito analítico	247
1.3.1. Teoria nacional bipartida do fato típico e antijurídico, tendo a culpabilidade como pressuposto de aplicação da pena	252
2. Princípios elementares do crime	256
2.1. Causalismo	257
2.2. Neokantismo (teoria neoclássica)	258
2.3. Finalismo	259
2.4. Teoria social da ação	261
2.5. Funcionalismo	261
2.5.1. Teleológico.....	262
2.5.2. Sistêmico.....	265
2.6. Teoria da ação significativa	266
2.7. Síntese	270
3. Diferença entre crime e contravenção penal	272
Resumo do capítulo	273
Esquemas	275
CAPÍTULO XV – Sujeitos e Objetos do Crime	279
1. Sujeito ativo	279
1.1. A pessoa jurídica como sujeito ativo de crime	280
1.1.1. A responsabilidade penal da pessoa jurídica além da fronteira do crime ambiental.....	282
2. Sujeito passivo	284
3. Objetos do crime	284
3.1. Objeto material	284
3.2. Objeto jurídico.....	285
Resumo do capítulo	285
CAPÍTULO XVI – Classificação dos Crimes	287
1. Base científica da classificação	287
2. A classificação artificial	288
3. As classificações mais relevantes	288
3.1. Crimes comuns e próprios.....	288
3.1.1. Crimes de mão própria.....	289

	Sumário	XIX
3.2. Crimes instantâneos e permanentes.....		290
3.2.1. Os crimes instantâneos de efeitos permanentes (delitos de estado).....		291
3.3. Crimes comissivos e omissivos (próprios e impróprios)		292
3.4. Crimes de atividade e de resultado (materiais, formais, mera conduta e exauridos).....		293
3.5. Crimes de dano e de perigo		293
3.6. Crimes unissubjetivos e plurissubjetivos		297
3.7. Crimes simples e complexos.....		297
3.8. Crimes progressivos e progressão criminosa		298
3.9. Crime habitual.....		299
3.10. Crimes unissubsistentes e plurissubsistentes.....		300
3.11. Crimes de forma livre e de forma vinculada		300
3.12. Crimes vagos (multivitimários ou de vítimas difusas).....		300
3.13. Crimes remetidos.....		301
3.14. Crimes condicionados.....		301
3.15. Crimes de atentado (ou de empreendimento)		301
3.16. Crimes militares próprios e impróprios.....		301
3.17. Crimes comuns e políticos.....		302
Resumo do capítulo		302
CAPÍTULO XVII – Tipo e Tipicidade.....		305
1. Primeiras considerações.....		305
2. Conceito de tipo penal e sua estrutura.....		306
2.1. Elementos do tipo penal incriminador		307
2.2. Classificação do tipo.....		309
2.2.1. Tipo fechado e aberto		309
2.2.2. Tipo objetivo e subjetivo		309
2.2.3. Tipo básico e derivado.....		310
2.2.4. Tipo simples e misto		310
2.2.5. Tipo de injusto (ou tipo-total de injusto).....		311
2.2.6. Tipo indiciário.....		311
2.2.7. Tipo permissivo.....		312
2.2.8. Tipo formal e material.....		312
2.2.9. Tipo conglobante.....		316
2.2.10. Tipo congruente e incongruente		316
2.2.11. Tipo normal e anormal.....		317
2.2.12. Tipo de tendência interna subjetiva transcendente.....		317
2.2.13. Tipo remetido		317
2.2.14. Tipo de ação		317
2.3. Tipicidade.....		318
2.3.1. Tipicidade, antinormatividade e antijuridicidade.....		318

3.	Excludentes de tipicidade	319
3.1.	Princípio da adequação social	320
3.1.1.	Lesões na prática de esportes	320
3.2.	Princípio da insignificância	320
3.2.1.	Antecedentes do agente	320
3.2.2.	Violência doméstica	321
	Resumo do capítulo	321
CAPÍTULO XVIII Conduta e Resultado		323
1.	Conceito de conduta	323
2.	Elementos da conduta	325
2.1.	Enfoque particular da hipnose	327
2.2.	Enfoque particular da omissão	329
2.3.	Ações em curto-circuito e gestos habituais ou mecânicos	329
3.	Conceito de resultado	330
	Resumo do capítulo	331
CAPÍTULO XIX Elementos Subjetivos do Crime: Dolo e Culpa		333
1.	Conceito de dolo	333
2.	Distinção entre dolo genérico e dolo específico	335
3.	Características do dolo	335
4.	Conceito de dolo direto	336
4.1.	Dolo direto de primeiro grau e dolo direto de segundo grau	336
5.	Conceito de dolo indireto ou eventual	337
5.1.	Dolo eventual nos graves delitos de trânsito	338
6.	Exigibilidade do dolo direto e do dolo eventual	338
6.1.	Sobre a aplicação da pena	340
7.	Outras classificações do dolo	340
7.1.	Dolo alternativo	340
7.2.	Dolo cumulativo	341
7.3.	Dolo antecedente	341
7.4.	Dolo subsequente	342
7.5.	Dolo geral	342
8.	Conceito de culpa	343
8.1.	Culpa e tipicidade	344
9.	Distinção entre culpa inconsciente e consciente	344
10.	Elementos da culpa	345
10.1.	Princípio da confiança	347
11.	Situações peculiares no campo da culpa	348
11.1.	Culpa presumida	348
11.2.	Graus de culpa	348
11.3.	Compensação de culpas	349

4.6.4.	Concorrência de ações em homicídio	380
4.6.5.	O surgimento de novas causas geradoras do dever de garante...	380
	Resumo do capítulo	381
	Esquemas	384
CAPÍTULO XXI	Crimes Qualificados pelo Resultado.....	389
1.	Conceito.....	389
2.	Distinção entre crime qualificado pelo resultado e delito preterdoloso	390
3.	Exigência do elemento subjetivo no resultado qualificador	391
4.	Classificação dos crimes qualificados pelo resultado	391
	Resumo do capítulo	393
CAPÍTULO XXII – Ilicitude	395
1.	Conceito de ilicitude (antijuridicidade)	395
1.1.	Terminologia.....	395
1.2.	Ilicitude formal e material	396
2.	Excludentes de ilicitude	397
3.	Elemento subjetivo nas excludentes	399
4.	Estado de necessidade	402
4.1.	Conceito e fundamento	402
4.2.	Espécies de estado de necessidade	402
4.2.1.	Estado de necessidade justificante e exculpante.....	402
4.2.2.	Estado de necessidade agressivo e defensivo	404
4.3.	Requisitos do estado de necessidade	405
4.3.1.	Existência de perigo atual.....	405
4.3.2.	Involuntariedade na geração do perigo	405
4.3.3.	Inevitabilidade do perigo e inevitabilidade da lesão.....	407
4.3.4.	Proteção a direito próprio ou de terceiro	407
4.3.5.	Proporcionalidade do sacrifício do bem ameaçado.....	408
4.3.5.1.	A recusa de transfusão de sangue por testemunhas de Jeová.....	408
4.3.5.2.	A recusa da transfusão de sangue em crianças e adolescentes provocada pelos pais ou representante legal	409
4.3.6.	Dever legal de enfrentar o perigo	410
4.4.	Causa de diminuição de pena.....	410
4.5.	Indispensabilidade da prova	410
5.	Legítima defesa	411
5.1.	Conceito e fundamento	411
5.2.	Elementos da legítima defesa.....	412
5.2.1.	Conceito de agressão.....	412
5.2.1.1.	Cautela na verificação das posições de agressor e vítima	413

5.2.2.	Injustiça da agressão	414
5.2.3.	Atualidade ou iminência da agressão	414
5.2.3.1.	Legítima defesa presumida	415
5.2.4.	Agressão contra direito próprio ou de terceiros	415
5.2.4.1.	Legítima defesa de terceiro e consentimento do agredido.....	416
5.2.5.	Utilização dos meios necessários para a reação	417
5.2.6.	Moderação da reação	418
5.2.7.	Proporcionalidade na legítima defesa.....	419
5.2.7.1.	Ofendículos.....	419
5.2.7.1.1.	Conceito e natureza jurídica.....	419
5.2.7.1.2.	Critérios para a sua utilização	420
5.2.7.1.3.	Uso de animais	422
5.2.7.1.4.	Exemplos de ofendículos	423
5.3.	Outras questões polêmicas envolvendo a legítima defesa	424
5.3.1.	Legítima defesa da honra	424
5.3.1.1.	Legítima defesa da honra no contexto do adultério ...	425
5.3.2.	Legítima defesa da honra <i>versus</i> legítima defesa efetiva: a tragédia da Piedade (o assassinato de Euclides da Cunha)	427
5.3.3.	Legítima defesa contra legítima defesa (legítima defesa recí- proca) ou contra qualquer outra excludente de ilicitude.....	431
5.3.4.	Legítima defesa contra pessoa jurídica	431
5.3.5.	Legítima defesa contra agressão de inimputáveis	431
5.3.6.	Legítima defesa sucessiva	432
5.3.7.	Legítima defesa contra multidão	432
5.3.8.	Legítima defesa contra provocação.....	433
5.3.9.	Legítima defesa nas relações familiares	433
5.3.10.	Legítima defesa por omissão	434
5.3.11.	Legítima defesa praticada por inimputáveis	435
5.3.12.	Legítima defesa da comunidade	435
5.3.13.	Legítima defesa <i>contra</i> animais.....	435
5.3.13.1.	Legítima defesa <i>em prol</i> de animais.....	436
5.3.14.	Legítima defesa contra atos preparatórios	436
5.3.15.	Legítima defesa contra crime impossível	436
5.3.16.	Legítima defesa putativa e pretexto de legítima defesa	437
5.3.17.	Legítima defesa contra autoridades e agentes policiais.....	437
5.3.18.	Legítima defesa em favor de refém	437
6.	Estrito cumprimento do dever legal	438
6.1.	Conceito e fundamento	438
6.2.	Situações específicas de cumprimento do dever legal	438
7.	Exercício regular de direito	439
7.1.	Conceito e fundamento	439
7.1.1.	Diferenças entre o estrito cumprimento do dever legal e exercício regular de direito.....	439

7.2.	Situações específicas de exercício regular de direito	440
7.2.1.	Utilização de cadáver por faculdade de medicina.....	440
7.3.	Hipóteses polêmicas no contexto do exercício regular de direito	441
7.3.1.	O estupro da esposa praticado pelo marido	441
7.3.2.	O trote acadêmico ou militar.....	441
7.3.3.	Os castigos dos pais e dos professores	441
7.3.3.1.	Correção disciplinar de filho alheio	442
7.3.4.	As lesões praticadas no esporte	442
8.	Consentimento do ofendido.....	442
8.1.	Conceito e fundamento	442
8.1.1.	Consentimento do ofendido e tipicidade	445
8.2.	Requisitos da excludente do consentimento do ofendido	447
9.	Excessos no contexto das excludentes	448
9.1.	Excesso doloso.....	449
9.2.	Excesso culposos.....	449
9.3.	Excesso exculpante.....	449
9.4.	Excesso acidental.....	450
9.5.	Excessos intensivo e extensivo.....	450
	Resumo do capítulo	451
	Esquema	452
CAPÍTULO XXIII – Culpabilidade		453
1.	Conceito e fundamento	453
1.1.	Culpabilidade formal e material	454
1.2.	Coculpabilidade	454
1.3.	Tipo positivo e negativo de culpabilidade.....	455
1.4.	Culpabilidade do fato e do autor.....	455
2.	Teorias da culpabilidade	457
2.1.	Psicológica (causalista)	457
2.2.	Psicológico-normativa (neokantista ou clássica)	458
2.3.	Normativa pura (finalista)	458
2.4.	Funcionalista.....	459
2.5.	Significativismo	460
2.6.	Síntese.....	462
3.	Excludentes de culpabilidade.....	464
3.1.	Excludentes concernentes ao agente do fato.....	464
3.1.1.	Imputabilidade penal.....	464
3.1.2.	Doença mental e desenvolvimento mental incompleto ou retardado	464
3.1.2.1.	Conceito de doença mental	465
3.1.2.2.	Conceito de desenvolvimento mental incompleto ou retardado.....	466

3.1.2.3.	A questão do indígena.....	467
3.1.2.4.	Doenças da vontade e personalidades antissociais	467
3.1.2.5.	Importância da perícia médica	468
3.1.2.6.	Natureza jurídica da decisão absolutória imprópria	469
3.1.2.7.	Conceito de perturbação da saúde mental	469
3.1.2.8.	Critério para a diminuição da pena e isenção de pena.....	469
3.1.3.	A verificação de inimputabilidade penal e o princípio processual da prevalência do interesse do réu (<i>in dubio pro reo</i>)...	469
3.1.4.	Embriaguez decorrente de vício	470
3.1.5.	Menoridade	471
3.1.5.1.	Início da maioridade penal aos 18 anos.....	472
3.1.5.2.	Inimputabilidade e crime permanente.....	472
3.2.	Excludentes concernentes ao fato	473
3.2.1.	Coação moral irresistível.....	473
3.2.1.1.	Elementos da coação moral irresistível.....	473
3.2.1.2.	Existência de apenas duas pessoas no âmbito da coação moral irresistível.....	475
3.2.2.	Elementos da obediência hierárquica.....	475
3.2.2.1.	Análise da legalidade da ordem	476
3.2.2.2.	Punição do coator ou do autor da ordem.....	477
3.2.3.	Embriaguez decorrente de caso fortuito ou força maior.....	477
3.2.3.1.	Embriaguez voluntária ou culposa	477
3.2.3.2.	Embriaguez voluntária e legítima defesa putativa ...	478
3.2.3.3.	A teoria da <i>actio libera in causa</i>	479
3.2.3.4.	<i>Actio libera in causa</i> e consentimento do ofendido ...	481
3.2.3.5.	Caso fortuito ou força maior	482
3.2.3.6.	Embriaguez incompleta fortuita	482
3.2.4.	Inexigibilidade de conduta diversa	482
4.	Emoção e paixão.....	484
4.1.	Emoção.....	484
4.1.1.	Espécies de emoções.....	485
4.2.	Paixão.....	485
	Resumo do capítulo	485
CAPÍTULO XXIV Erro de Tipo e Erro de Proibição.....		489
1.	Erro e ignorância	489
2.	Erro de tipo	489
2.1.	Elemento constitutivo do tipo	491
2.2.	Permissão para punição por crime culposos.....	491

2.3.	Erro escusável e inescusável.....	492
2.4.	Erro essencial e acidental	492
2.5.	Erro quanto à pessoa.....	493
2.6.	Erro determinado por terceiro	493
3.	Erro de proibição.....	493
3.1.	Diferença entre desconhecimento da lei e erro quanto à ilicitude	494
3.2.	Erro de proibição escusável e inescusável.....	494
3.2.1.	Crítérios para identificar o erro inescusável ou evitável.....	495
3.3.	Diferença entre crime putativo e erro de proibição.....	495
3.4.	Conceito de descriminantes putativas.....	496
3.4.1.	Divisão das descriminantes putativas.....	496
3.4.2.	Natureza jurídica das descriminantes putativas.....	496
	Resumo do capítulo.....	498
	Esquemas	500
CAPÍTULO XXV – Crime Consumado e Tentativa		505
1.	Crime consumado	505
2.	Tentativa.....	505
2.1.	Conceito de crime tentado.....	505
2.1.1.	Significado da expressão “salvo disposição em contrário”...	506
2.1.2.	Tentativa qualificada.....	506
2.2.	Natureza jurídica da tentativa.....	506
2.3.	Teorias fundamentadoras da punição da tentativa.....	507
2.4.	Dolo e culpa na tentativa.....	508
2.5.	Conceito e divisão do <i>iter criminis</i>	508
2.6.	Os critérios para a verificação da passagem da preparação para a execução do crime.....	509
2.7.	Tentativa e dolo eventual.....	512
2.8.	Tentativa e crime de ímpeto.....	515
2.9.	Infrações que não admitem a tentativa	516
2.10.	Crítério para a diminuição da pena na tentativa.....	518
2.11.	Distinção entre tentativa perfeita e imperfeita	519
2.12.	Diferença entre crime falho e tentativa falha.....	519
3.	Desistência voluntária.....	519
3.1.	Conceito e natureza jurídica.....	519
3.2.	Desistência momentânea	521
3.3.	A questão da execução retomada.....	521
4.	Arrependimento eficaz	522
4.1.	Conceito e natureza jurídica.....	522
4.2.	Distinção entre voluntariedade e espontaneidade.....	523
4.3.	Diferença entre desistência ou arrependimento e tentativa	523
5.	Arrependimento posterior	523
5.1.	Conceito e natureza jurídica.....	523

5.2. Requisitos para a aplicação	523
5.2.1. Violência culposa, presumida e imprópria	524
5.2.2. A indevida reparação	525
5.2.3. Necessidade de efeito patrimonial	525
5.2.3.1. A reparação do dano moral	526
5.2.4. Negativa da vítima em receber a indenização ou a coisa	526
5.2.5. Voluntariedade e espontaneidade	527
5.2.6. Critérios para a diminuição	527
5.2.7. Análises das Súmulas 554 e 246 do STF	528
5.2.8. Incomunicabilidade da causa de diminuição da pena no concurso de pessoas	528
6. Crime impossível	529
6.1. Conceito e natureza jurídica	529
6.2. Fundamento da não punição do crime impossível	529
6.3. Diferença entre tentativa inidônea e erro de tipo	530
6.4. Diferença entre crime impossível e crime putativo	530
6.5. Requisitos essenciais para o reconhecimento do crime impossível... ..	530
6.5.1. Ineficácia absoluta do meio	530
6.5.2. Absoluta impropriedade do objeto	530
6.5.3. Momento de avaliação da idoneidade do meio ou do objeto... ..	531
6.6. Flagrante provocado ou preparado	531
6.7. Flagrante esperado	532
6.8. Questões polêmicas	532
6.8.1. Furto sob vigilância	532
6.8.2. Tiros em carro blindado	533
Resumo do capítulo	533
Esquemas	536
CAPÍTULO XXVI – Concurso de Pessoas	539
1. Conceito e natureza jurídica	539
2. Teorias acerca da autoria no concurso de pessoas	540
2.1. Teoria do domínio do fato	541
3. A punição do partícipe	543
4. Concurso de agentes e crime plurissubjetivo	543
5. Requisitos para configurar o concurso de agentes	544
6. Inovações introduzidas pela Reforma Penal de 1984	544
6.1. Inserção da expressão <i>na medida da sua culpabilidade</i> no caput do art. 29	544
6.2. Participação de menor importância	545
6.3. Participação em crime menos grave (cooperação dolosamente distinta)	545
6.3.1. A previsibilidade do resultado mais grave	546

7. Concurso entre maior e menor de 18 anos.....	546
8. Coautoria e participação em crime culposo.....	547
9. Autoria colateral.....	548
9.1. Autoria incerta.....	549
10. Coautoria e participação nos crimes omissivos.....	549
10.1. Participação por omissão em crime comissivo.....	550
10.2. Convivência.....	550
11. Participação posterior à consumação.....	550
11.1. Coautoria sucessiva.....	552
12. Participação e cumplicidade.....	553
12.1. Participação em cadeia.....	553
13. Executor de reserva.....	553
14. Participação em <i>ação</i> dolosa ou culposa alheia.....	554
15. Circunstâncias incommunicáveis.....	555
15.1. Circunstâncias e condições de caráter objetivo.....	555
15.2. Elementares do crime.....	555
16. A polêmica relativa ao concurso de pessoas no infanticídio.....	556
17. Casos de impunibilidade.....	558
Resumo do capítulo.....	559
CAPÍTULO XXVII Teoria Geral da Pena.....	561
1. Conceito de pena.....	561
2. Fundamentos da pena.....	563
2.1. Sistemas celulares de cumprimento da pena.....	563
3. Teorias acerca do crime e da punição.....	563
3.1. Abolicionismo penal.....	563
3.2. Direito penal mínimo.....	567
3.3. Direito penal máximo (tolerância zero) e teoria das janelas quebra- das.....	568
3.4. Garantismo penal.....	571
4. Direito penal do inimigo.....	572
4.1. Prós e contras do direito penal do inimigo.....	574
5. Justiça retributiva <i>versus</i> justiça restaurativa.....	575
6. Cominação das penas.....	577
7. Princípios aplicáveis à pena.....	578
8. Espécies de penas.....	578
Resumo do capítulo.....	579
CAPÍTULO XXVIII Penas Privativas de Liberdade.....	581
1. Modelos prisionais.....	581
1.1. Diferenças entre as penas de reclusão, detenção e prisão simples.....	581
2. Regime inicial, fundamentação e progressão no cumprimento da pena.....	582

2.1.	Utilização do art. 59 do Código Penal para a fixação do regime de cumprimento da pena.....	583
2.2.	Imprescindibilidade do regime inicial fechado.....	584
2.3.	Requisitos para a progressão de regime	584
2.3.1.	Merecimento e exame criminológico	585
2.4.	Execução das penas resultantes de crimes hediondos e comuns	589
2.5.	Critérios para a regressão a regime mais rigoroso.....	590
2.5.1.	Falta grave e prescrição.....	591
2.5.2.	Adaptação do regime e regressão	591
2.5.3.	Sustação cautelar do regime semiaberto ou aberto.....	592
2.5.4.	A questão da falta grave.....	592
2.5.4.1.	Relação entre falta grave e crime.....	593
2.5.4.2.	Falta grave e previsão legal.....	593
2.6.	A (in)viabilidade da progressão <i>por salto</i>	594
2.7.	Cumprimento das penas mais graves em primeiro lugar	594
2.8.	Exigência da reparação do dano ou devolução do produto do ilícito para a progressão de regime.....	595
2.9.	Inviabilidade de alteração do regime inicial fixado na condenação pelo juiz da execução	596
2.10.	Permissão legal para o juiz da condenação fixar o regime inicial em função da detração	596
3.	Regime fechado.....	597
3.1.	Local de cumprimento da pena no regime fechado	597
3.2.	Regime fechado e gravidade do crime.....	598
3.3.	A aplicação do regime fechado à pena de detenção	599
3.4.	Escolha do regime em caso de aplicação concomitante de reclusão e detenção.....	599
3.5.	Pena fixada no mínimo e regime prisional mais severo.....	599
3.6.	Regime disciplinar diferenciado.....	600
3.6.1.	A constitucionalidade do regime disciplinar diferenciado	602
3.7.	O trabalho externo do sentenciado.....	603
3.8.	Permissão de saída	604
4.	Regime semiaberto.....	604
4.1.	Local de cumprimento da pena no regime semiaberto.....	604
4.2.	Saídas temporárias e trabalho externo	605
4.3.	Situação do índio.....	606
4.4.	Falta de vagas no regime semiaberto	606
4.4.1.	Regime inicial semiaberto e falta de vagas em colônia	606
4.4.2.	Progressão para o semiaberto e falta de vagas na colônia....	607
4.5.	A questão do estrangeiro.....	608
5.	Regime aberto	608
5.1.	Local de cumprimento da pena no regime aberto.....	608

5.2.	A fixação do regime aberto na sentença condenatória	609
5.3.	Regime aberto e crime militar	610
5.4.	Condições para o regime aberto	610
5.5.	Hipóteses de regressão do aberto a regime mais rigoroso	610
6.	Direitos do preso	611
6.1.	Direitos constitucionais e gerais.....	611
6.2.	Direito à visita íntima	612
6.3.	Direito de cumprir a pena no local do seu domicílio e inclusão em presídio federal	612
6.4.	Direito do preso à execução provisória da pena	613
6.4.1.	Execução provisória e prisão especial.....	614
7.	Trabalho do preso.....	615
7.1.	Distinção entre trabalho forçado e obrigatório.....	615
7.2.	Trabalho do preso e remição.....	616
7.2.1.	Perda dos dias remidos e falta grave.....	616
7.2.2.	Inexistência de oportunidade de trabalho e preso provisório	617
7.2.3.	Remição pelo estudo.....	618
7.3.	Preso provisório e remição.....	619
7.4.	Benefícios previdenciários	619
8.	Superveniência de doença mental.....	621
9.	Detração.....	622
9.1.	Conceito	622
9.2.	Cômputo da prisão provisória na medida de segurança.....	622
9.3.	Ligação entre a prisão provisória e a pena concreta para aplicar a detração	622
9.4.	Detração e pena de multa.....	623
9.5.	Detração e determinação do regime inicial da pena	623
9.6.	Detração e suspensão condicional da pena	624
9.7.	Detração e medidas cautelares alternativas à prisão.....	624
	Resumo do capítulo	625
CAPÍTULO XXIX – Penas Restritivas de Direitos		629
1.	Conceito e natureza jurídica das penas restritivas de direitos.....	629
2.	Espécies de penas restritivas de direitos.....	630
3.	Requisitos objetivos para a concessão das penas restritivas de direitos.....	630
3.1.	Delação premiada.....	632
3.2.	Crimes hediondos e equiparados.....	632
3.3.	Violência doméstica ou familiar.....	632
3.4.	Reincidência em crime doloso	633
4.	Requisitos subjetivos à concessão das penas alternativas	633
4.1.	Concessão da pena alternativa para estrangeiro	634

5.	Conversão durante o cumprimento da pena	634
5.1.	Composição com o disposto no art. 60, § 2.º, do Código Penal	634
6.	Reconversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade	636
6.1.	Saldo da pena privativa de liberdade após a reconversão	637
6.2.	Reconversão facultativa por condenação a pena privativa de liberdade	638
6.3.	Reconversão fundada em lei e não em desejo do condenado	638
7.	Particularidades quanto ao cumprimento das penas restritivas de direitos...	638
7.1.	Prestação pecuniária	638
7.1.1.	Hipótese de despenalização	639
7.1.2.	Prestação de outra natureza	639
7.1.3.	Competência para aplicação da prestação de outra natureza	640
7.2.	Perda de bens e valores	641
7.3.	Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas	641
7.4.	Interdição temporária de direitos	643
7.4.1.	Proibição do exercício de cargo, função ou atividade pública, bem como de mandato eletivo, profissão, atividade ou ofício dependentes de autorização ou regulamentação do poder público, embora na esfera privada	643
7.4.2.	Proibição de dirigir	644
7.4.3.	Proibição de frequentar lugares	644
7.4.4.	Proibição de se inscrever em certames públicos	645
7.5.	Limitação de fim de semana	645
	Resumo do capítulo	645
CAPÍTULO XXX – Pena Pecuniária		647
1.	Conceito e destinação da multa	647
2.	CrITÉrio para a individualização da pena de multa	648
2.1.	Exceções ao critério do dia-multa	649
3.	Inviabilidade de suportar o pagamento da pena de multa ou das custas	649
4.	Constitucionalidade da fixação do valor do dia-multa em salário mínimo	650
5.	Constitucionalidade da atualização monetária da multa	650
5.1.	Termo inicial de incidência da correção monetária	651
6.	Multa como dívida de valor	651
6.1.	A competência judiciária para a execução da pena pecuniária	651
6.2.	A extinção da punibilidade da pena de multa enviando-se certidão de dívida ativa para a esfera cível	653
6.3.	Multa irrisória	654
6.4.	Condenado preso e cobrança da multa	654
6.5.	<i>Habeas corpus</i> e pena de multa	654
6.6.	Causas interruptivas e suspensivas da prescrição	654
	Resumo do capítulo	655

CAPÍTULO XXXI – Cominação de Penas	657
1. Conceito de cominação de penas.....	657
2. Penas privativas de liberdade.....	657
3. Penas restritivas de direitos.....	658
4. Multa.....	659
Resumo do capítulo.....	659
CAPÍTULO XXXII – Aplicação da Pena	661
1. Conceito.....	661
2. Circunstâncias judiciais.....	663
2.1. Momentos de ocorrência e de avaliação.....	664
3. A política da pena mínima.....	664
3.1. Fixação acima do mínimo legal.....	666
4. Possibilidade de aplicação da pena máxima.....	666
4.1. Viabilidade de o Tribunal reavaliar as circunstâncias judiciais.....	668
5. Culpabilidade.....	668
5.1. Dolo intenso e culpa grave.....	670
6. Antecedentes.....	670
6.1. Maus antecedentes.....	671
6.2. Caducidade dos maus antecedentes.....	671
6.3. Maus antecedentes e reincidência.....	672
6.4. Prova dos antecedentes.....	672
7. Conduta social.....	672
8. Personalidade.....	674
8.1. Agressividade e personalidade antissocial.....	676
8.2. Perversidade.....	677
8.3. Personalidade voltada ao crime.....	677
8.4. Momento de avaliação da personalidade.....	678
8.5. Possibilidade de avaliação da personalidade pelo julgador e críticas levantadas.....	678
9. Motivos do crime.....	682
9.1. Motivo do crime e premeditação.....	683
10. Circunstâncias do crime.....	684
10.1. Espécie de arma e homicídio.....	684
10.2. Gravidade do delito servindo para aumentar a pena-base.....	684
11. Consequências do crime.....	684
11.1. Consequências e crime continuado.....	685
12. Comportamento da vítima.....	685
13. Pena-base.....	687
13.1. Critérios para a fixação da pena-base.....	687
14. Cautela para a não incidência no <i>bis in idem</i>	688

15. Limites mínimo e máximo previstos no preceito secundário do tipo penal incriminador	688
16. Fixação do regime inicial de cumprimento da pena.....	689
16.1. Fixação do regime sem fundamentação.....	689
16.2. Substituição da pena privativa de liberdade	690
16.3. Fixação da pena no mínimo legal prescinde de motivação	690
17. Critérios especiais da pena de multa.....	690
17.1. Aumento (e diminuição) da pena de multa.....	690
18. Agravantes e atenuantes.....	691
18.1. Conceito	691
18.2. <i>Quantum</i> das agravantes e atenuantes.....	691
19. Diferença entre elementares e circunstâncias.....	691
20. Necessidade de evitar o <i>bis in idem</i>	692
21. Rol taxativo para agravantes e exemplificativo para atenuantes	692
22. Divisão do rol das agravantes.....	692
23. Reincidência.....	693
23.1. Conceito	693
23.2. Reincidência e o princípio constitucional da vedação da dupla punição pelo mesmo fato (<i>ne bis in idem</i>).....	694
23.3. Espécies de reincidência.....	695
23.4. Primariedade e reincidência	696
23.5. Cometimento de crime no dia em que transita em julgado a sentença condenatória por crime anterior	696
23.6. Prova da reincidência.....	696
23.7. Reincidência e pena de multa	696
23.8. Efeitos da reincidência.....	697
23.9. Caducidade da condenação anterior	697
23.10. Inclusão dos prazos do <i>sursis</i> e do livramento condicional.....	698
23.11. Crimes militares próprios e impróprios.....	698
23.12. Crimes políticos.....	699
24. As demais agravantes previstas no inciso II do art. 61 do Código Penal....	699
24.1. Motivo fútil	699
24.1.1. Motivo fútil e ausência de motivo.....	700
24.1.2. Motivo fútil e motivo injusto	700
24.1.3. A questão do ciúme.....	701
24.1.4. Embriaguez e futilidade.....	701
24.2. Motivo torpe e a particularidade da vingança.....	701
24.3. Motivação torpe específica.....	702
24.4. Traição, emboscada, dissimulação ou outro recurso que dificulte ou impossibilite a defesa da vítima.....	703
24.5. Emprego de veneno, fogo, explosivo, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que podia resultar perigo comum.....	704

24.6. Relações familiares	705
24.7. Abuso de autoridade e relações do lar	705
24.8. Abuso de poder e violações de dever	706
24.9. Covardia	708
24.10. Proteção da autoridade	711
24.11. Situação de desgraça particular ou calamidade pública.....	711
24.12. Embriaguez preordenada	711
24.13. Agravantes previstas em legislação especial	712
24.14. Agravantes no caso de crime cometido por mais de uma pessoa.....	712
25. Atenuantes	714
25.1. Fixação da pena abaixo do mínimo legal.....	714
25.2. Menoridade relativa	714
25.3. Desconhecimento da lei	716
25.4. Relevante valor social ou moral.....	717
25.5. Arrependimento	717
25.6. Coação resistível, obediência indevida e influência de emoção	718
25.7. Confissão espontânea	719
25.8. Influência de multidão, em meio a tumulto	721
25.9. Atenuante inominada	721
25.10. Atenuantes em leis especiais	722
26. Compensação das agravantes e atenuantes	722
26.1. Reincidência <i>versus</i> confissão espontânea	724
26.2. Multirreincidência <i>versus</i> confissão espontânea	725
27. Cálculo da pena	725
27.1. Sistemas para a fixação da pena	725
27.2. Cuidado especial para evitar a dupla agravação pelo mesmo motivo	726
27.3. Conceito de causas de aumento e diminuição.....	726
27.4. Conceito de qualificadoras e privilégios	727
27.5. Existência de duas ou mais qualificadoras.....	727
27.6. Compensação entre circunstâncias judiciais e legais.....	728
27.7. Concurso entre causas de aumento e de diminuição	728
27.8. Critério para aplicação dos aumentos e das diminuições.....	729
Resumo do capítulo	730
Esquemas	733
CAPÍTULO XXXIII – Concurso de Crimes.....	741
1. Conceito e critério de análise.....	741
2. Sistemas cabíveis ao concurso de crimes.....	741
2.1. Sistema da acumulação material	741
2.2. Sistema da acumulação jurídica	742
2.3. Sistema da absorção	742
2.4. Sistema da exasperação da pena.....	742

3.	Concurso material.....	742
3.1.	Critérios para a aplicação da pena.....	743
3.2.	Aplicação cumulativa de reclusão e detenção	743
3.3.	Concurso material moderado.....	744
3.4.	Possibilidade de cumulação de pena privativa de liberdade com restritiva de direitos	744
3.5.	Cumprimento simultâneo ou sucessivo de penas restritivas de direitos	744
4.	Concurso formal.....	744
4.1.	Concurso formal entre tipos omissivos.....	744
4.2.	Concurso formal entre roubo e corrupção de menor	745
4.3.	Grau de aumento da pena.....	745
4.4.	Concorrência de concursos.....	745
4.5.	Concurso formal perfeito e imperfeito.....	746
4.6.	A dúvida e o concurso formal perfeito.....	747
4.7.	Concurso material favorável ou benefício	747
5.	Crime continuado	748
5.1.	Conceito e aspectos históricos.....	748
5.2.	Natureza jurídica.....	749
5.3.	Requisitos para o reconhecimento do crime continuado.....	750
5.3.1.	Crimes da mesma espécie	750
5.3.1.1.	Roubo e latrocínio.....	751
5.3.1.2.	Estupro e estupro de vulnerável.....	752
5.3.2.	Condições de tempo	752
5.3.3.	Condições de espaço.....	752
5.3.4.	Formas de execução	753
5.3.5.	Outras circunstâncias semelhantes	753
5.3.6.	Delinquência habitual ou profissional.....	754
5.3.7.	Crime habitual continuado	754
5.3.8.	Critério de dosagem do aumento.....	755
5.3.9.	A unidade de desígnio no crime continuado	755
5.3.10.	Crime continuado e delito culposos.....	757
5.3.11.	Crime continuado e inimizabilidade	758
5.3.12.	Crimes praticados contra vítimas diferentes, bens pessoais e cálculo específico.....	758
5.3.13.	Ações concomitantes, contemporâneas ou simultâneas	758
5.3.13.1.	Envenenamento e crime continuado.....	759
5.3.14.	Espécies de crime continuado	759
5.3.15.	Diferença entre crime continuado e delito habitual	759
5.3.16.	Diferença entre concurso de crimes e reincidência.....	760
5.3.17.	Crime continuado e suspensão condicional do processo....	760
5.3.18.	Referências ao art. 70, parágrafo único, e ao art. 75	761

6. Multa no concurso de crimes.....	762
Resumo do capítulo	762
Esquemas	764
CAPÍTULO XXXIV – Erro na Execução e Resultado Diverso do Pretendido	769
1. Conceito de erro na execução (<i>aberratio ictus</i>)	769
2. Espécies de <i>aberratio ictus</i> (art. 73, CP)	770
3. Situações possíveis no caso de erro na execução.....	770
4. Responsabilidade penal objetiva nas aberratios.....	771
5. Conceito de resultado diverso do pretendido (<i>aberratio criminis ou aberratio delicti</i>).....	771
6. Situações possíveis no caso de resultado diverso do pretendido	772
Resumo do capítulo	773
CAPÍTULO XXXV – Limite de Penas e Unificação	775
1. Fundamento para o limite das penas	775
2. Unificação de penas	778
2.1. Unificação das penas em 40 anos.....	778
2.2. Unificação das penas e fuga do condenado	779
2.3. Modo de unificação	780
3. Cumprimento da pena mais grave em primeiro lugar	780
Resumo do capítulo	781
CAPÍTULO XXXVI – Suspensão Condicional da Pena	783
1. Conceito e aspectos históricos.....	783
2. Espécies de <i>sursis</i>	784
3. Faculdade do juiz ou direito subjetivo do réu	785
3.1. Violência doméstica.....	785
3.2. <i>Sursis</i> e concurso de crimes.....	785
3.3. <i>Sursis</i> e indulto.....	785
3.4. Processos em andamento.....	786
4. Requisitos da suspensão condicional da pena	786
4.1. Requisito objetivo.....	786
4.2. Requisitos subjetivos.....	786
4.2.1. <i>Sursis</i> e crime hediondo.....	786
4.3. Requisito objetivo-subjetivo	787
5. Reincidência, multa e <i>sursis</i>	787
6. Circunstâncias especiais não impeditivas à concessão do <i>sursis</i>	788
7. Circunstâncias especiais impeditivas à concessão do <i>sursis</i>	788
8. <i>Sursis</i> etário e humanitário.....	788
9. Estrangeiros de passagem pelo País e a possibilidade de concessão do <i>sursis</i> ...	788
10. Regime penitenciário e <i>sursis</i>	789

	Sumário	XXXVII
11. Facultatividade do <i>sursis</i> para o sentenciado		790
12. <i>Sursis</i> e suspensão dos direitos políticos.....		790
13. Período de prova e escolha das condições.....		791
13.1. Constitucionalidade das penas restritivas de direitos impostas como condições do <i>sursis</i>		791
13.2. Inviabilidade da condição de prestação de serviços à comunidade		791
13.3. <i>Sursis</i> incondicionado		792
13.4. Duração do cumprimento das condições		792
13.5. Requisitos abertos pela própria lei		792
14. <i>Sursis</i> e <i>habeas corpus</i>		793
15. <i>Sursis</i> e penas alternativas ou multa		793
16. Causas de revogação do <i>sursis</i>		793
16.1. Condenação definitiva por crime doloso		793
16.2. Não pagamento da multa ou falta de reparação do dano		793
16.3. Descumprimento das condições do <i>sursis</i> simples		794
16.3.1. Concessão sem efeito		794
16.4. Descumprimento das condições do <i>sursis</i> especial		794
16.5. Condenação definitiva por crime culposo ou contravenção penal ...		794
16.6. Prévia audiência do sentenciado		794
17. Prorrogação do período de prova		794
18. Cumprimento de <i>sursis</i> simultâneo.....		795
19. Prorrogação máxima do período de prova		795
20. Consequências da revogação		795
21. Finalização da suspensão condicional da pena		796
Resumo do capítulo		796
CAPÍTULO XXXVII – Livramento Condicional.....		799
1. Conceito de livramento condicional, natureza jurídica e aspectos históricos...		799
2. Requisitos do livramento condicional e prazo de duração		800
3. Livramento condicional e <i>habeas corpus</i>		804
4. O egresso e o livramento condicional para estrangeiro		804
5. Livramento condicional cautelar		804
6. Soma das penas para efeito de livramento condicional.....		805
7. Condições obrigatórias para o livramento condicional		805
7.1. Condições facultativas para o livramento condicional		805
8. Revogação do livramento condicional		805
9. Efeitos da revogação.....		806
10. Prorrogação e extinção do livramento condicional		806
11. Natureza da decisão que considera extinta a pena		807
12. Livramento condicional para estrangeiro		807
13. Suspensão cautelar do livramento condicional		808

14. Prévia oportunidade de defesa.....	808
Resumo do capítulo	808
CAPÍTULO XXXVIII – Efeitos da Condenação	811
1. Conceito e natureza jurídica dos efeitos da condenação.....	811
2. Efeito genérico de tornar certa a obrigação de reparar o dano	813
3. Efeito genérico da perda em favor do Estado dos instrumentos do crime, desde que bens e valores de origem ilícita.....	813
4. Produto e proveito do crime.....	814
4.1. Efeito da contravenção penal.....	814
4.2. Medidas para alcançar o produto e o proveito do crime	815
4.3. Efeitos específicos e obrigatórios	815
4.4. Confisco de bens lícitos como forma de compensação.....	815
4.5. Apuração de enriquecimento ilícito	816
5. Efeito específico da perda de cargo, função pública ou mandato eletivo....	817
5.1. Imposição de penas alternativas à prisão.....	818
5.2. Perda de emprego público e aposentadoria	818
6. Efeito específico da incapacidade para o poder familiar, tutela ou curatela	818
6.1. Alcance da incapacidade para o exercício do poder familiar, tutela ou curatela	819
7. Efeito específico da inabilitação para dirigir veículo.....	820
Resumo do capítulo	821
CAPÍTULO XXXIX – Reabilitação.....	823
1. Conceito.....	823
2. Crítica ao instituto	823
3. Competência e procedimento.....	825
Resumo do capítulo	826
CAPÍTULO XL – Medidas de Segurança	829
1. Conceito e natureza jurídica	829
2. Sistemas de aplicação da pena e da medida de segurança	830
3. Concorrência com a Lei 10.216/2001 (Lei de proteção das pessoas portadoras de transtornos mentais)	830
4. Pressupostos para a aplicação da medida de segurança.....	831
5. Internação em hospital de custódia e tratamento psiquiátrico	833
6. Internação por prazo indeterminado.....	833
7. Culpabilidade e periculosidade	834
8. Conversão da pena em medida de segurança no curso da execução	835
8.1. Reconversão da medida de segurança em pena	836
9. Detração e medida de segurança.....	837
10. Fixação do prazo de duração mínima da medida de segurança	837

11. Exame de cessação da periculosidade.....	837
11.1. Procedimento para a realização do exame.....	838
11.2. Assistência de médico particular.....	838
11.3. Imposição de condições.....	838
11.4. Desinternação e liberação.....	838
12. Conversões da internação em tratamento ambulatorial e deste em internação.....	839
13. Conversão da pena aplicada ao semi-imputável.....	840
14. Medida de segurança aplicada em 2.ª instância.....	840
15. Direito do internado.....	841
Resumo do capítulo.....	841
CAPÍTULO XLI Ação Penal.....	843
1. Conceito de ação penal.....	843
2. Princípios que regem a ação penal pública incondicionada.....	844
3. Fixação da iniciativa da ação penal.....	844
3.1. Concurso de crimes e ação penal.....	845
4. Ação penal pública condicionada.....	845
5. Ação penal privada.....	845
5.1. Ação privada subsidiária da pública.....	846
6. Ação penal no crime complexo.....	846
7. Irretratibilidade da representação.....	847
8. Decadência.....	847
9. Renúncia ao direito de queixa.....	847
10. Perdão do ofendido.....	847
Resumo do capítulo.....	848
CAPÍTULO XLII Extinção da Punibilidade.....	849
1. Conceito de extinção da punibilidade.....	849
2. Condições objetivas de punibilidade.....	849
3. Condições negativas de punibilidade (escusas absolutórias).....	850
3.1. Diferenças entre as condições objetivas de punibilidade e as condições negativas de punibilidade.....	850
3.2. Condições de procedibilidade.....	850
4. Causas gerais e específicas.....	851
5. Comunicabilidade das causas extintivas da punibilidade.....	851
6. Momentos de ocorrência.....	851
7. Rol exemplificativo.....	851
7.1. Causas de extinção da punibilidade <i>implícitas</i>	852
8. Morte do agente.....	852
8.1. Morte do agente e interesse recursal.....	852
8.2. Morte presumida.....	853

8.3. Certidão de óbito falsa.....	853
9. Anistia.....	854
10. Graça ou indulto individual.....	855
11. Indulto coletivo.....	856
11.1. Indulto condicional.....	856
11.2. Indulto facultativo.....	857
11.3. Indulto coletivo e crimes hediondos e assemelhados.....	857
11.3.1. Indulto humanitário.....	858
11.4. Indulto da pena de multa e limite mínimo para inscrição de débito na dívida ativa.....	859
11.5. Necessidade de apreciação pelo juiz da execução criminal.....	860
11.6. Indulto inconstitucional.....	860
11.7. Comutação (indulto parcial) e crime hediondo ou equiparado.....	860
11.8. Indulto (parcial ou total) e cometimento de falta grave.....	861
12. <i>Abolitio criminis</i>	861
13. Decadência.....	861
14. Perempção.....	862
15. Renúncia e perdão.....	863
16. Retratação.....	863
17. Perdão judicial.....	864
17.1. Natureza jurídica do perdão e da sentença que o concede.....	864
17.2. Prescrição e perdão judicial.....	865
17.3. Situações que ensejam o perdão judicial.....	865
17.4. Independência da causa extintiva da punibilidade.....	866
18. Prescrição.....	866
18.1. Conceito e fundamentos.....	866
18.2. Prazos de prescrição da pretensão punitiva e executória.....	867
18.3. Espécies de prescrição e seus efeitos.....	867
18.3.1. Matéria de ordem pública com reconhecimento de ofício pelo magistrado.....	868
18.4. Prescrição da medida de segurança.....	868
18.5. Prescrição e detração.....	869
18.6. Imprescritibilidade.....	869
18.7. Prescritibilidade no caso de suspensão do processo por citação ficta.....	870
18.8. Natureza dos prazos de prescrição da pretensão punitiva.....	870
18.9. Prescrição antecipada ou virtual.....	870
18.10. Prazos prescricionais das penas restritivas de direitos.....	871
18.11. Sentença e acórdão condenatório.....	871
18.12. Prazos da prescrição da pretensão executória e aumento por conta da reincidência.....	872
18.13. <i>Bis in idem</i>	872

18.14. Prescrição intercorrente, subseqüente ou superveniente	872
18.15. Efeito da interposição de recursos especial e extraordinário	873
18.16. Prescrição retroativa	873
18.17. Termo inicial da prescrição da pretensão punitiva.....	874
18.17.1. Crimes falimentares	874
18.17.2. Início da prescrição nos crimes contra a honra e diferença com decadência	875
18.17.3. Início de prescrição na tentativa.....	875
18.17.4. Regra especial para os delitos permanentes.....	875
18.17.5. Prescrição dos crimes habituais.....	875
18.17.6. Estelionato contra a Previdência	875
18.17.7. Regra específica para bigamia e falsificação ou alteração de assentamento do registro civil	876
18.17.8. Maior proteção a crianças e adolescentes.....	876
18.18. Termo inicial da prescrição da pretensão executória	877
18.18.1. <i>Sursis</i> sem efeito.....	877
18.18.2. Interrupção da execução	877
18.19. Prescrição da multa.....	878
18.20. Menoridade relativa e senilidade	878
18.21. Causas impeditivas ou suspensivas da prescrição da pretensão pu- nitiva	879
18.22. Causas interruptivas da prescrição da pretensão punitiva	880
18.23. Causas interruptivas da prescrição da pretensão executória	882
18.24. Comunicabilidade das causas interruptivas	883
18.25. Prescrição das penas mais brandas	883
18.26. Concurso de crimes e prescrição	883
Resumo do capítulo	884
Esquemas	887
Referências Bibliográficas	893
Obras do Autor	931

Guilherme de Souza Nucci

Curso de Direito Penal

vol. 2

Parte Especial
Arts. 121 a 212 do Código Penal

5.^a edição

revista e
atualizada



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 14.01.2021
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2021 by
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Capa: Danilo Oliveira
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

N876c

Nucci, Guilherme de Souza

Curso de Direito Penal: parte geral: arts. 121 a 212 do código penal / Guilherme de Souza Nucci. – 5. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2021.

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-85-309-9191-3

1. Direito penal – Brasil. I. Título.

21-68771

CDU: 343.2(81)

Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB-7/6439

Sumário

PARTE 1

CRIMES CONTRA A PESSOA

Capítulo I – Crimes contra a Vida.....	3
1. Direito à vida e fundamento constitucional.....	3
2. Homicídio.....	4
2.1 Estrutura do tipo penal incriminador	4
2.2 Conceito de homicídio e aspectos históricos.....	6
2.3 Estados entre a vida e a morte	8
2.3.1 A morte demonstrada para fins de doação de órgãos.....	9
2.4 Conceito de genocídio.....	10
2.5 Diferença entre homicídio e assassinato	11
2.6 Sujeitos ativo e passivo.....	11
2.6.1 Vida extrauterina.....	12
2.7 Elemento subjetivo.....	14
2.7.1 Dolo eventual e qualificadoras subjetivas	14
2.8 Objeto material e objeto jurídico	14
2.9 Classificação.....	15

2.10	Meios de matar	15
2.11	Homicídio simples hediondo.....	15
2.12	Homicídio <i>privilegiado</i> (art. 121, § 1.º)	17
2.12.1	Relevante valor social ou moral.....	17
2.12.2	Diferença entre a causa de diminuição da pena e a atenuante	18
2.12.3	Ciúme como fundamento para a causa de diminuição.....	19
2.12.4	Eutanásia e homicídio privilegiado.....	19
2.12.4.1	Mistanásia	22
2.12.4.2	Realidade <i>versus</i> direito: a ortotanásia	23
2.13	Domínio de violenta emoção.....	23
2.13.1	Fundamento da atenuação do homicídio no caso de violenta emoção.....	25
2.13.2	Domínio de violenta emoção e dolo eventual	25
2.13.3	Análise contextual da injusta provocação da vítima.....	25
2.13.4	Premeditação e violenta emoção	26
2.14	Concomitância de causas de diminuição.....	26
2.15	Obrigação ou faculdade do juiz.....	26
2.16	Homicídio privilegiado hediondo.....	27
2.17	Crítério para redução da pena.....	27
2.18	(In)comunicabilidade das motivações previstas no § 1.º do art. 121	28
2.19	Homicídio qualificado (art. 121, § 2.º).....	29
2.20	Homicídio privilegiado-qualificado	29
2.21	Homicídio privilegiado-qualificado hediondo	29
2.22	Qualificadoras.....	30
2.22.1	Paga ou promessa de recompensa.....	30
2.22.2	Motivo torpe	30
2.22.3	Torpeza e vingança.....	31
2.23	Motivo fútil	32
2.23.1	Ausência de motivo.....	32
2.23.2	Ciúme, futilidade e torpeza.....	33
2.23.3	Embriaguez e futilidade.....	34
2.24	Insidia, crueldade e perigo comum.....	34
2.24.1	Facetas peculiares do veneno.....	35
2.24.2	Fogo e duplicidade de gênero	36
2.24.3	Espécies de asfixia	37
2.24.4	Tortura como meio e como objetivo.....	37
2.24.5	Dificuldade ou impossibilidade de defesa.....	38

2.24.6	Traição, emboscada e dissimulação	39
2.24.7	Existência anterior de ameaça de morte.....	39
2.25	Torpeza específica	40
2.25.1	Relação com o crime putativo e o delito impossível.....	40
2.25.2	Hipóteses de conexão consequencial, teleológica e ocasional.....	40
2.26	Feminicídio	41
2.26.1	Condição de sexo feminino	43
2.26.2	Violência doméstica e familiar	45
2.26.3	Formas de violência doméstica e familiar contra a mulher	45
2.27	Crime contra agente estatal.....	46
2.28	Qualificadoras objetivas e elemento subjetivo	48
2.29	AIDS e homicídio.....	49
2.30	Homicídio culposo (art. 121, § 3.º).....	49
2.30.1	Homicídio culposo no trânsito.....	53
2.30.2	Inobservância de regra técnica de profissão, arte ou ofício....	53
2.30.3	Omissão de socorro.....	55
2.30.4	Socorro prestado por terceiros	56
2.30.5	A questão relativa à morte instantânea da vítima	57
2.30.6	Causa de aumento, e não crime qualificado pelo resultado....	57
2.30.7	Não procurar diminuir as consequências do seu ato.....	58
2.30.8	Fuga da prisão em flagrante	58
2.31	Vítima menor de 14 anos	58
2.32	Vítima maior de 60 anos.....	59
2.33	Perdão judicial	60
2.33.1	Faculdade ou obrigação do juiz.....	60
2.33.2	Consequências do crime atingem o próprio agente	60
2.33.3	Pessoas que podem ser atingidas, além do agente	61
2.33.4	Gravidade das consequências.....	61
2.34	Milícia privada e grupo de extermínio.....	61
2.34.1	Número mínimo de integrantes.....	62
2.34.2	Montante de elevação da pena.....	63
2.34.3	Finalidade específica.....	63
2.35	Causa de aumento da pena no feminicídio.....	63
2.35.1	Gestação e pós-parto.....	63
2.36	Menor de 14, maior de 60 e deficiente	64
2.37	Presença física ou virtual de descendente ou ascendente da vítima...	64

2.38	Em descumprimento das medidas protetivas de urgência previstas nos incisos I, II e III do <i>caput</i> do art. 22 da Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006.....	64
2.39	Veto ao inciso VIII do § 2º do art. 121	65
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	65
2.39	Quadro-resumo.....	65
3.	Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio.....	68
3.1	Conceito de suicídio	68
3.1.1	Suicídio com arma branca.....	70
3.1.2	Automutilação e “baleia azul”	70
3.2	Estrutura do tipo penal incriminador	71
3.3	Sujeitos ativo e passivo.....	72
3.4	Elemento subjetivo.....	72
3.5	Objetos material e jurídico.....	73
3.6	Classificação do crime	73
3.7	Auxílio por omissão.....	74
3.8	Pacto de morte.....	74
3.9	Motivo egoístico	75
3.9.1	Motivo torpe	75
3.9.2	Motivo fútil.....	76
3.10	Vítima menor ou com resistência diminuída.....	76
3.11	Greve de fome e concepções religiosas	76
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	77
3.12	Quadro-resumo	78
4.	Infanticídio.....	79
4.1	Conceito e aspectos históricos.....	79
4.2	Distinção entre infanticídio e aborto.....	81
4.3	Estrutura do tipo penal incriminador	81
4.4	Sujeitos ativo e passivo.....	81
4.5	Elemento subjetivo.....	82
4.6	Objetos material e jurídico.....	82
4.7	Classificação do crime	82
4.8	Estado puerperal.....	82
4.9	Circunstância de tempo.....	85
4.10	Concurso de pessoas.....	86
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	88
4.11	Quadro-resumo.....	89
5.	Aborto.....	89

	Sumário	XV
5.1	Aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento.....	89
5.1.1	Aspectos históricos do aborto	89
5.1.2	Conceito e formas.....	91
5.1.2.1	Prós e contras à legalização do aborto	92
5.1.3	Estrutura do tipo penal incriminador	93
5.1.3.1	Prova da existência do crime e sigilo médico.....	94
5.1.4	Sujeitos ativo e passivo.....	95
5.1.4.1	Gestante suicida	96
5.1.5	Objetos material e jurídico.....	96
5.1.6	Elemento subjetivo	96
5.1.7	Classificação do crime	96
5.1.8	Hipóteses que afastam a ocorrência de aborto	96
5.1.9	Quadro-resumo	97
5.2	Aborto provocado por terceiro sem o consentimento da gestante	97
5.2.1	Estrutura do tipo penal incriminador	97
5.2.1.1	Mecanismos para o aborto.....	98
5.2.2	Tentativa de aborto e morte do recém-nascido.....	99
5.2.3	Sujeitos ativo e passivo.....	99
5.2.4	Elemento subjetivo	100
5.2.5	Objetos material e jurídico.....	100
5.2.6	Classificação do crime	100
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	100
5.2.7	Quadro-resumo	101
5.3	Aborto provocado com o consentimento da gestante.....	101
5.3.1	Estrutura do tipo penal incriminador	101
5.3.2	Sujeitos ativo e passivo.....	102
5.3.3	Elemento subjetivo.....	102
5.3.4	Objetos material e jurídico.....	102
5.3.5	Classificação do crime	102
5.3.6	Exceções em face de elementos específicos	103
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	103
5.3.7	Quadro-resumo	104
5.4	Aborto: forma qualificada.....	104
5.4.1	Aplicação restrita.....	104
5.4.2	Hipóteses da figura qualificada do art. 127 do CP.....	104
5.4.3	Crimes qualificados pelo resultado.....	104
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	105

5.4.4	Quadro-resumo	106
5.5	Excludentes de ilicitude do aborto	106
5.5.1	Análise da expressão “não se pune”	106
5.5.2	Constitucionalidade do dispositivo	106
5.5.3	Sujeito que pode praticá-lo	107
5.5.4	Aborto terapêutico	107
5.5.5	Aborto humanitário ou piedoso	107
5.5.6	Questão controversa: estupro decorrente de violência ficta ...	108
5.5.7	Existência de condenação ou processo pelo delito de estupro....	108
5.5.7.1	Alvará judicial.....	108
5.5.8	Consentimento da gestante.....	108
5.5.9	Limite temporal para o aborto.....	108
5.6	A questão do aborto eugênico em confronto com a anencefalia.....	109
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	113
5.6.1	Quadro-resumo	115
	<i>Resumo do capítulo</i>	116
Capítulo II – Lesões Corporais		119
1.	Conceito de lesão corporal	119
2.	Estrutura do tipo penal incriminador	120
3.	Sujeitos ativo e passivo	121
4.	Elemento subjetivo	121
5.	Objetos material e jurídico	121
6.	Classificação	121
7.	Aplicação de excludentes de tipicidade supraleais	122
7.1	Lesões leves provocadas por cônjuge.....	122
8.	Consentimento do ofendido	122
9.	Conceito de lesão corporal grave e gravíssima.....	123
10.	Resultados qualificadores da lesão corporal grave.....	124
10.1	Ocupação habitual	124
10.1.1	Comprovação por perícia.....	124
10.2	Perigo de vida.....	125
10.2.1	Comprovação por perícia.....	126
10.3	Debilidade permanente	127
10.3.1	Comprovação por perícia.....	127
10.4	Aceleração de parto.....	127
10.5	Incapacidade permanente para o trabalho	128

10.6	Enfermidade incurável	128
10.7	Perda ou inutilização de membro, sentido ou função	129
10.7.1	Cirurgia de mudança de sexo	130
10.8	Deformidade permanente	132
10.9	Aborto	133
11.	Lesão corporal seguida de morte	134
11.1	Causas de aumento da milícia ou grupo similar de extermínio	134
12.	Lesão corporal <i>privilegiada</i>	134
13.	Substituição de pena para a lesão simples	135
14.	Lesão culposa	136
15.	Perdão judicial	136
16.	Violência doméstica	137
16.1	Estrutura típica da lesão qualificada pela violência doméstica	137
16.2	Penas e causas de aumento	138
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	139
	<i>Resumo do capítulo</i>	140
Capítulo III – Periclitación da Vida e da Saúde		143
1.	Crimes de perigo	143
2.	Perigo concreto e perigo abstrato	144
3.	Perigo individual e perigo coletivo	145
4.	Perigo de contágio venéreo	145
4.1	Estrutura do tipo penal incriminador	145
4.2	Sujeitos ativo e passivo	146
4.3	Elemento subjetivo	146
4.4	Objetos material e jurídico	147
4.5	Classificação	147
4.6	Ação pública incondicionada	148
4.7	AIDS	148
4.8	Quadro-resumo	148
5.	Perigo de contágio de moléstia grave	149
5.1	Estrutura do tipo penal incriminador	149
5.2	Sujeitos ativo e passivo	150
5.3	Elemento subjetivo	150
5.4	Objetos material e jurídico	150
5.5	Classificação	151
5.6	Aplicação da pena da lesão corporal grave, gravíssima ou seguida de morte	151

5.7	Quadro-resumo.....	151
6.	Perigo para a vida ou saúde de outrem.....	152
6.1	Estrutura do tipo penal incriminador	152
6.2	Sujeitos ativo e passivo.....	153
6.3	Elemento subjetivo.....	153
6.4	Objetos material e jurídico.....	153
6.5	Classificação.....	153
6.6	Confronto com o art. 15 da Lei 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento).....	154
6.7	Causa de aumento de pena	154
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	154
6.8	Quadro-resumo	155
7.	Abandono de incapaz.....	156
7.1	Estrutura do tipo penal incriminador	156
7.2	Sujeitos ativo e passivo.....	156
7.3	Elemento subjetivo.....	157
7.4	Objetos material e jurídico.....	157
7.5	Classificação.....	157
7.6	Figuras preterdolosas.....	157
7.7	Causas de aumento de pena.....	157
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	158
7.8	Quadro-resumo	158
8.	Exposição de recém-nascido.....	159
8.1	Estrutura do tipo penal incriminador	159
8.2	Sujeitos ativo e passivo.....	160
8.3	Elemento subjetivo.....	161
8.4	Objetos material e jurídico.....	161
8.5	Classificação.....	161
8.6	Formas preterdolosas.....	161
8.7	Quadro-resumo	161
9.	Omissão de socorro.....	162
9.1	Estrutura do tipo penal incriminador	162
9.2	Sujeitos ativo e passivo.....	164
9.3	Elemento subjetivo.....	164
9.4	Objetos material e jurídico.....	164
9.5	Análise dos casos médicos	164
9.6	Vítima que recusa ajuda e vítima morta.....	164

	Sumário	XIX
9.7	Análise especial do fator “perigo”	165
9.8	Classificação.....	165
9.9	Figuras preterdolosas	166
9.10	Quadro-resumo	166
10.	Condicionamento de atendimento médico-hospitalar emergencial	166
10.1	Estrutura do tipo penal incriminador	166
10.2	Sujeitos ativo e passivo.....	167
10.3	Elemento subjetivo.....	167
10.4	Objetos material e jurídico.....	167
10.5	Classificação.....	168
10.6	Perigo concreto <i>versus</i> perigo abstrato	168
10.7	Crime qualificado pelo resultado.....	169
10.8	Aviso prévio da configuração do delito.....	169
10.9	Quadro-resumo	169
11.	Maus-tratos	170
11.1	Estrutura do tipo penal incriminador	170
11.1.1	Síndrome do bebê sacudido.....	172
11.2	Sujeitos ativo e passivo.....	172
11.3	Elementos subjetivos.....	172
11.4	Objetos material e jurídico.....	172
11.5	Classificação.....	172
11.6	A <i>Lei da Palmada</i> e o crime de maus-tratos	173
11.7	Nota particular sobre o caráter instantâneo do crime.....	173
11.8	Figuras preterdolosas	174
11.9	Tipos penais previstos em legislação especial	174
11.10	Aplicação da causa de aumento.....	175
11.11	Aplicação de agravantes.....	175
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	175
11.12	Quadro-resumo	176
	<i>Resumo do capítulo</i>	177
Capítulo IV – Rixa		181
1.	Estrutura do tipo penal incriminador	181
2.	Sujeitos ativo e passivo.....	182
3.	Elemento subjetivo.....	183
4.	Objetos material e jurídico.....	183
5.	Classificação.....	183

6. Figura preterdolosa	184
<i>Jurisprudência selecionada</i>	184
<i>Resumo do capítulo</i>	185
Capítulo V – Crimes contra a Honra	187
1. Conceito de honra.....	187
1.1 Honra e dignidade da pessoa humana	189
2. Honra objetiva e honra subjetiva.....	189
2.1 Modos de execução dos delitos contra a honra.....	189
3. Honra comum e honra especial.....	190
3.1 Pessoas consideradas desonradas.....	191
4. Calúnia.....	192
4.1 Estrutura do tipo penal incriminador	192
4.1.1 Atribuição de fato.....	192
4.2 Sujeitos ativo e passivo.....	193
4.2.1 Inimputáveis e pessoas mortas	193
4.2.2 Pessoa jurídica como sujeito ativo	194
4.2.3 Pessoas indeterminadas.....	194
4.3 Elemento subjetivo.....	194
4.4 Objetos material e jurídico.....	195
4.5 Classificação.....	195
4.5.1 Aspecto particular da consumação	196
4.6 Exceção da verdade	196
4.6.1 Vedação à exceção da verdade referente à ação privada	196
4.6.2 Vedação à exceção da verdade em razão da pessoa envolvida	196
4.6.3 Vedação à exceção da verdade por ter havido absolvição.....	197
<i>Jurisprudência selecionada</i>	197
4.7 Quadro-resumo.....	198
5. Difamação.....	199
5.1 Estrutura do tipo penal incriminador	199
5.2 Sujeitos ativo e passivo.....	199
5.3 Elemento subjetivo.....	200
5.3.1 Narrativa de testemunha	201
5.4 Objetos material e jurídico.....	201
5.5 Classificação.....	201
5.5.1 Aspecto particular da consumação.....	202
5.6 Exceção da verdade.....	202

<i>Jurisprudência selecionada</i>	202
5.7 Quadro-resumo	203
6. Injúria.....	203
6.1 Estrutura do tipo penal incriminador	203
6.1.1 Injúria por omissão	205
6.1.2 Ofensa contra a honra pela Internet	205
6.2 Sujeitos ativo e passivo.....	206
6.2.1 Agente embriagado	206
6.2.1.1 Ofendido embriagado ou deficiente.....	206
6.2.2 Inimputáveis e mortos	206
6.3 Elemento subjetivo	207
6.3.1 Injúria proferida no calor da discussão	208
6.4 Objetos material e jurídico	208
6.5 Classificação	208
6.5.1 Consumação.....	208
6.6 Exceção da verdade	208
6.7 Perdão judicial	209
6.7.1 Provocação reprovável.....	209
6.7.2 Retorsão imediata.....	209
6.8 Forma qualificada pela violência (§ 2.º).....	209
6.9 Forma qualificada pela injúria racial (§ 3.º)	210
6.9.1 Injúria racial e racismo.....	210
6.9.2 Injúria qualificada contra idoso ou deficiente.....	212
6.9.3 Proporcionalidade da pena.....	212
<i>Jurisprudência selecionada</i>	213
6.10 Quadro-resumo	215
7. Causas de aumento da pena previstas no art. 141.....	216
7.1 Honra do Presidente da República ou de chefe de governo estrangeiro...	216
7.2 Honra de funcionário público	216
7.3 Facilitação da divulgação da agressão à honra	216
7.4 Proteção diferenciada ao idoso e ao deficiente.....	217
7.5 Causa de aumento de motivação torpe	217
7.6 Veto ao § 2º do art. 141.....	217
<i>Jurisprudência selecionada</i>	218
7.6 Quadro-resumo	219
8. Exclusão do crime	219
8.1 Imunidade judiciária.....	219

8.1.1	Discussão da causa	220
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	220
8.1.2	Ofensa ao magistrado	220
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	221
8.1.2.1	Ofensa do magistrado	221
8.1.3	Parte ou procurador	222
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	222
8.1.4	Confronto da imunidade judiciária com o Estatuto da Advocacia	222
8.1.5	Ofensa ao Promotor de Justiça	223
8.1.6	Ofensa ao réu	223
8.2	Imunidade literária, artística e científica	223
8.3	Imunidade funcional	224
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	224
8.4	Ressalva da divulgação da injúria ou da difamação	225
8.5	Quadro-resumo	225
9.	Retratação	225
9.1	Causa extintiva da punibilidade	225
9.2	Ofensa por meios de comunicação	226
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	227
9.3	Quadro-resumo	228
10.	Pedido de explicações	228
10.1	Consequência das explicações	229
10.2	Quadro-resumo	229
11.	Ação penal privada	230
11.1	Ação pública incondicionada	230
11.2	Hipóteses de ação pública condicionada	230
11.3	Representação de conteúdo limitado	231
11.4	Quadro-resumo	231
	<i>Resumo do capítulo</i>	231
Capítulo VI – Crimes contra a Liberdade Individual		233
1.	Proteção constitucional	233
2.	Constrangimento ilegal	233
2.1	Estrutura do tipo penal incriminador	233
2.2	Sujeitos ativo e passivo	234
2.3	Elemento subjetivo	235
2.4	Objetos material e jurídico	236

2.5	Classificação.....	236
2.6	Aplicação cumulativa da pena.....	236
2.7	Causa de aumento de pena.....	236
2.7.1	Conceito de arma.....	236
2.7.2	Sistema da acumulação material.....	236
2.7.3	Causas excludentes da tipicidade.....	237
2.7.3.1	Intervenção médico-cirúrgica.....	237
2.7.3.2	Impedimento de suicídio.....	237
2.8	Quadro-resumo.....	237
3.	Ameaça.....	238
3.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	238
3.1.1	Ameaça no contexto da violência doméstica.....	239
3.2	Sujeitos ativo e passivo.....	240
3.3	Elemento subjetivo.....	240
3.3.1	Embriaguez.....	241
3.4	Objetos material e jurídico.....	241
3.5	Classificação.....	241
3.6	Ação pública condicionada.....	242
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	242
3.7	Quadro-resumo.....	242
4.	Sequestro e cárcere privado.....	243
4.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	243
4.1.1	Diferença entre sequestro e cárcere privado.....	243
4.1.2	Situação de permanência.....	244
4.1.3	Consentimento do ofendido.....	244
4.2	Sujeitos ativo e passivo.....	244
4.3	Elemento subjetivo.....	245
4.4	Objetos material e jurídico.....	245
4.5	Classificação.....	245
4.6	Figuras qualificadas.....	245
4.6.1	Relações familiares.....	246
4.6.2	Internação fraudulenta.....	246
4.6.3	Privação da liberdade de longa duração.....	246
4.6.4	Ofendido menor de 18 anos.....	246
4.6.4.1	Confronto com o art. 230 da Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente).....	247
4.6.5	Finalidade libidinosa.....	247

4.6.6	Maus-tratos e natureza da detenção	247
4.7	Quadro-resumo	248
5.	Redução a condição análoga à de escravo.....	249
5.1	Estrutura do tipo penal incriminador	249
5.1.1	Trabalhos forçados.....	251
5.1.2	Jornada exaustiva.....	251
5.1.3	Condições degradantes de trabalho.....	251
5.1.4	Restrição da liberdade de locomoção	251
5.1.5	Cerceamento de meio de transporte.....	252
5.1.6	Manutenção de vigilância ostensiva no lugar de trabalho	252
5.1.7	Aposseamento de documentos ou objetos pessoais	253
5.1.8	Consentimento da vítima.....	253
5.2	Sujeitos ativo e passivo.....	253
5.3	Elemento subjetivo.....	254
5.4	Objetos material e jurídico.....	254
5.5	Classificação.....	254
5.6	Acumulação material e multa.....	254
5.7	Causas de aumento de pena.....	254
5.8	Competência.....	254
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	255
5.9	Quadro-resumo	256
6.	Tráfico de pessoas.....	257
6.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	257
6.2	Sujeitos ativo e passivo.....	258
6.3	Elemento subjetivo	258
6.4	Objetos material e jurídico.....	258
6.5	Classificação.....	258
6.6	Finalidades específicas.....	259
6.6.1	Remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo.....	259
6.6.2	Submissão a trabalho em condições análogas à de escravo	260
6.6.3	Submissão a qualquer tipo de servidão.....	260
6.6.4	Adoção ilegal.....	261
6.6.5	Exploração sexual.....	261
6.6.6	Causas de aumento da pena.....	262
6.6.7	Causas de diminuição da pena	264
6.7	Quadro-resumo	265
7.	Crimes contra a inviolabilidade do domicílio	265

7.1	Proteção constitucional.....	265
7.2	Estrutura do tipo penal incriminador.....	266
7.3	Sujeitos ativo e passivo.....	268
7.4	Elemento subjetivo.....	268
7.5	Objetos material e jurídico.....	268
7.6	Classificação.....	268
7.7	Tipo qualificado.....	269
7.8	Causa excludente de ilicitude.....	270
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	271
7.9	Quadro-resumo.....	272
8.	Crimes contra a inviolabilidade de correspondência.....	273
8.1	Proteção constitucional e inviolabilidade de correspondência.....	273
8.2	Caráter relativo da proteção constitucional.....	273
8.3	Derrogação do art. 151 do Código Penal.....	274
8.4	Pena atualizada pela nova lei.....	274
8.5	Sonegação ou destruição de correspondência.....	274
8.5.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	274
8.5.2	Sujeitos ativo e passivo.....	277
8.5.2.1	Falecimento do remetente ou do destinatário.....	277
8.5.2.2	Marido e mulher.....	278
8.5.2.3	Correspondência destinada a filhos.....	279
8.5.3	Excludentes de ilicitude específicas.....	279
8.5.4	Elemento subjetivo.....	280
8.5.5	Objetos material e jurídico.....	281
8.5.6	Classificação.....	281
8.5.6.1	Classificação dos crimes previstos no § 1.º, inciso I....	281
8.5.6.2	Classificação dos crimes previstos no § 1.º, inciso II ...	282
8.5.7	Figura qualificada.....	282
8.5.8	Competência.....	282
8.5.9	Ação pública incondicionada e condicionada.....	282
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	283
8.6	Quadro-resumo.....	284
9.	Correspondência comercial.....	285
9.1	Conceito de correspondência comercial.....	285
9.2	Estrutura do tipo penal incriminador.....	285
9.3	Sujeitos ativo e passivo.....	285
9.4	Elemento subjetivo.....	285

9.5	Objetos material e jurídico.....	286
9.6	Classificação.....	286
9.7	Princípio da insignificância	286
9.8	Ação pública condicionada	286
9.9	Quadro-resumo.....	286
10.	Divulgação de segredo.....	287
10.1	Proteção constitucional da divulgação de segredo	287
10.2	Estrutura do tipo penal incriminador	287
10.3	Sujeitos ativo e passivo.....	288
10.4	Elemento subjetivo.....	288
10.5	Objetos material e jurídico.....	288
10.6	Classificação	289
10.7	Divulgação de segredo em figura similar.....	289
10.7.1	Estrutura do tipo penal incriminador	289
10.7.2	Sujeitos ativo e passivo.....	290
10.7.3	Elemento subjetivo.....	291
10.7.4	Objetos material e jurídico.....	291
10.7.5	Classificação.....	291
10.7.6	Ação pública condicionada	291
10.7.7	Ação pública incondicionada	292
10.8	Quadro-resumo.....	292
11.	Violação do segredo profissional.....	293
11.1	Estrutura do tipo penal incriminador	293
11.2	Sujeitos ativo e passivo.....	293
11.3	Elemento subjetivo.....	294
11.4	Objetos material e jurídico.....	294
11.5	Classificação	294
11.6	Ação pública condicionada	294
11.7	Quadro-resumo.....	294
12.	Invasão de dispositivo informático.....	295
12.1	Bem jurídico mediato e imediato.....	295
12.2	Estrutura do tipo penal incriminador	295
12.2.1	Infiltração de agentes.....	297
12.3	Sujeitos ativo e passivo.....	298
12.4	Elemento subjetivo.....	298
12.5	Objetos material e jurídico.....	298
12.6	Classificação.....	298

12.7	Figura similar.....	298
12.7.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	298
12.7.2	Sujeitos ativo e passivo.....	299
12.7.3	Elemento subjetivo.....	299
12.7.4	Objetos material e jurídico.....	300
12.7.5	Classificação.....	300
12.7.6	Causa de aumento e exaurimento.....	300
12.7.7	Forma qualificada.....	300
12.7.8	Causa de aumento e exaurimento sequencial.....	301
12.7.9	Transmissão de <i>e-mail</i> e suas peculiaridades.....	301
12.7.10	Causa de aumento em função da vítima.....	301
12.7.11	Ação penal.....	302
12.8	Quadro-resumo.....	302
	<i>Resumo do Capítulo</i>	304

PARTE 2

CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

Capítulo I – Furto	311
1. Proteção constitucional ao patrimônio.....	311
2. Furto.....	311
2.1 Estrutura do tipo penal incriminador.....	311
2.2 Sujeitos ativo e passivo.....	312
2.3 Consumação do furto.....	313
2.4 Elemento subjetivo.....	315
2.5 Objetos material e jurídico.....	315
2.6 Classificação.....	316
2.7 Particularidades do furto.....	316
2.7.1 Furto de coisa puramente de estimação.....	316
2.7.2 Furto de cadáver.....	317
2.7.3 Furto de coisas abandonadas (<i>res derelicta</i>) não pertencentes a ninguém (<i>res nullius</i>) ou perdidas (<i>res deperdita</i>).....	317
2.7.4 Furto de coisas de ínfimo valor e princípio da insignificância.....	317
2.7.5 Furto de talão de cheques.....	318
2.7.6 Furto de uso.....	318
2.7.7 Furto em túmulos e sepulturas.....	319

2.7.8	Furto sob vigilância.....	320
2.7.9	A questão da trombada.....	320
2.7.10	Furto de cartão de crédito e bancário.....	321
2.7.11	Furto de imagem.....	321
2.7.12	Furto famélico.....	321
2.8	Causa específica de aumento de pena.....	322
2.8.1	Repouso noturno.....	323
2.8.2	Condições para a aplicação do aumento.....	323
2.9	Furto privilegiado.....	324
2.9.1	Diferença da insignificância.....	324
2.9.2	Primariedade.....	324
2.9.3	Pequeno valor.....	325
2.9.4	Aplicação do privilégio à figura qualificada.....	325
2.10	Aplicação dos §§ 1.º e 2.º concomitantemente.....	326
2.11	Equiparação à coisa móvel.....	326
2.11.1	Furto de sinal de TV a cabo e Internet.....	326
2.11.2	Furto de esperma.....	326
2.12	Furto qualificado.....	327
2.12.1	Destrução ou rompimento da própria coisa furtada.....	327
2.12.1.1	Necessidade do exame de corpo de delito.....	329
2.12.1.2	Utilização de destruição ou rompimento de obstáculo após a subtração.....	329
2.12.1.3	Arrombamento externo e interno.....	329
2.12.2	Abuso de confiança.....	330
2.12.3	Fraude.....	331
2.12.3.1	Furto com fraude <i>versus</i> estelionato.....	331
2.12.4	Escalada.....	331
2.12.4.1	Laudo pericial.....	332
2.12.5	Destreza.....	332
2.12.6	Chave falsa.....	333
2.12.7	Concurso de duas ou mais pessoas.....	333
2.12.8	Emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum.....	334
2.12.9	Transporte de veículo para outro Estado ou país.....	334
2.12.9.1	Qualificadora material e condicionada.....	335
2.12.9.2	Interpretação extensiva do termo Estado.....	335
2.12.9.3	Conhecimento e adesão à qualificadora.....	336
2.12.10	Subtração de animal domesticável de produção.....	336

2.12.11	Subtração de substâncias explosivas ou acessórios, que possibilitem sua fabricação, montagem ou emprego.....	337
2.12.12	Preponderância de qualificadora	337
2.13	Quadro-resumo.....	338
3.	Furto de coisa comum	339
3.1	Estrutura do tipo penal incriminador	339
3.1.1	Furto de sócio contra a sociedade.....	340
3.2	Sujeitos ativo e passivo.....	340
3.3	Elemento subjetivo.....	340
3.4	Objetos material e jurídico.....	340
3.5	Classificação.....	340
3.6	Ação pública condicionada.....	340
3.7	Causa específica de exclusão da ilicitude.....	341
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	341
3.8	Quadro-resumo.....	342
	<i>Resumo do capítulo</i>	343
	Capítulo II – Roubo e Extorsão	345
1.	Roubo.....	345
1.1	Estrutura do tipo penal incriminador	345
1.1.1	Princípio da insignificância	347
1.2	Sujeitos ativo e passivo.....	347
1.3	Elemento subjetivo.....	347
1.3.1	Roubo de uso	347
1.4	Objetos material e jurídico.....	348
1.5	Classificação.....	348
1.6	Particularidades do crime de roubo	348
1.6.1	Roubo contra várias pessoas através de uma ação.....	348
1.6.2	Roubo seguido de resistência.....	349
1.6.3	Roubo e estado de necessidade.....	349
1.6.4	Trombada	349
1.6.5	Consumação do crime de roubo.....	350
1.6.6	Veículo com rastreador.....	350
1.6.7	Concurso de roubo e extorsão.....	350
1.7	Roubo próprio e roubo impróprio	351
1.7.1	Tentativa no roubo impróprio	351
1.8	Causas de aumento da pena.....	352
1.8.1	Incidência de mais de uma causa de aumento.....	352

1.8.2	Concurso de duas ou mais pessoas	353
1.8.2.1	Concurso material entre roubo qualificado e associação criminosa armada	353
1.8.2.2	Concurso formal entre roubo e corrupção de menores	353
1.8.3	Vítima a serviço de transporte de valores	354
1.8.3.1	Dolo direto	354
1.8.4	Veículo automotor levado a outro Estado ou para o exterior	354
1.8.5	Vítima com a liberdade cerceada	354
1.8.6	Subtração de substâncias explosivas ou acessórios	355
1.8.7	Emprego de arma branca	355
1.9	Causa de aumento da pena em destaque	355
1.9.1	Conceito de arma	356
1.9.2	Utilização de arma própria e imprópria e sua influência na pena	357
1.9.3	Arma de brinquedo	357
1.9.4	Arma defeituosa ou sem munição e a simulação	358
1.9.5	Desnecessidade da apreensão da arma e prova da causa de aumento	358
1.9.6	Destruição ou rompimento de obstáculo mediante o uso de explosivo ou artefato análogo, que cause perigo comum	358
1.9.7	Emprego de arma de fogo de uso restrito ou proibido	359
1.9.8	Concurso de causas de aumento previstas em incisos diferentes	359
1.10	Crime qualificado pelo resultado lesões graves	359
1.10.1	Hipóteses quanto ao resultado mais grave	359
1.10.2	Crime qualificado pelo resultado morte	359
1.10.3	Aspectos do resultado morte	360
1.10.3.1	Multiplicidade de vítimas	360
1.10.3.2	As hipóteses possíveis	360
1.10.3.3	Inviabilidade de aplicação do art. 9.º da Lei 8.072/90	361
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	361
1.11	Quadro-resumo	362
2.	Extorsão	363
2.1	Estrutura do tipo penal incriminador	363
2.1.1	Flanelinhas e similares	365
2.1.2	Alegação de ingresso com ação judicial	365

2.2	Sujeitos ativo e passivo.....	365
2.3	Elemento subjetivo.....	365
2.4	Consumação.....	366
2.5	Objetos material e jurídico.....	366
2.6	Classificação.....	366
2.7	Causas de aumento de pena.....	367
2.7.1	Paralelo entre roubo com arma de fogo e extorsão com qual- quer arma.....	367
2.8	Crime qualificado pelo resultado lesão grave ou morte (art. 158, § 2.º).....	367
2.9	Sequestro relâmpago.....	367
2.9.1	Proporcionalidade das penas.....	368
2.9.2	Tipo remissivo.....	369
2.9.3	Ausência do rol dos crimes hediondos.....	370
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	370
2.10	Quadro-resumo.....	370
3.	Extorsão mediante sequestro.....	371
3.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	371
3.1.1	Consumação.....	372
3.2	Sujeitos ativo e passivo.....	372
3.3	Elemento subjetivo.....	373
3.4	Objetos material e jurídico.....	373
3.5	Classificação.....	373
3.6	Figuras qualificadas.....	373
3.6.1	Duração superior a 24 horas.....	373
3.6.2	Sequestro de menor de 18 anos.....	373
3.6.3	Sequestro de idoso.....	373
3.6.4	Bando ou quadrilha.....	374
3.7	Fato que dá margem ao resultado qualificador.....	374
3.8	Forma qualificada pelo resultado.....	374
3.9	Inviabilidade de aplicação do art. 9.º da Lei 8.072/90.....	374
3.10	Delação premiada.....	375
3.10.1	Requisitos da delação premiada.....	375
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	375
3.11	Quadro-resumo.....	376
4.	Extorsão indireta.....	376
4.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	376
4.2	Sujeitos ativo e passivo.....	377

4.3	Elemento subjetivo.....	378
4.4	Objetos material e jurídico.....	378
4.5	Classificação.....	378
4.6	Quadro-resumo.....	378
	<i>Resumo do capítulo.....</i>	<i>379</i>
Capítulo III – Usurpação.....		381
1.	Proteção constitucional.....	381
2.	Alteração de limites.....	381
2.1	Sujeitos ativo e passivo.....	382
2.2	Elemento subjetivo.....	382
2.3	Objetos material e jurídico.....	382
2.4	Classificação.....	382
2.5	Quadro-resumo.....	383
3.	Usurpação de águas.....	383
3.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	383
3.2	Sujeitos ativo e passivo.....	384
3.3	Elemento subjetivo.....	384
3.4	Objetos material e jurídico.....	384
3.5	Classificação.....	384
3.6	Quadro-resumo.....	384
4.	Esbulho possessório.....	385
4.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	385
4.2	Sujeitos ativo e passivo.....	387
4.3	Elemento subjetivo.....	387
4.4	Objetos material e jurídico.....	387
4.5	Classificação.....	387
4.6	Concurso com o crime violento.....	387
4.7	Ação pública incondicionada ou privada.....	387
4.8	Quadro-resumo.....	388
5.	Supressão ou alteração de marca em animais.....	388
5.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	388
5.2	Sujeitos ativo e passivo.....	389
5.3	Elemento subjetivo.....	389
5.4	Objetos material e jurídico.....	389
5.5	Classificação.....	389
	<i>Jurisprudência selecionada.....</i>	<i>389</i>
5.6	Quadro-resumo.....	390
	<i>Resumo do capítulo.....</i>	<i>390</i>

Capítulo IV – Dano	393
1. Dano e proteção constitucional	393
1.1 Estrutura do tipo penal incriminador	393
1.2 Sujeitos ativo e passivo.....	394
1.3 Elemento subjetivo.....	394
1.4 Objetos material e jurídico.....	394
1.5 Classificação.....	394
1.6 Dano qualificado	395
1.6.1 Preso que danifica a cadeia para fugir	396
<i>Jurisprudência selecionada</i>	396
1.7 Quadro-resumo.....	396
2. Introdução ou abandono de animais em propriedade alheia	397
2.1 Estrutura do tipo penal incriminador	397
2.2 Sujeitos ativo e passivo.....	398
2.3 Elemento subjetivo.....	398
2.4 Objetos material e jurídico.....	398
2.5 Classificação.....	398
2.6 Quadro-resumo	398
3. Dano em coisa de valor artístico, arqueológico ou histórico.....	399
3.1 Revogação deste tipo penal pelo art. 62 da Lei 9.605/98.....	399
3.2 Quadro-resumo	399
4. Alteração de local especialmente protegido.....	400
4.1 Revogação tácita deste delito, por disciplinar integralmente a matéria nele tratada.....	400
5. Ação penal	400
5.1 Casos de ação penal privada.....	400
5.2 Quadro-resumo.....	400
<i>Resumo do capítulo</i>	400
Capítulo V – Apropriação Indébita	403
1. Apropriação indébita	403
1.1 Estrutura do tipo penal incriminador	403
1.2 Sujeitos ativo e passivo.....	404
1.3 Elemento subjetivo.....	405
1.4 Objetos material e jurídico.....	405
1.5 Classificação.....	405
1.6 Reparação do dano.....	406
1.7 Causas de aumento da pena.....	406
1.8 Apropriação indébita contra idoso	407

1.9	Apropriação indébita de uso.....	408
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	408
1.10	Quadro-resumo.....	409
2.	Apropriação indébita previdenciária	409
2.1	Fundamento constitucional	409
2.2	Conceito de seguridade social e diferença da previdência social	410
2.3	Estrutura do tipo penal incriminador	411
2.4	Sujeitos ativo e passivo.....	411
2.5	Elemento subjetivo do tipo	411
2.5.1	Exigência do elemento subjetivo específico (dolo específico).....	412
2.6	Diversidade da figura do <i>caput</i> e da prevista no § 1.º.....	413
2.7	Objetos material e jurídico.....	413
2.8	Classificação.....	414
2.9	Competência e ação penal.....	414
2.10	Condição objetiva de punibilidade	414
2.11	Não recolhimento de contribuição ou outra importância destinada à previdência social	414
2.11.1	Estrutura do tipo penal incriminador	414
2.11.2	Sujeitos ativo e passivo.....	415
2.11.3	Elemento subjetivo do tipo	415
2.11.4	Objetos material e jurídico.....	415
2.11.5	Classificação.....	415
2.12	Não recolhimento de contribuições integrantes de despesas contábeis ou custos relativos a produtos ou serviços.....	416
2.12.1	Estrutura do tipo penal incriminador, sujeitos ativo e passivo e elemento subjetivo.....	416
2.12.1.1	Despesas contábeis ou custos relativos à venda de produtos ou à prestação de serviços.....	416
2.12.2	Objetos material e jurídico.....	416
2.12.3	Classificação.....	416
2.13	Não pagamento de benefício devido a segurado	417
2.13.1	Estrutura do tipo penal incriminador	417
2.13.2	Sujeitos ativo e passivo e elemento subjetivo.....	417
2.13.3	Objetos material e jurídico.....	417
2.13.4	Classificação.....	417
2.14	Causa de extinção da punibilidade (art. 168-A, § 2.º, do CP).....	418
2.15	Não aplicação do art. 34 da Lei 9.249/95.....	420

2.16 Parcelamento do débito administrativamente.....	420
2.17 Perdão judicial ou figura privilegiada.....	421
2.18 Critério para a escolha do juiz.....	421
<i>Jurisprudência selecionada</i>	422
2.19 Quadro-resumo.....	422
3. Apropriação de coisa havida por erro, caso fortuito ou força da natureza...	423
3.1 Estrutura do tipo penal incriminador.....	423
3.2 Sujeitos ativo e passivo.....	424
3.3 Elemento subjetivo.....	424
3.4 Objetos material e jurídico.....	424
3.5 Classificação.....	424
3.6 Quadro-resumo.....	425
4. Apropriação de tesouro	425
4.1 Estrutura do tipo penal incriminador.....	425
4.2 Sujeitos ativo e passivo.....	426
4.3 Elemento subjetivo.....	426
4.4 Objetos material e jurídico.....	426
4.5 Classificação.....	426
4.6 Quadro-resumo.....	426
5. Apropriação de coisa achada.....	427
5.1 Estrutura do tipo penal incriminador	427
5.2 Sujeitos ativo e passivo.....	428
5.3 Elemento subjetivo.....	428
5.4 Objetos material e jurídico.....	428
5.5 Classificação.....	428
5.6 Quadro-resumo	428
6. Apropriação privilegiada (art. 170 do CP).....	429
<i>Resumo do capítulo</i>	429
Capítulo VI – Estelionato e Outras Fraudes	431
1. Estelionato.....	431
1.1 Estrutura do tipo penal incriminador	431
1.2 Sujeitos ativo e passivo.....	434
1.3 Elemento subjetivo.....	434
1.4 Objetos material e jurídico.....	434
1.5 Classificação.....	434
1.6 Particularidades do estelionato	434

1.6.1	Crime de bagatela.....	434
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	435
1.6.2	Trabalho espiritual	435
1.6.3	Mecanismos grosseiros de engodo.....	436
1.6.4	Esperteza nas atividades comerciais	436
1.6.5	Torpeza bilateral	436
1.6.6	Reparação do dano.....	438
1.6.7	Estelionato judiciário.....	438
1.6.8	Estelionato como delito instantâneo de efeitos permanentes ou crime permanente.....	438
1.7	Estelionato privilegiado (§ 1.º do art. 171).....	439
1.7.1	Faculdade ou obrigação do juiz.....	440
1.8	Crime de ação pública condicionada à representação da vítima	440
1.9	Quadro-resumo	441
2.	Disposição de coisa alheia como própria.....	442
2.1	Estrutura do tipo penal incriminador	442
2.2	Sujeitos ativo e passivo.....	442
2.3	Elemento subjetivo.....	442
2.4	Objetos material e jurídico.....	443
2.5	Classificação.....	443
2.6	Furto e disposição de coisa alheia como própria	443
3.	Alienação ou oneração fraudulenta de coisa própria	443
3.1	Estrutura do tipo penal incriminador	443
3.2	Sujeitos ativo e passivo.....	444
3.3	Elemento subjetivo.....	444
3.4	Objetos material e jurídico.....	444
3.5	Classificação.....	444
4.	Defraudação de penhor	445
4.1	Estrutura do tipo penal incriminador	445
4.2	Sujeitos ativo e passivo.....	445
4.3	Elemento subjetivo.....	445
4.4	Objetos material e jurídico.....	446
4.5	Classificação.....	446
5.	Fraude na entrega da coisa.....	446
5.1	Estrutura do tipo penal incriminador	446
5.2	Sujeitos ativo e passivo.....	446
5.3	Elemento subjetivo.....	446

Sumário

5.4	Objetos material e jurídico.....	447
5.5	Classificação.....	447
6.	Fraude para recebimento de indenização ou valor de seguro	447
6.1	Estrutura do tipo penal incriminador	447
6.2	Sujeitos ativo e passivo.....	448
6.3	Elemento subjetivo.....	448
6.4	Objetos material e jurídico.....	448
6.5	Classificação.....	448
7.	Fraude no pagamento por meio de cheque.....	448
7.1	Estrutura do tipo penal incriminador	448
7.2	Sujeitos ativo e passivo.....	449
7.3	Elemento subjetivo.....	449
7.4	Particularidades do estelionato por meio de cheque.....	450
7.4.1	Análise das Súmulas 246 e 554 do Supremo Tribunal Federal.....	450
7.4.2	Cheque pré-datado (pós-datado) ou dado como garantia de pagamento.....	451
7.4.3	Sustação do cheque	451
7.4.4	Cheque sem fundos emitido para pagar dívida de jogo.....	451
7.4.5	Cheque sem fundos emitido para pagar atividade de prostituição.....	452
7.4.6	Cheque sem fundos emitido em substituição de outro título de crédito.....	452
7.5	Objetos material e jurídico.....	452
7.6	Classificação.....	453
8.	Causas de aumento de pena.....	453
8.1	Princípio da insignificância no estelionato contra entidade pública....	453
8.2	Entidade de direito público.....	454
8.3	Súmula 24 do Superior Tribunal de Justiça	454
8.4	Instituto de economia popular, assistência social ou beneficência....	454
8.5	Estelionato contra idoso	454
9.	Duplicata simulada.....	454
9.1	Estrutura do tipo penal incriminador	454
9.1.1	Não correspondência à mercadoria vendida em quantidade ou qualidade ou ao serviço prestado	455
9.1.2	Não pagamento da duplicata é questão puramente civil.....	455
9.2	Sujeitos ativo e passivo.....	455
9.3	Elemento subjetivo.....	456

9.4	Objetos material e jurídico.....	456
9.5	Classificação.....	456
9.6	Figura equiparada (parágrafo único do art. 172).....	456
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	456
9.7	Quadro-resumo.....	457
10.	Abuso de incapazes	457
10.1	Estrutura do tipo penal incriminador	457
10.2	Sujeitos ativo e passivo.....	458
10.3	Elemento subjetivo.....	458
10.4	Objetos material e jurídico.....	458
10.5	Classificação.....	458
10.6	Quadro-resumo.....	459
11.	Induzimento à especulação.....	459
11.1	Estrutura do tipo penal incriminador	459
11.1.1	Jogo de tampinhas.....	460
11.2	Sujeitos ativo e passivo.....	460
11.3	Elemento subjetivo.....	461
11.4	Objetos material e jurídico.....	461
11.5	Classificação.....	461
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	462
11.6	Quadro-resumo.....	462
12.	Fraude no comércio	463
12.1	Estrutura do tipo penal incriminador	463
12.2	Sujeitos ativo e passivo.....	464
12.3	Elemento subjetivo.....	464
12.4	Objetos material e jurídico.....	464
12.5	Classificação.....	464
12.6	Figura privilegiada	465
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	465
12.7	Quadro-resumo.....	465
13.	Outras fraudes.....	466
13.1	Estrutura do tipo penal incriminador	466
13.2	Sujeitos ativo e passivo.....	467
13.3	Elemento subjetivo.....	467
13.4	Objetos material e jurídico.....	467
13.5	Classificação.....	468
13.6	Pendura.....	468
13.7	Ação penal pública condicionada	469

13.8	Perdão judicial	469
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	470
13.9	Quadro-resumo	470
14.	Fraudes e abusos na fundação ou administração de sociedade por ações....	471
14.1	Análise do núcleo do tipo	471
14.2	Sujeitos ativo e passivo.....	472
14.3	Elemento subjetivo.....	472
14.4	Objetos material e jurídico.....	472
14.5	Classificação.....	472
15.	Tipos penais subsidiários do art. 177.....	472
15.1	Falsa cotação das ações da sociedade	473
15.1.1	Estrutura do tipo penal incriminador	473
15.1.2	Sujeitos ativo e passivo.....	473
15.1.3	Elemento subjetivo.....	473
15.1.4	Objetos material e jurídico.....	473
15.1.5	Classificação.....	473
15.2	Falsa cotação das ações ou de outros títulos da sociedade	474
15.2.1	Estrutura do tipo penal incriminador	474
15.2.2	Sujeitos ativo e passivo.....	474
15.2.3	Elemento subjetivo.....	474
15.2.4	Objetos material e jurídico.....	474
15.2.5	Classificação.....	474
15.3	Empréstimo sem autorização	475
15.3.1	Estrutura do tipo penal incriminador	475
15.3.2	Sujeitos ativo e passivo.....	475
15.3.3	Elemento subjetivo.....	475
15.3.4	Objetos material e jurídico.....	475
15.3.5	Classificação.....	475
15.4	Compra ou venda de ações por conta da sociedade.....	475
15.4.1	Estrutura do tipo penal incriminador	475
15.4.2	Sujeitos ativo e passivo.....	476
15.4.3	Elemento subjetivo.....	476
15.4.4	Objetos material e jurídico.....	476
15.4.5	Classificação.....	476
15.5	Penhor ou caução de ações da sociedade.....	476
15.5.1	Estrutura do tipo penal incriminador	476
15.5.2	Sujeitos ativo e passivo.....	477
15.5.3	Elemento subjetivo.....	477

15.5.4	Objetos material e jurídico.....	477
15.5.5	Classificação.....	477
15.6	Lucros ou dividendos fictícios.....	477
15.6.1	Estrutura do tipo penal incriminador	477
15.6.2	Sujeitos ativo e passivo.....	477
15.6.3	Elemento subjetivo.....	478
15.6.4	Objetos material e jurídico.....	478
15.6.5	Classificação.....	478
15.7	Aprovação de contas ou pareceres por meio de fraudes em assembleias.....	478
15.7.1	Estrutura do tipo penal incriminador	478
15.7.2	Sujeitos ativo e passivo.....	478
15.7.3	Elemento subjetivo.....	478
15.7.4	Objetos material ou jurídico.....	479
15.7.5	Classificação.....	479
15.8	Crimes cometidos pelo liquidante da sociedade.....	479
15.8.1	Estrutura do tipo penal incriminador	479
15.8.2	Sujeitos ativo e passivo.....	479
15.8.3	Tipo penal remetido.....	479
15.9	Falsa informação ao Governo.....	479
15.9.1	Estrutura do tipo penal incriminador	479
15.9.2	Sujeitos ativo e passivo.....	479
15.9.3	Elemento subjetivo.....	479
15.9.4	Objetos material e jurídico.....	480
15.9.5	Classificação.....	480
15.10	Negociação de votos.....	480
15.10.1	Estrutura do tipo penal incriminador	480
15.10.2	Sujeitos ativo e passivo.....	481
15.10.3	Elemento subjetivo.....	481
15.10.4	Objetos material e jurídico.....	481
15.10.5	Classificação.....	481
15.11	Causa de extinção da punibilidade, prevista em norma especial.....	481
15.12	Quadro-resumo	482
16.	Emissão irregular de conhecimento de depósito ou <i>warrant</i>	483
16.1	Estrutura do tipo penal incriminador	483
16.2	Sujeitos ativo e passivo.....	484
16.3	Elemento subjetivo.....	484

16.4	Objetos material e jurídico.....	484
16.5	Classificação.....	484
16.6	Quadro-resumo.....	485
17.	Fraude à execução.....	485
17.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	485
17.2	Sujeitos ativo e passivo.....	486
17.3	Elemento subjetivo.....	486
17.4	Objetos material e jurídico.....	486
17.5	Classificação.....	486
17.6	Ação penal privada.....	487
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	487
17.7	Quadro-resumo.....	487
	<i>Resumo do capítulo</i>	488
Capítulo VII	Receptação	491
1.	Receptação.....	491
1.1	Estrutura do tipo penal incriminador e aspectos históricos.....	491
1.1.1	Conceito de coisa.....	493
1.1.2	Produto de crime.....	493
1.1.3	Receptação de receptação.....	494
1.1.4	Receptação de coisa insignificante.....	494
1.1.5	Antecedentes históricos.....	494
1.2	Sujeitos ativo e passivo.....	494
1.3	Elemento subjetivo.....	494
1.4	Objetos material e jurídico.....	495
1.5	Classificação.....	495
1.6	Receptação qualificada.....	497
1.6.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	497
1.6.2	Sujeitos ativo e passivo.....	498
1.6.3	Elemento subjetivo e aplicação da pena.....	498
1.6.4	Objetos material e jurídico.....	500
1.6.5	Classificação.....	500
1.7	Norma penal explicativa.....	501
1.8	Receptação culposa.....	501
1.8.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	501
1.8.2	Sujeitos ativo e passivo.....	502
1.8.3	Objetos material e jurídico.....	502

1.8.4	Natureza do objeto ou desproporção entre o valor e o preço....	502
1.8.5	Condição de quem a oferece.....	502
1.8.6	Deve presumir-se.....	502
1.8.7	Classificação.....	503
1.9	Receptação punível autonomamente.....	503
1.10	Autor de crime.....	503
1.11	Perdão judicial.....	506
1.12	Figura privilegiada (§ 5.º).....	506
1.13	Tipo qualificado.....	506
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	507
1.14	Quadro-resumo.....	507
2.	Receptação de animal.....	508
2.1	Estrutura do tipo incriminador.....	508
2.2	Sujeitos ativo e passivo.....	509
2.3	Elemento subjetivo.....	509
2.4	Objetos material e jurídico.....	510
2.5	Classificação.....	510
2.6	Quadro-resumo.....	510
	<i>Resumo do capítulo</i>	511
	Capítulo VIII – Imunidades	513
1.	Imunidade penal absoluta ou impunibilidade absoluta.....	513
1.1	Impossibilidade de instauração de inquérito policial.....	514
1.2	Crimes que admitem a incidência da imunidade penal absoluta.....	514
1.3	Erro quanto à propriedade do objeto material.....	514
1.4	Cônjuge na constância da sociedade conjugal (art. 181, I, do CP).....	515
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	516
1.5	Delito cometido durante o noivado, com posterior casamento.....	516
1.6	Crime cometido durante casamento depois constatado nulo.....	516
1.7	Ascendente e descendente (art. 181, II, do CP).....	517
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	517
1.8	Prova do parentesco.....	517
1.9	Crime de ação pública condicionada.....	518
1.10	Erro quanto à propriedade do objeto material.....	518
1.11	Cônjuge separado judicialmente (art. 182, I, do CP).....	518
1.12	Irmãos, legítimos ou ilegítimos (art. 182, II, do CP).....	518
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	518
1.13	Tio ou sobrinho, havendo coabitação (art. 182, III, do CP).....	519

<i>Jurisprudência selecionada</i>	519
1.14 Afastamento das imunidades (art. 183 do CP)	520
1.14.1 Roubo, extorsão ou qualquer crime em que haja violência ou grave ameaça.....	520
1.14.2 Estranho que participa do crime.....	520
1.14.3 Idoso.....	520
<i>Jurisprudência selecionada</i>	520
<i>Resumo do capítulo</i>	521

PARTE 3

CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE IMATERIAL

Capítulo I – Crimes contra a Propriedade Intelectual	525
1. Proteção constitucional	525
2. Violação de direito autoral	526
2.1 Direitos de autor	526
2.1.1 Direitos conexos aos de autor	526
2.2 Estrutura do tipo penal incriminador	527
2.3 Sujeitos ativo e passivo.....	528
2.4 Elemento subjetivo.....	528
2.5 Excludentes de tipicidade.....	528
2.6 Excludentes supralegais de tipicidade	529
<i>Jurisprudência selecionada</i>	530
2.7 Objetos material e jurídico.....	531
2.8 Classificação.....	531
2.9 Materialidade do crime	531
<i>Jurisprudência selecionada</i>	532
2.10 Elementos da figura qualificada	532
2.11 Elemento subjetivo específico da qualificadora	533
<i>Jurisprudência selecionada</i>	533
2.12 Meio ou processo de execução	533
2.13 Fonograma ou videofonograma	534
2.14 Autor, artista intérprete ou executante e produtor.....	534
2.15 Observação sobre a multa	535
2.16 A qualificadora e a pena mínima	535
2.17 Comercialização do produto	535
2.18 Sujeitos ativo e passivo.....	536

<i>Jurisprudência selecionada</i>	536
2.19 Elemento subjetivo específico.....	536
2.20 Confronto entre violação de direitos autorais e descaminho.....	537
<i>Jurisprudência selecionada</i>	537
2.21 Classificação.....	537
2.22 Violação do direito de autor por outros meios (cabo, fibra ótica, satélite, ondas)	537
2.22.1 Determinação para a destruição da produção ou reprodução criminosa.....	538
2.23 Crime de violação de direito do autor de programas produzidos para computador (<i>softwares</i>)	539
2.24 Exceções ou limitações ao direito de autor.....	539
2.25 Quadro-resumo	540
3. Ação penal.....	541
3.1 Ação penal privada (art. 186, I, do CP).....	541
3.2 Ação pública incondicionada quando houver intuito de lucro (art. 186, II, do CP).....	541
3.3 Ação pública condicionada à representação (art. 186, IV, do CP).....	542
3.4 Facilitação do procedimento.....	542
3.5 Proteção especial às entidades de direito público (art. 186, III, do CP).....	542
<i>Resumo do capítulo</i>	542

PARTE 4

CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Capítulo I – Crimes contra a Organização do Trabalho	545
1. Proteção constitucional	545
<i>Jurisprudência selecionada</i>	545
2. Crítica ao título <i>organização do trabalho</i>	546
3. Atentado contra a liberdade de trabalho.....	546
3.1 Estrutura do tipo penal incriminador	546
3.2 Sujeitos ativo e passivo.....	547
3.3 Elemento subjetivo.....	548
3.4 Objetos material e jurídico.....	548
3.5 Classificação.....	548
3.6 Competência	549
<i>Jurisprudência selecionada</i>	549

	Sumário	XLV
3.7	Quadro-resumo	549
4.	Atentado contra a liberdade de contrato de trabalho e boicotagem violenta	550
4.1	Estrutura do tipo penal incriminador	550
4.2	Sujeitos ativo e passivo	551
4.3	Elemento subjetivo	551
4.4	Objetos material e jurídico	551
4.5	Classificação	551
4.6	Competência	551
4.7	Quadro-resumo	552
5.	Atentado contra a liberdade de associação	552
5.1	Estrutura do tipo penal incriminador	552
5.2	Sujeitos ativo e passivo	553
5.3	Elemento subjetivo	553
5.4	Objetos material e jurídico	553
5.5	Classificação	553
5.6	Competência	553
5.7	Quadro-resumo	553
6.	Paralisação de trabalho, seguida de violência ou perturbação da ordem	554
6.1	Estrutura do tipo penal incriminador	554
6.2	Sujeitos ativo e passivo	555
6.3	Elemento subjetivo	555
6.4	Objetos material e jurídico	555
6.5	Classificação	555
6.6	Competência	555
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	555
6.7	Quadro-resumo	556
7.	Paralisação de trabalho de interesse coletivo	556
7.1	Estrutura do tipo penal incriminador	556
7.2	Sujeitos ativo e passivo	557
7.3	Elemento subjetivo	557
7.4	Objetos material e jurídico	557
7.5	Classificação	558
7.6	Competência	558
7.7	Quadro-resumo	558
8.	Invasão de estabelecimento industrial, comercial ou agrícola. Sabotagem	558
8.1	Estrutura do tipo penal incriminador	558
8.2	Sujeitos ativo e passivo	559

8.3	Elemento subjetivo.....	559
8.4	Objetos material e jurídico.....	559
8.5	Classificação.....	559
8.6	Competência.....	559
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	559
8.7	Quadro-resumo.....	560
9.	Frustração de direito assegurado por lei trabalhista.....	560
9.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	560
9.2	Sujeitos ativo e passivo.....	561
9.3	Elemento subjetivo.....	561
9.4	Objetos material e jurídico.....	561
9.5	Classificação.....	562
9.6	Competência.....	562
9.7	Causa de aumento.....	562
9.8	Quadro-resumo.....	564
10.	Frustração de lei sobre a nacionalização do trabalho.....	565
10.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	565
10.2	Sujeitos ativo e passivo.....	566
10.3	Elemento subjetivo.....	566
10.4	Objetos material e jurídico.....	566
10.5	Classificação.....	566
10.6	Competência.....	567
10.7	Quadro-resumo.....	567
11.	Exercício de atividade com infração de decisão administrativa.....	567
11.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	567
11.2	Sujeitos ativo e passivo.....	568
11.3	Elemento subjetivo.....	568
11.4	Objetos material e jurídico.....	568
11.5	Classificação.....	568
11.6	Competência.....	568
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	568
11.7	Quadro-resumo.....	569
12.	Aliciamento para o fim de emigração.....	569
12.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	569
12.2	Sujeitos ativo e passivo.....	569
12.3	Elemento subjetivo.....	569
12.4	Objetos material e jurídico.....	570

	Sumário	XLVII
12.5 Classificação.....		570
12.6 Competência.....		570
<i>Jurisprudência selecionada</i>		570
12.7 Quadro-resumo		571
13. Aliciamento de trabalhadores de um local para outro do território nacional....		571
13.1 Estrutura do tipo penal incriminador		571
13.2 Sujeitos ativo e passivo.....		571
13.3 Elemento subjetivo.....		571
13.4 Objetos material e jurídico.....		572
13.5 Classificação.....		572
13.6 Competência.....		572
13.7 Figura equiparada		572
13.8 Classificação.....		572
13.9 Causa de aumento da pena (art. 207, § 2.º, do CP).....		572
13.10 Quadro-resumo		572
<i>Resumo do capítulo</i>		573

PARTE 5

CRIMES CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO E CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS

Capítulo I – Crimes contra o Sentimento Religioso	579
1. Proteção constitucional	579
2. Ultraje a culto e impedimento ou perturbação de ato a ele relativo.....	579
2.1 Estrutura do tipo penal incriminador	579
2.2 Sujeitos ativo e passivo.....	580
2.3 Elemento subjetivo do tipo	580
2.4 Objetos material e jurídico.....	581
2.5 Classificação.....	581
2.6 Causa de aumento (art. 208, parágrafo único).....	582
2.7 Sistema da acumulação material	582
<i>Resumo do capítulo</i>	582
Capítulo II – Crimes contra o Respeito aos Mortos	585
1. Impedimento ou perturbação de cerimônia funerária.....	585
1.1 Estrutura do tipo penal incriminador	585
1.2 Sujeitos ativo e passivo.....	585

1.3	Elemento subjetivo do tipo.....	586
1.4	Objetos material e jurídico.....	586
1.5	Classificação.....	586
1.6	Causa de aumento.....	586
1.7	Sistema da acumulação material.....	586
1.8	Quadro-resumo.....	586
2.	Violação de sepultura.....	587
2.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	587
2.2	Sujeitos ativo e passivo.....	587
2.3	Elemento subjetivo.....	587
2.4	Objetos material e jurídico.....	588
2.5	Classificação.....	588
2.6	Violação com a finalidade de furtar.....	588
2.7	Quadro-resumo.....	588
3.	Destruição, subtração ou ocultação de cadáver.....	589
3.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	589
3.2	Sujeitos ativo e passivo.....	589
3.3	Elemento subjetivo do tipo.....	589
3.4	Erro de proibição.....	589
3.5	Objetos material e jurídico.....	589
3.6	Classificação.....	590
3.7	Confronto com a autodefesa.....	590
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	590
3.8	Quadro-resumo.....	591
4.	Vilipêndio a cadáver.....	591
4.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	591
4.2	Sujeitos ativo e passivo.....	591
4.3	Elemento subjetivo do tipo.....	592
4.4	Objetos material e jurídico.....	592
4.5	Classificação.....	592
4.6	Quadro-resumo.....	592
	<i>Resumo do capítulo</i>	593
	Referências Bibliográficas	595
	Obras do Autor	633

Guilherme de Souza Nucci

Curso de Direito Penal

vol. 3

Parte Especial
Arts. 213 a 361 do Código Penal

5.^a edição
revista, atualizada
e ampliada



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 04.03.2021
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2021 by
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Capa: Danilo Oliveira
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

Nucci. Guilherme de Souza

Curso de direito penal: parte especial arts. 213 a 361 do código penal, volume 3 / Guilherme de Souza Nucci. – 5. ed., – Rio de Janeiro: Forense, 2021.

Inclui bibliografia
ISBN 978-65-59-64016-4

1. Direito penal – Brasil. I. Título.

21-69604

CDU. 343.2(81)

Leandra Felix da Cruz Candido – Bibliotecária – CRB-7/6135

Sumário

PARTE 1

CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL

Capítulo I – Crimes contra a Liberdade Sexual	3
1. Crimes contra a dignidade sexual	3
1.1 Instinto sexual.....	5
2. Estupro.....	6
2.1 Crime hediondo	6
2.2 Estrutura do tipo penal incriminador	7
<i>Jurisprudência selecionada</i>	<i>8</i>
2.3 Estupro como crime único de condutas alternativas.....	8
<i>Jurisprudência selecionada</i>	<i>12</i>
2.4 Sujeitos ativo e passivo.....	13
2.5 Elemento subjetivo.....	14
2.6 Particularidades do crime de estupro.....	14
2.6.1 Estupro de prostituta.....	14
<i>Jurisprudência selecionada</i>	<i>15</i>
2.6.2 O cônjuge como sujeito ativo.....	16
2.6.3 Dificuldade de prova do estupro cometido pelo cônjuge	17
2.6.4 Participação e coautoria	18
2.6.5 Autoria mediata	18
2.6.6 Concurso de pessoas a distância	18

2.6.7	Conjunção carnal	18
2.6.8	Ato libidinoso e o beijo lascivo	18
2.6.9	Consumação	19
<i>Jurisprudência selecionada</i>		19
2.6.10	Estupro por inseminação artificial	20
2.6.11	Impotência sexual e estupro	20
2.6.12	Violência exercida contra pessoa diversa da vítima	22
2.6.13	Violência exercida contra coisa	22
2.6.14	(In)justiça da ameaça	23
2.6.15	Grau de resistência da vítima	24
2.6.16	Duração do dissenso da vítima	24
2.6.17	Concurso com o atentado violento ao pudor	25
2.6.18	Exame de corpo de delito	26
<i>Jurisprudência selecionada</i>		26
2.6.19	Ausência de lesões à vítima	27
2.6.20	Condenação por estupro baseada na palavra da vítima	27
<i>Jurisprudência selecionada</i>		27
2.6.21	Apoio à vítima de violência sexual	28
2.6.22	Declarações de crianças e adolescentes	28
<i>Jurisprudência selecionada</i>		29
2.7	Causa de aumento de pena trazida pela Lei dos Crimes Hediondos ...	29
2.8	Estupro e importunação sexual	29
2.8.1	Aproveitamento de situação em local apertado ou lotado	30
2.9	Distinção entre estupro e constrangimento ilegal	30
2.10	Concurso de crimes no contexto do estupro	30
2.11	Objetos material e jurídico	31
2.12	Classificação	31
2.13	Crime qualificado pelo resultado lesão grave	31
2.14	Aplicação fiel do art. 19 do Código Penal (dolo e culpa no resultado) ...	32
2.15	Qualificadora	33
2.16	Crime qualificado pelo resultado morte	33
2.17	Quadro-resumo	34
3.	Violação sexual mediante fraude	35
3.1	Estrutura do tipo penal incriminador	35
3.1.1	Confusão com o art. 217-A e cautela na aplicação do art. 215 ...	36
3.2	Sujeitos ativo e passivo	36
3.3	Elemento subjetivo	37
3.4	Objetos material e jurídico	37
3.5	Classificação	37
3.6	Aplicação da multa	37
<i>Jurisprudência selecionada</i>		37
3.7	Quadro-resumo	38
4.	Importunação sexual	38
4.1	Estrutura do tipo penal incriminador	38

4.2	Sujeitos ativo e passivo.....	39
4.3	Elemento subjetivo.....	39
4.4	Objetos material e jurídico.....	39
4.5	Classificação.....	39
4.6	Quadro-resumo	39
5.	Assédio sexual.....	40
5.1	Estrutura do tipo penal incriminador	40
5.1.1	Crítica à figura penal em face da intervenção mínima	43
5.2	Sujeitos ativo e passivo.....	44
5.3	Elemento subjetivo.....	44
5.4	Seriedade da ameaça	44
5.5	Injustiça da ameaça	45
5.6	Objetos material e jurídico.....	45
5.7	Classificação.....	45
5.8	Particularidades do crime de assédio sexual	45
5.8.1	Relação entre docente e aluno	45
5.8.2	Relação entre ministro religioso e fiel	46
5.8.3	Relação entre patrão e empregada doméstica.....	46
5.8.4	Paixão do agente pela vítima.....	46
5.9	Causas de aumento da pena	47
5.10	Veto ao parágrafo único	47
5.11	Causa específica de aumento de pena	48
5.11.1	Aumento de até um terço.....	48
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	49
5.12	Quadro-resumo	49
	<i>Resumo do capítulo</i>	50
	Capítulo I-A – Exposição da Intimidade Sexual	51
1.	Registro não autorizado da intimidade sexual.....	51
1.1	Estrutura do tipo penal incriminador	51
1.2	Sujeitos ativo e passivo.....	53
1.3	Elemento subjetivo.....	53
1.4	Objetos material e jurídico.....	53
1.5	Classificação.....	53
1.6	Excludente de ilicitude ou de culpabilidade	53
	<i>Resumo do capítulo</i>	54
	Capítulo II – Crimes Sexuais contra Vulnerável	55
1.	Estupro de vulnerável.....	55
1.1	Vulnerabilidade	55
1.1.1	Crime hediondo.....	56
1.2	Vulnerabilidade absoluta e vulnerabilidade relativa.....	56
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	59
1.3	Precedente jurisprudencial sobre presunção de violência.....	60
1.4	Estrutura do tipo penal incriminador	62

1.4.1	Erro de tipo	62
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	63
1.4.2	União estável da ofendida com o agressor	63
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	63
1.4.3	Pedofilia	64
1.5	Sujeitos ativo e passivo	65
1.6	Elemento subjetivo	65
1.7	Objetos material e jurídico	65
1.8	Classificação	65
1.9	Outras pessoas vulneráveis	65
1.10	Conflito aparente de normas	66
1.11	Enfoque especial para a pessoa incapaz de oferecer resistência	67
1.12	Crime qualificado pelo resultado lesão grave	67
1.13	Crime qualificado pelo resultado morte	67
1.14	Erro de tipo e erro de proibição	67
1.15	Lei mais gravosa e retroatividade benéfica	67
1.16	Infiltração de agentes	68
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	68
1.17	Quadro-resumo	69
2.	Mediação de vulnerável para satisfazer a lascívia de outrem	70
2.1	Estrutura do tipo penal incriminador	70
2.2	Sujeitos ativo e passivo	71
2.3	Elemento subjetivo	71
2.4	Objetos material e jurídico	71
2.5	Classificação	71
2.6	Corrupção de menores	71
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	71
2.7	Quadro-resumo	72
3.	Satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente	72
3.1	Estrutura do tipo penal incriminador	72
3.2	Sujeitos ativo e passivo	73
3.3	Elemento subjetivo	73
3.4	Objetos material e jurídico	73
3.5	Classificação	73
3.6	Distinção com o delito previsto no art. 241-D da Lei 8.069/90	74
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	74
3.7	Quadro-resumo	74
4.	Favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável	75
4.1	Estrutura do tipo penal incriminador	75
4.1.1	Exploração sexual	76
4.1.2	Confronto com o art. 244-A do Estatuto da Criança e do Adolescente	76
4.2	Sujeitos ativo e passivo	77
4.3	Elemento subjetivo	77

4.4	Objetos material e jurídico.....	77
4.5	Classificação.....	77
4.6	Finalidade de obtenção de vantagem econômica.....	77
4.7	Partícipe do favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual.....	78
4.8	Outra possibilidade de participação do favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual.....	78
4.9	Efeito da condenação.....	78
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	79
4.10	Quadro-resumo.....	79
5.	Divulgação de cena de estupro ou de cena de estupro de vulnerável, de cena de sexo ou de pornografia	80
5.1	Estrutura do tipo penal incriminador	80
5.2	Sujeitos ativo e passivo.....	81
5.3	Elemento subjetivo.....	81
5.4	Objetos material e jurídico.....	81
5.5	Classificação.....	81
5.6	Causa de aumento	81
5.7	Exclusão da ilicitude	82
5.8	Quadro-resumo	82
	<i>Resumo do capítulo</i>	83
	Capítulo III – Ação Penal e Aumento de Pena	85
1.	Ação penal.....	85
1.1	Ação penal pública.....	85
1.2	A Súmula 608 do STF	86
2.	Aumento de pena	86
	<i>Resumo do capítulo</i>	87
	Capítulo IV – Lenocínio e Tráfico de Pessoa para Prostituição ou Outra Forma de Exploração Sexual	89
1.	Conceito de lenocínio e sua decadência como controle moral	89
2.	Mediação para servir a lascívia de outrem.....	90
2.1	Estrutura do tipo penal incriminador	90
2.2	Sujeitos ativo e passivo.....	90
2.3	Elemento subjetivo.....	91
2.4	Objetos material e jurídico.....	91
2.5	Classificação.....	91
2.6	Figura qualificada do § 1.º	91
2.7	Figura qualificada pelo emprego de violência, grave ameaça ou fraude do § 2.º	92
2.8	Finalidade de lucro.....	92
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	92
2.9	Quadro-resumo	93
3.	Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual.....	93

3.1	Estrutura do tipo penal incriminador	93
3.1.1	Prostituição	94
3.1.2	Exploração sexual.....	95
3.2	Sujeitos ativo e passivo.....	95
3.3	Elemento subjetivo.....	95
3.4	Objetos material e jurídico.....	96
3.5	Classificação.....	96
3.6	Pena pecuniária	96
3.7	Figura qualificada do § 1.º.....	97
3.8	Figura qualificada pelo emprego de violência, grave ameaça, fraude ou meio similar do § 2.º.....	97
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	97
3.9	Quadro-resumo.....	97
4.	Local de exploração sexual.....	98
4.1	Estrutura do tipo penal incriminador	98
4.1.1	Prostituição e exploração sexual	100
4.1.2	Estabelecimento em que ocorra exploração sexual	102
4.1.3	Ofensa ao princípio constitucional da intervenção mínima.....	102
4.2	Sujeitos ativo e passivo.....	103
4.2.1	Diferença entre proxeneta e rufião	103
4.3	Elemento subjetivo.....	103
4.4	Objetos material e jurídico.....	104
4.4.1	Casas de massagem, motéis, hotéis de alta rotatividade, saunas, bares ou cafés, <i>drive-in</i> , boates, casas de relaxamento (<i>relax for men</i>).....	104
4.5	Classificação.....	104
4.5.1	Conflito entre habitualidade e permanência e inviabilidade da prisão em flagrante	104
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	108
4.6	Quadro-resumo	108
5.	Rufianismo	109
5.1	Conceito de rufianismo	109
5.2	Estrutura do tipo penal incriminador	109
5.3	Sujeitos ativo e passivo.....	110
5.4	Elemento subjetivo.....	110
5.5	Objetos material e jurídico.....	110
5.6	Classificação.....	110
5.7	Figura qualificada por conta da vítima ou do agente do § 1.º.....	111
5.8	Figura qualificada por conta do meio empregado do § 2.º.....	111
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	111
5.9	Quadro-resumo	112
6.	Tráfico internacional de pessoa para fim de exploração sexual.....	112
7.	Tráfico interno de pessoa para fim de exploração sexual	112
8.	Promoção de migração ilegal.....	112
8.1	Aspectos gerais	112

8.2	Estrutura do tipo penal incriminador	113
8.3	Sujeitos ativo e passivo.....	113
8.4	Elemento subjetivo.....	114
8.5	Objetos material e jurídico.....	114
8.6	Classificação.....	114
8.7	Causas de aumento de pena.....	114
8.8	Sistema da acumulação material.....	114
8.9	Quadro-resumo.....	115
	<i>Resumo do capítulo.....</i>	115
	Capítulo V – Ultraje Público ao Pudor.....	117
1.	Conceito de ultraje público ao pudor	117
2.	Ato obsceno.....	119
2.1	Estrutura do tipo penal incriminador	119
2.2	Sujeitos ativo e passivo.....	120
2.3	Elemento subjetivo.....	120
2.4	Objetos material e jurídico.....	120
2.5	Classificação.....	120
2.6	Crime impossível.....	121
2.7	A questão do beijo lascivo.....	121
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	122
2.8	Quadro-resumo.....	123
3.	Escrito ou objeto obsceno	123
3.1	Estrutura do tipo penal incriminador	123
3.2	Sujeitos ativo e passivo.....	124
3.3	Elemento subjetivo.....	124
3.4	Objetos material e jurídico.....	124
3.5	Inconstitucionalidade do art. 234.....	124
3.6	Classificação.....	125
3.7	Figuras equiparadas do parágrafo único.....	126
3.7.1	Venda, distribuição ou exposição de objeto obsceno	126
3.7.1.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	126
3.7.1.2	Sujeitos ativo e passivo	126
3.7.1.3	Elemento subjetivo	126
3.7.1.4	Objetos material e jurídico	126
3.7.1.5	Classificação	126
3.7.2	Representação teatral ou exibição cinematográfica de caráter obsceno	126
3.7.2.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	126
3.7.2.2	Sujeitos ativo e passivo	127
3.7.2.3	Elemento subjetivo	127
3.7.2.4	Objetos material e jurídico	127
3.7.2.5	Classificação	127
3.7.3	Audição ou recitação de caráter obsceno.....	127
3.7.3.1	Estrutura do tipo incriminador	127

3.7.3.2	Sujeitos ativo e passivo	127
3.7.3.3	Elemento subjetivo	127
3.7.3.4	Objetos material e jurídico	128
3.7.3.5	Classificação	128
3.8	Quadro-resumo	128
	<i>Resumo do capítulo</i>	129
Capítulo VI – Causas de Aumento e Segredo de Justiça		131
1.	Causa de aumento de pena em razão de gravidez	131
2.	Causa de aumento em face de doença sexualmente transmissível	132
3.	Segredo de justiça	132

PARTE 2

CRIMES CONTRA A FAMÍLIA

Capítulo I – Crimes contra o Casamento		135
1.	Proteção constitucional	135
2.	Bigamia	135
2.1	Conceito de bigamia	135
2.2	Estrutura do tipo penal incriminador	136
2.2.1	Exceção pluralística à teoria monística	136
2.3	Sujeitos ativo e passivo	137
2.4	Elemento subjetivo	137
2.5	Objetos material e jurídico	137
2.6	Classificação	138
2.7	Prescrição	138
2.8	Concurso de crimes	138
2.9	Bigamia e erro de proibição	138
2.10	Pena alternativa	139
2.11	Concurso de pessoas	139
2.12	Causa específica de exclusão da tipicidade	139
2.13	Princípio da intervenção mínima	139
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	139
2.14	Quadro-resumo	140
3.	Induzimento a erro essencial e ocultação de impedimento	140
3.1	Estrutura do tipo penal incriminador	140
3.2	Sujeitos ativo e passivo	141
3.3	Elemento subjetivo	141
3.4	Erro essencial	141
3.5	Impedimento matrimonial	141
3.6	Objetos material e jurídico	142
3.7	Classificação	142
3.8	Ação penal privada personalíssima	142
3.9	Condição de procedibilidade e objetiva de punibilidade	142
3.10	Quadro-resumo	143

4.	Conhecimento prévio de impedimento	143
4.1	Estrutura do tipo penal incriminador	143
4.2	Sujeitos ativo e passivo.....	144
4.3	Elemento subjetivo.....	144
4.4	Impedimento que lhe cause a nulidade absoluta	144
4.5	Objetos material e jurídico.....	144
4.6	Classificação.....	144
4.7	Quadro-resumo.....	145
5.	Simulação de autoridade para celebração de casamento	145
5.1	Estrutura do tipo penal incriminador	145
5.2	Sujeitos ativo e passivo.....	146
5.3	Elemento subjetivo.....	146
5.4	Objetos material e jurídico.....	146
5.5	Classificação.....	146
5.6	Quadro-resumo.....	147
6.	Simulação de casamento.....	147
6.1	Estrutura do tipo penal incriminador	147
6.2	Sujeitos ativo e passivo.....	148
6.3	Elemento subjetivo.....	148
6.4	Objetos material e jurídico.....	148
6.5	Classificação.....	148
6.6	Quadro-resumo.....	148
	<i>Resumo do capítulo.....</i>	149
	Capítulo II – Crimes contra o Estado de Filiação	151
1.	Registro de nascimento inexistente.....	151
1.1	Estrutura do tipo penal incriminador	151
1.2	Sujeitos ativo e passivo.....	151
1.3	Elemento subjetivo.....	151
1.4	Objetos material e jurídico.....	151
1.5	Classificação.....	152
1.6	Prescrição.....	152
1.7	Quadro-resumo.....	152
2.	Parto suposto. Supressão ou alteração de direito inerente ao estado civil de recém-nascido.....	152
2.1	Estrutura do tipo penal incriminador	152
2.2	Sujeitos ativo e passivo.....	154
2.3	Elemento subjetivo.....	154
2.4	Objetos material e jurídico.....	154
2.5	Classificação.....	154
2.6	Figura privilegiada ou perdão judicial.....	154
2.7	Prescrição	155
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	155
2.8	Quadro-resumo.....	156
3.	Sonegação de estado de filiação.....	156
3.1	Estrutura do tipo penal incriminador	156
3.2	Sujeitos ativo e passivo.....	157

3.3	Elemento subjetivo.....	157
3.4	Objetos material e jurídico.....	157
3.5	Classificação.....	157
3.6	Quadro-resumo.....	157
	<i>Resumo do capítulo</i>	158
Capítulo III – Crimes contra a Assistência Familiar		159
1.	Proteção constitucional	159
2.	Abandono material.....	159
2.1	Estrutura do tipo penal incriminador	159
2.2	Sujeitos ativo e passivo.....	161
2.3	Elemento subjetivo.....	161
2.4	Objetos material e jurídico.....	162
2.5	Classificação.....	162
2.6	Pena de multa fixada em salário mínimo.....	162
2.7	Figura equiparada	162
2.7.1	Estrutura do tipo penal incriminador	162
2.7.2	Sujeitos ativo e passivo.....	162
2.7.3	Qualquer modo	162
2.7.4	Abandono injustificado de emprego ou função.....	162
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	163
2.8	Quadro-resumo.....	163
3.	Entrega de filho menor a pessoa inidônea.....	164
3.1	Estrutura do tipo penal incriminador	164
3.2	Sujeitos ativo e passivo.....	165
3.3	Elemento subjetivo.....	165
3.4	Objetos material e jurídico.....	166
3.5	Classificação.....	166
3.6	Confronto com o art. 238 da Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente).....	166
3.7	Figuras qualificadas	166
3.7.1	Elemento subjetivo.....	166
3.7.2	Classificação.....	167
3.7.3	Confronto com o art. 239 da Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente)	167
3.8	Quadro-resumo.....	167
4.	Abandono intelectual.....	168
4.1	Estrutura do tipo penal incriminador	168
4.2	Sujeitos ativo e passivo.....	168
4.3	Elemento subjetivo.....	168
4.4	Objetos material e jurídico.....	168
4.5	Classificação.....	168
4.6	Quadro-resumo.....	169
5.	Abandono moral.....	169
5.1	Estrutura do tipo penal incriminador	169
5.2	Critério da especialidade.....	170
5.3	Sujeitos ativo e passivo.....	171

5.4	Elemento subjetivo.....	171
5.5	Objetos material e jurídico.....	171
5.6	Classificação.....	171
5.7	Quadro-resumo.....	171
	<i>Resumo do capítulo.....</i>	<i>172</i>
Capítulo IV – Crimes contra o Pátrio Poder, Tutela ou Curatela.....		175
1.	Induzimento a fuga, entrega arbitrária ou sonegação de incapazes.....	175
1.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	175
1.2	Sujeitos ativo e passivo.....	176
1.3	Elemento subjetivo.....	176
1.4	Objetos material e jurídico.....	176
1.5	Classificação.....	176
1.6	Quadro-resumo.....	177
2.	Subtração de incapazes.....	177
2.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	177
2.2	Sujeitos ativo e passivo.....	178
2.3	Elemento subjetivo.....	178
2.4	Objetos material e jurídico.....	178
2.5	Classificação.....	178
2.6	Confronto com o art. 237 da Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente).....	178
2.7	Norma explicativa.....	179
2.8	Perdão judicial.....	179
2.9	Quadro-resumo.....	179
	<i>Resumo do capítulo.....</i>	<i>180</i>

PARTE 3

CRIMES CONTRA A INCOLUMIDADE PÚBLICA

Capítulo I – Crimes de Perigo Comum.....		185
1.	Incêndio.....	185
1.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	185
1.2	Sujeitos ativo e passivo.....	187
1.2.1	Concurso de pessoas.....	187
1.3	Elemento subjetivo.....	187
1.4	Objetos material e jurídico.....	187
1.5	Classificação.....	188
1.6	Exame pericial.....	188
1.7	Concurso de crimes.....	188
1.8	Causas de aumento da pena.....	188
1.8.1	Finalidade específica.....	188
1.8.2	Razão do aumento no caso das hipóteses previstas no inciso II....	189
1.8.2.1	Casa habitada ou destinada a habitação.....	189
1.8.2.2	Edifício público ou destinado ao público.....	189

1.8.2.3	Embarcação, aeronave, comboio ou veículo de transporte coletivo	189
1.8.2.4	Estação ferroviária ou aeródromo	190
1.8.2.5	Estaleiro, fábrica ou oficina	190
1.8.2.6	Depósito de explosivo, combustível ou inflamável... ..	190
1.8.2.7	Poço petrolífero ou galeria de mineração.....	190
1.8.2.8	Lavoura, pastagem, mata ou floresta.....	190
1.9	Figura culposa.....	190
1.10	Queimada.....	190
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	191
1.11	Quadro-resumo.....	191
2.	Explosão.....	192
2.1	Estrutura do tipo penal incriminador	192
2.2	Sujeitos ativo e passivo.....	193
2.3	Elemento subjetivo.....	193
2.4	Objetos material e jurídico.....	193
2.5	Classificação.....	193
2.6	Tipo privilegiado	193
2.7	Causa de aumento.....	194
2.8	Figura culposa.....	194
2.9	Quadro-resumo.....	194
3.	Uso de gás tóxico ou asfixiante.....	195
3.1	Estrutura do tipo penal incriminador	195
3.2	Sujeitos ativo e passivo.....	196
3.3	Elemento subjetivo.....	196
3.4	Objetos material e jurídico.....	196
3.5	Classificação.....	196
3.6	Tipo culposos	196
3.7	Quadro-resumo.....	197
4.	Fabrico, fornecimento, aquisição, posse ou transporte de explosivos ou gás tóxico, ou asfixiante.....	197
4.1	Estrutura do tipo penal incriminador	197
4.2	Sujeitos ativo e passivo.....	198
4.3	Elemento subjetivo.....	198
4.4	Objetos material e jurídico.....	198
4.5	Classificação.....	198
4.6	Quadro-resumo.....	199
5.	Inundação.....	199
5.1	Estrutura do tipo penal incriminador	199
5.2	Sujeitos ativo e passivo.....	200
5.3	Elemento subjetivo.....	200
5.4	Objetos material e jurídico.....	200
5.5	Classificação.....	200
5.6	Quadro-resumo.....	201
6.	Perigo de inundação.....	201
6.1	Estrutura do tipo penal incriminador	201

6.2	Sujeitos ativo e passivo.....	202
6.3	Elemento subjetivo.....	202
6.4	Objetos material e jurídico.....	202
6.5	Classificação.....	202
6.6	Quadro-resumo	202
7.	Desabamento ou desmoroamento.....	203
7.1	Estrutura do tipo penal incriminador	203
7.2	Sujeitos ativo e passivo.....	204
7.3	Elemento subjetivo.....	204
7.3.1	Concurso de crimes pela alteração do elemento subjetivo.....	204
7.4	Objetos material e jurídico.....	204
7.5	Classificação.....	204
7.6	Figura culposa.....	204
7.7	Quadro-resumo	205
8.	Subtração, ocultação ou inutilização de material de salvamento.....	205
8.1	Estrutura do tipo penal incriminador	205
8.2	Sujeitos ativo e passivo.....	206
8.3	Elemento subjetivo.....	206
8.4	Objetos material e jurídico.....	206
8.5	Classificação.....	206
8.6	Quadro-resumo	206
9.	Formas qualificadas de crime de perigo comum	207
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	207
9.1	Quadro-resumo.....	208
10.	Difusão de doença ou praga.....	208
10.1	Confronto com o art. 61 da Lei 9.605/98.....	208
10.2	Quadro-resumo.....	208
	<i>Resumo do capítulo</i>	209

Capítulo II – Crimes contra a Segurança dos Meios de Comunicação e Transporte e Outros Serviços Públicos	213
1. Perigo de desastre ferroviário	213
1.1 Estrutura do tipo penal incriminador	213
1.2 Sujeitos ativo e passivo.....	214
1.3 Elemento subjetivo.....	215
1.4 Objetos material e jurídico.....	215
1.5 Classificação.....	215
1.6 Concurso com furto.....	215
1.7 Crime qualificado pelo resultado do § 1.º.....	215
1.8 Crime qualificado pelo resultado, com culpa, do § 2.º.....	216
<i>Jurisprudência selecionada</i>	216
1.9 Quadro-resumo.....	217
2. atentado contra a segurança de transporte marítimo, fluvial ou aéreo.....	218
2.1 Estrutura do tipo penal incriminador	218
2.1.1 Itens prejudiciais à navegação aérea.....	218

2.2	Sujeitos ativo e passivo.....	219
2.3	Elemento subjetivo.....	219
2.4	Objetos material e jurídico.....	219
2.5	Classificação.....	219
2.6	Crime qualificado pelo resultado do § 1.º.....	219
2.7	Figura qualificada do § 2.º.....	220
2.8	Crime qualificado pelo resultado do § 3.º.....	220
2.9	Quadro-resumo.....	220
3.	Atentado contra a segurança de outro meio de transporte.....	221
3.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	221
3.2	Sujeitos ativo e passivo.....	221
3.3	Elemento subjetivo.....	221
3.4	Objetos material e jurídico.....	221
3.5	Classificação.....	222
3.6	Crime qualificado pelo resultado do § 1.º.....	222
3.7	Crime qualificado pelo resultado do § 2.º.....	222
3.8	Quadro-resumo.....	222
4.	Forma qualificada remetida.....	223
4.1	Quadro-resumo.....	223
5.	Arremesso de projétil.....	223
5.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	223
5.2	Sujeitos ativo e passivo.....	224
5.3	Elemento subjetivo.....	224
5.4	Objetos material e jurídico.....	224
5.5	Classificação.....	224
5.6	Crime qualificado pelo resultado do parágrafo único.....	225
5.7	Quadro-resumo.....	225
6.	Atentado contra a segurança de serviço de utilidade pública.....	226
6.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	226
6.2	Sujeitos ativo e passivo.....	226
6.3	Elemento subjetivo.....	226
6.4	Objetos material e jurídico.....	227
6.5	Classificação.....	227
6.6	Crime qualificado pelo resultado.....	227
6.7	Quadro-resumo.....	227
7.	Interrupção ou perturbação de serviço telegráfico, telefônico, informático, telemático ou de informação de utilidade pública.....	228
7.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	228
7.2	Sujeitos ativo e passivo.....	228
7.3	Elemento subjetivo.....	229
7.4	Objetos material e jurídico.....	229
7.5	Classificação.....	229
7.6	Figura similar do § 1.º.....	229
7.6.1	Sujeitos ativo e passivo.....	229

7.6.2	Elemento subjetivo.....	229
7.6.3	Objetos material e jurídico.....	230
7.6.4	Classificação.....	230
7.6.5	Figura qualificada do § 2.º.....	230
7.7	Quadro-resumo.....	230
	<i>Resumo do capítulo.....</i>	<i>232</i>

Capítulo III – Crimes contra a Saúde Pública	235
1. Epidemia.....	235
1.1 Estrutura do tipo penal incriminador	235
1.2 Sujeitos ativo e passivo.....	236
1.3 Elemento subjetivo.....	236
1.4 Objetos material e jurídico.....	236
1.5 Classificação.....	236
1.6 Crime qualificado pelo resultado do § 1.º.....	237
1.7 Forma culposa e qualificada pelo resultado	237
1.8 Quadro-resumo.....	238
2. Infração de medida sanitária preventiva.....	238
2.1 Estrutura do tipo penal incriminador	238
2.2 Sujeitos ativo e passivo.....	240
2.3 Elemento subjetivo.....	240
2.4 Objetos material e jurídico.....	240
2.5 Classificação.....	240
2.6 Causa de aumento da pena do parágrafo único.....	241
2.7 Quadro-resumo	241
3. Omissão de notificação de doença.....	241
3.1 Estrutura do tipo penal incriminador	241
3.2 Sujeitos ativo e passivo.....	242
3.3 Elemento subjetivo.....	242
3.4 Objetos material e jurídico.....	242
3.5 Classificação.....	242
3.6 Quadro-resumo.....	243
4. Envenenamento de água potável ou de substância alimentícia ou medicinal...	243
4.1 Estrutura do tipo penal incriminador	243
4.1.1 Desproporcionalidade da pena.....	244
4.2 Sujeitos ativo e passivo.....	244
4.3 Elemento subjetivo.....	244
4.4 Objetos material e jurídico.....	244
4.5 Classificação.....	245
4.5.1 Delito que era considerado hediondo.....	245
4.6 Figura equiparada do § 1.º.....	245
4.7 Elemento subjetivo.....	245
4.8 Figura culposa.....	245
4.9 Quadro-resumo	246
5. Corrupção ou poluição de água potável.....	246

5.1	Estrutura do tipo penal incriminador	246
5.2	Sujeitos ativo e passivo.....	247
5.3	Elemento subjetivo.....	247
5.4	Objetos material e jurídico.....	247
5.5	Classificação.....	247
5.6	Forma culposa	247
5.7	Quadro-resumo.....	248
6.	Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de substância ou produtos alimentícios	248
6.1	Estrutura do tipo penal incriminador	248
6.2	Sujeitos ativo e passivo.....	249
6.3	Elemento subjetivo.....	249
6.4	Objetos material e jurídico.....	249
6.5	Classificação.....	249
6.6	Crítica à pena excessiva e desproporcional.....	249
6.7	Figura equiparada do § 1.º-A.....	250
6.7.1	Sujeitos ativo e passivo.....	250
6.7.2	Elemento subjetivo.....	250
6.7.3	Objetos material e jurídico.....	250
6.7.4	Classificação.....	250
6.8	Extensão às bebidas.....	251
6.9	Figura culposa.....	251
6.10	Quadro-resumo	251
7.	Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais.....	252
7.1	Estrutura do tipo penal incriminador	252
7.2	Sujeitos ativo e passivo.....	253
7.3	Elemento subjetivo.....	253
7.4	Objetos material e jurídico.....	253
7.5	Classificação.....	253
7.6	Crime hediondo	254
7.7	Pena desproporcional	254
7.8	Figura equiparada do § 1.º	255
7.8.1	Sujeitos ativo e passivo.....	255
7.8.2	Elemento subjetivo.....	255
7.8.3	Objetos material e jurídico.....	255
7.8.4	Classificação.....	256
7.9	Extensão do objeto e eventual lesão ao princípio da proporcionalidade... ..	256
7.10	Outra extensão relativa aos produtos	257
7.10.1	Inconstitucionalidade declarada pelo Superior Tribunal de Justiça.....	257
7.11	Forma culposa	258
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	259
7.12	Quadro-resumo	259
8.	Emprego de processo proibido ou de substância não permitida.....	260

8.1	Estrutura do tipo penal incriminador	260
8.2	Sujeitos ativo e passivo.....	261
8.3	Elemento subjetivo.....	261
8.4	Objetos material e jurídico.....	261
8.5	Classificação.....	261
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	262
8.6	Quadro-resumo.....	262
9.	Involúcro ou recipiente com falsa indicação.....	263
9.1	Estrutura do tipo penal incriminador	263
9.2	Sujeitos ativo e passivo.....	264
9.3	Elemento subjetivo.....	264
9.4	Objetos material e jurídico.....	264
9.5	Classificação.....	264
9.6	Quadro-resumo	264
10.	Produto ou substância nas condições dos dois artigos anteriores	265
10.1	Estrutura do tipo penal incriminador	265
10.2	Sujeitos ativo e passivo.....	265
10.3	Elemento subjetivo.....	265
10.4	Objetos material e jurídico.....	265
10.5	Classificação.....	265
10.6	Quadro-resumo	266
11.	Substância destinada à falsificação.....	266
11.1	Estrutura do tipo penal incriminador	266
11.2	Sujeitos ativo e passivo.....	267
11.3	Elemento subjetivo.....	267
11.4	Objetos material e jurídico.....	267
11.5	Classificação.....	267
11.6	Quadro-resumo.....	268
12.	Outras substâncias nocivas à saúde pública.....	268
12.1	Estrutura do tipo penal incriminador	268
12.2	Sujeitos ativo e passivo.....	269
12.3	Elemento subjetivo.....	269
12.4	Objetos material e jurídico.....	269
12.5	Classificação.....	269
12.6	Figura culposa.....	269
12.7	Quadro-resumo.....	269
13.	Medicamento em desacordo com receita médica	270
13.1	Estrutura do tipo penal incriminador	270
13.2	Sujeitos ativo e passivo.....	270
13.3	Elemento subjetivo.....	271
13.4	Objetos material e jurídico.....	271
13.5	Classificação.....	271
13.6	Forma culposa	271
13.7	Falha legislativa.....	271
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	271
13.8	Quadro-resumo.....	272

14. Exercício ilegal da medicina, arte dentária ou farmacêutica	273
14.1 Estrutura do tipo penal incriminador	273
14.2 Sujeitos ativo e passivo.....	273
14.3 Elemento subjetivo.....	273
14.4 Objetos material e jurídico.....	273
14.5 Classificação.....	273
14.6 Quadro-resumo	274
15. Charlatanismo.....	274
15.1 Estrutura do tipo penal incriminador	274
15.2 Sujeitos ativo e passivo.....	275
15.3 Elemento subjetivo.....	275
15.4 Objetos material e jurídico.....	276
15.5 Classificação.....	276
15.6 Quadro-resumo.....	276
16. Curandeirismo	277
16.1 Estrutura do tipo penal incriminador	277
16.2 Sujeitos ativo e passivo.....	278
16.3 Elemento subjetivo.....	278
16.4 Objetos material e jurídico.....	278
16.5 Classificação.....	278
16.6 Diferença do charlatanismo e do curandeirismo.....	278
16.7 Forma qualificada.....	279
16.8 Quadro-resumo.....	279
<i>Resumo do capítulo.....</i>	280

PARTE 4

CRIMES CONTRA A PAZ PÚBLICA

Capítulo I – Crimes contra a Paz Pública	287
1. Incitação ao crime.....	287
1.1 Estrutura do tipo penal incriminador	287
1.2 Sujeitos ativo e passivo.....	288
1.3 Elemento subjetivo.....	289
1.4 Objetos material e jurídico.....	289
1.5 Classificação.....	289
1.6 Concurso de pessoas.....	289
1.7 Quadro-resumo.....	290
2. Apologia de crime ou criminoso.....	290
2.1 Estrutura do tipo penal incriminador	290
2.2 Sujeitos ativo e passivo.....	291
2.3 Elemento subjetivo.....	291
2.4 Objetos material e jurídico.....	291
2.5 Classificação.....	291
2.6 Marchas, protestos, passeatas e outras manifestações.....	292
2.7 Quadro-resumo.....	292

3. Associação criminosa.....	293
3.1 Estrutura do tipo penal incriminador	293
3.1.1 Quadrilha ou bando.....	296
3.1.2 Finalidade específica.....	296
3.2 Sujeitos ativo e passivo.....	297
3.3 Elemento subjetivo.....	297
3.4 Objetos material e jurídico.....	297
3.5 Classificação.....	297
3.6 Prática de crime continuado.....	297
3.7 Concurso de pessoas.....	298
3.8 Concurso do crime de associação criminosa com outro delito qualificado pela mesma circunstância	298
3.9 Pena diferenciada	298
3.10 Prova autônoma dos crimes.....	299
3.11 Causa de aumento de pena do parágrafo único.....	299
3.12 Quadro-resumo.....	299
4. Constituição de milícia privada.....	300
4.1 Estrutura do tipo penal incriminador	300
4.2 Sujeitos ativo e passivo.....	300
4.3 Elemento subjetivo.....	301
4.4 Objetos material e jurídico.....	301
4.5 Classificação.....	301
4.6 Penas elevadas.....	302
4.7 Quadro-resumo.....	302
<i>Resumo do capítulo.....</i>	<i>303</i>

PARTE 5

CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA

Capítulo I – Da Moeda Falsa	307
1. Conceito de fé pública.....	307
2. Proteção internacional.....	309
3. Moeda falsa.....	309
3.1 Estrutura do tipo penal incriminador	309
3.2 Sujeitos ativo e passivo.....	310
3.3 Elemento subjetivo	310
3.4 Objetos material e jurídico.....	311
3.5 Aplicação do princípio da insignificância.....	311
3.6 Classificação.....	311
<i>Jurisprudência selecionada</i>	<i>312</i>
3.7 Figuras correlatas do § 1.º.....	312
3.7.1 Estrutura do tipo penal incriminador	312
3.7.1.1 Falsificação grosseira.....	313
3.7.2 Sujeitos ativo e passivo.....	313

3.7.3	Elemento subjetivo.....	314
3.7.4	Objetos material e jurídico.....	314
3.7.5	Classificação.....	314
<i>Jurisprudência selecionada</i>	315
3.8	Figura correlata do § 2.º.....	315
3.8.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	315
3.8.2	Sujeitos ativo e passivo.....	316
3.8.3	Elemento subjetivo.....	316
3.8.4	Objetos material e jurídico.....	317
3.8.5	Classificação.....	317
3.9	Figura qualificada do § 3.º.....	317
3.9.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	317
3.9.2	Sujeitos ativo e passivo.....	318
3.9.3	Elemento subjetivo.....	318
3.9.4	Objetos material e jurídico.....	318
3.9.5	Classificação.....	319
3.10	Figura equiparada ao § 3.º, prevista no § 4.º.....	319
3.10.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	319
3.10.2	Sujeitos ativo e passivo.....	320
3.10.3	Elemento subjetivo.....	321
3.10.4	Objetos material e jurídico.....	321
3.10.5	Classificação.....	321
3.11	Quadro-resumo.....	321
4.	Crimes assimilados ao de moeda falsa.....	322
4.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	322
4.2	Sujeitos ativo e passivo.....	323
4.3	Elemento subjetivo.....	323
4.4	Objetos material e jurídico.....	323
4.5	Classificação.....	323
4.6	Figura qualificada prevista no parágrafo único.....	324
4.7	Quadro-resumo.....	324
5.	Petrechos para falsificação de moeda.....	325
5.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	325
5.2	Sujeitos ativo e passivo.....	325
5.3	Elemento subjetivo.....	325
5.4	Objetos material e jurídico.....	325
5.5	Classificação.....	325
5.6	Delito subsidiário.....	326
5.7	Quadro-resumo.....	326
6.	Emissão de título ao portador sem permissão legal.....	327
6.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	327
6.2	Sujeitos ativo e passivo.....	328
6.3	Elemento subjetivo.....	328
6.4	Objetos material e jurídico.....	328
6.5	Classificação.....	328

	Sumário	XXXI
6.6	Figura privilegiada do parágrafo único.....	329
6.6.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	329
6.6.2	Sujeitos ativo e passivo.....	329
6.6.3	Elemento subjetivo.....	329
6.6.4	Objetos material e jurídico.....	329
6.6.5	Classificação.....	329
6.7	Quadro-resumo.....	330
	<i>Resumo do capítulo</i>	330
Capítulo II	Falsidade de Títulos e Outros Papéis Públicos	333
1.	Falsificação de papéis públicos.....	333
1.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	333
1.2	Sujeitos ativo e passivo.....	335
1.3	Elemento subjetivo.....	335
1.4	Objetos material e jurídico.....	335
1.5	Classificação.....	335
1.6	Figuras de equiparação previstas no § 1.º.....	336
1.6.1	Inciso I.....	336
1.6.1.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	336
1.6.1.2	Sujeitos ativo e passivo.....	336
1.6.1.3	Elemento subjetivo.....	336
1.6.1.4	Objetos material e jurídico.....	336
1.6.1.5	Classificação.....	336
1.6.2	Inciso II.....	337
1.6.2.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	337
1.6.2.2	Sujeitos ativo e passivo.....	337
1.6.2.3	Elemento subjetivo.....	337
1.6.2.4	Objetos material e jurídico.....	337
1.6.2.5	Classificação.....	337
1.6.3	Inciso III.....	338
1.6.3.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	338
1.6.3.2	Sujeitos do crime.....	338
1.6.3.3	Elemento subjetivo.....	338
1.6.3.4	Classificação.....	338
1.6.3.5	Excessiva cautela legislativa.....	338
1.6.3.6	Crime contra a ordem tributária.....	339
1.7	Figura prevista no § 2.º.....	339
1.7.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	339
1.7.2	Sujeitos ativo e passivo.....	339
1.7.3	Elemento subjetivo.....	339
1.7.4	Objetos material e jurídico.....	340
1.7.5	Classificação.....	340
1.7.6	Confronto com figura típica mais recente.....	340
1.8	Figura prevista no § 3.º.....	340

1.8.1	Estrutura do tipo penal incriminador	340
1.8.2	Confronto com figura típica mais recente	340
1.9	Figura prevista no § 4.º	340
1.9.1	Estrutura do tipo penal incriminador	340
1.9.2	Sujeitos ativo e passivo.....	341
1.9.3	Elemento subjetivo.....	341
1.9.4	Objetos material e jurídico.....	341
1.9.5	Classificação.....	341
1.9.6	Confronto com figura típica mais recente	341
1.10	Comércio irregular ou clandestino.....	341
<i>Jurisprudência selecionada</i>		342
1.11	Quadro-resumo.....	342
2.	Petrechos de falsificação.....	344
2.1	Estrutura do tipo penal incriminador	344
2.2	Sujeitos ativo e passivo.....	344
2.3	Elemento subjetivo.....	345
2.4	Objetos material e jurídico.....	345
2.5	Classificação.....	345
2.5.1	Fato anterior não punível	345
2.6	Confronto com lei especial	345
2.7	Causa de aumento da pena	345
2.8	Quadro-resumo.....	346
<i>Resumo do capítulo</i>		346
Capítulo III – Falsidade Documental		349
1.	Falsificação de selo ou sinal público	349
1.1	Estrutura do tipo penal incriminador	349
1.2	Sujeitos ativo e passivo.....	351
1.3	Elemento subjetivo.....	351
1.4	Objetos material e jurídico.....	351
1.5	Classificação.....	351
1.6	Figura equiparada do § 1.º	351
1.6.1	Estrutura do tipo penal incriminador	351
1.6.2	Sujeitos ativo e passivo.....	352
1.6.3	Elemento subjetivo.....	352
1.6.4	Objetos material e jurídico.....	352
1.6.5	Classificação.....	353
1.7	Causa de aumento de pena	353
1.8	Quadro-resumo.....	353
2.	Falsificação de documento público.....	354
2.1	Maior proteção aos documentos públicos	354
2.2	Estrutura do tipo penal incriminador	354
2.2.1	Documento formal e substancialmente público e formalmente público e substancialmente privado.....	356
2.2.2	Relevância jurídica do documento	356

2.2.3	Fotocópias sem autenticação	356
2.2.4	Falsidade grosseira	356
2.3	Sujeitos ativo e passivo.....	356
2.4	Elemento subjetivo.....	357
2.5	Objetos material e jurídico.....	357
2.6	Classificação.....	357
2.7	Crime de perigo abstrato.....	357
2.8	Exame de corpo de delito.....	357
2.9	Concurso de estelionato e falsidade.....	357
2.10	Concurso de falsificação e uso de documento falso.....	357
2.11	Concurso da falsidade com apropriação indébita ou outro crime patrimonial.....	358
2.12	Falsificação de certidão ou atestado emitido por escola.....	358
2.13	Causa de aumento de pena do § 1.º.....	358
2.14	Documento público por equiparação do § 2.º.....	358
2.14.1	Entidade paraestatal.....	358
2.15	Figuras equiparadas do § 3.º.....	359
2.15.1	Estrutura do tipo penal incriminador	359
2.15.1.1	Falsidade ideológica no contexto da falsidade material.....	361
2.16	Figura omissiva do § 4.º.....	361
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	362
2.17	Quadro-resumo.....	363
3.	Falsificação de documento particular.....	364
3.1	Estrutura do tipo penal incriminador	364
3.2	Sujeitos ativo e passivo.....	365
3.3	Elemento subjetivo.....	365
3.4	Potencialidade da falsidade para causar prejuízo.....	365
3.5	Objetos material e jurídico.....	365
3.6	Classificação.....	365
3.6.1	Crime de perigo abstrato.....	366
3.6.2	Documento particular por equiparação conforme parágrafo único.....	366
3.7	Quadro-resumo	366
4.	Falsidade ideológica.....	367
4.1	Estrutura do tipo penal incriminador	367
4.1.1	Documento sem assinatura.....	368
4.1.2	Contrato com “laranjas”	368
4.1.3	Petição de advogado.....	368
4.1.4	Declaração de pobreza para obter os benefícios da justiça gratuita.....	368
4.1.5	Procuração <i>ad judicium</i>	369
4.1.6	Declaração cadastral para qualquer fim.....	369
4.1.7	Laudo médico	369
4.1.8	Declaração particular prestada em cartório de notas.....	369

4.2	Sujeitos ativo e passivo.....	369
4.3	Elemento subjetivo.....	369
4.4	Objetos material e jurídico.....	369
4.5	Classificação.....	370
4.6	Diferenças entre falsidade material e ideológica.....	370
4.7	Exame pericial.....	370
4.8	Falsificação de Carteira de Trabalho e Previdência Social.....	370
4.9	Falsificação em folha de papel em branco.....	371
4.10	Causa de aumento de pena.....	371
4.11	Segunda causa de aumento de pena.....	372
4.12	Assentamento de registro civil.....	372
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	372
4.13	Quadro-resumo.....	373
5.	Falso reconhecimento de firma ou letra.....	373
5.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	373
5.2	Sujeitos ativo e passivo.....	374
5.3	Elemento subjetivo.....	374
5.4	Objetos material e jurídico.....	374
5.5	Classificação.....	374
5.6	Quadro-resumo.....	375
6.	Certidão ou atestado ideologicamente falso.....	375
6.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	375
6.2	Sujeitos ativo e passivo.....	376
6.3	Elemento subjetivo.....	377
6.4	Objetos material e jurídico.....	377
6.5	Classificação.....	377
6.6	Falsidade material de atestado ou certidão.....	377
6.6.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	377
6.6.2	Sujeitos ativo e passivo.....	377
6.6.3	Elemento subjetivo.....	377
6.6.4	Habilitação de terceira pessoa, e não do próprio agente.....	378
6.6.5	Objetos material e jurídico.....	378
6.6.6	Classificação.....	378
6.6.7	Crítica à brandura da pena.....	378
6.7	Figura qualificada.....	378
6.8	Quadro-resumo.....	379
7.	Falsidade de atestado médico.....	379
7.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	379
7.2	Sujeitos ativo e passivo.....	380
7.3	Elemento subjetivo.....	380
7.4	Objetos material e jurídico.....	380
7.5	Classificação.....	380
7.6	Crítica à brandura da pena.....	380
7.7	Figura qualificada.....	380
7.8	Quadro-resumo.....	380

8.	Reprodução ou adulteração de selo ou peça filatélica	381
8.1	Substituição.....	381
8.2	Quadro-resumo	381
9.	Uso de documento falso	382
9.1	Estrutura do tipo penal incriminador	382
9.2	Sujeitos ativo e passivo.....	382
9.3	Elemento subjetivo.....	382
9.4	Papéis constantes nos arts. 297 a 302.....	382
9.4.1	Exame de corpo de delito.....	382
9.5	Dúvida quanto à falsidade.....	383
9.5.1	Carteira de habilitação falsa.....	383
9.6	Objetos material e jurídico.....	383
9.7	Classificação.....	383
9.8	Apresentação espontânea, exigência e apreensão pela autoridade.....	383
9.9	Exigência de apresentação por autoridade incompetente.....	384
9.10	Documento falso para escapar da prisão	384
9.11	Desistência voluntária.....	384
9.12	Concurso com o crime de falsidade	384
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	385
9.13	Quadro-resumo.....	385
10.	Supressão de documento.....	386
10.1	Estrutura do tipo penal incriminador	386
10.2	Sujeitos ativo e passivo.....	386
10.3	Elemento subjetivo.....	387
10.4	Autenticidade do documento.....	387
10.5	Objetos material e jurídico.....	387
10.6	Classificação.....	387
10.7	Diferença entre supressão do documento, dano e furto	387
10.8	Diferença entre os crimes de supressão de documento e sonegação de papel ou objeto de valor probatório.....	388
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	388
10.9	Quadro-resumo.....	388
	<i>Resumo do capítulo</i>	389
Capítulo IV – Outras Falsidades		391
1.	Falsificação do sinal empregado no contraste de metal precioso ou na fiscalização alfandegária, ou para outros fins.....	391
1.1	Estrutura do tipo penal incriminador	391
1.2	Sujeitos ativo e passivo.....	392
1.3	Elemento subjetivo.....	392
1.4	Objetos material e jurídico.....	392
1.5	Classificação.....	392
1.6	Figura privilegiada do parágrafo único.....	392
1.7	Quadro-resumo.....	393
2.	Falsa identidade	393

2.1	Estrutura do tipo penal incriminador	393
2.1.1	Autodefesa	394
2.2	Sujeitos ativo e passivo.....	395
2.3	Elemento subjetivo.....	395
2.4	Objetos material e jurídico.....	395
2.5	Classificação.....	395
2.6	Delito subsidiário	395
2.7	Confronto com a contravenção penal do art. 68 do Decreto-lei 3.688/41	395
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	396
2.8	Outra forma de falsa identidade.....	396
2.8.1	Estrutura do tipo penal incriminador	396
2.8.1.1	Alteração de fotografia do documento	397
2.8.2	Sujeitos ativo e passivo.....	397
2.8.3	Elemento subjetivo.....	397
2.8.4	Objetos material e jurídico.....	398
2.8.5	Classificação.....	398
2.8.6	Delito subsidiário	398
2.9	Quadro-resumo	398
3.	Fraude de lei sobre estrangeiros	399
3.1	Estrutura do tipo penal incriminador	399
3.2	Sujeitos ativo e passivo.....	399
3.3	Elemento subjetivo.....	399
3.4	Objetos material e jurídico.....	399
3.5	Classificação.....	399
3.6	Forma qualificada prevista no parágrafo único do art. 309.....	400
3.6.1	Estrutura do tipo penal incriminador	400
3.6.2	Sujeitos ativo e passivo.....	400
3.6.3	Elemento subjetivo	400
3.6.4	Objetos material e jurídico.....	400
3.6.5	Classificação.....	400
3.7	Outra forma de fraude de lei sobre estrangeiros prevista no art. 310 do CP.....	400
3.7.1	Estrutura do tipo penal incriminador	400
3.7.2	Sujeitos ativo e passivo.....	401
3.7.3	Elemento subjetivo	401
3.7.4	Objetos material e jurídico.....	401
3.7.5	Classificação.....	401
3.8	Quadro-resumo	402
4.	Adulteração de sinal identificador de veículo automotor	402
4.1	Estrutura do tipo penal incriminador	402
4.1.1	Placa fria fornecida pelo órgão de trânsito	403
4.1.2	Falsidade grosseira com fita adesiva	403
4.2	Sujeitos ativo e passivo.....	404
4.3	Elemento subjetivo.....	404

4.4	Objetos material e jurídico.....	404
4.5	Classificação.....	404
4.6	Causa de aumento.....	404
4.7	Hipótese de participação material.....	404
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	404
4.8	Quadro-resumo.....	405
	<i>Resumo do capítulo</i>	406
Capítulo V – Fraudes em Certames de Interesse Público		409
1.	Indevida inserção no Título X (dos crimes contra a fé pública).....	409
2.	Titulação equivocada.....	410
3.	Rubrica do crime.....	410
4.	Fraudes em certames de interesse público.....	410
4.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	410
4.1.1	Cola eletrônica.....	412
4.2	Sujeitos ativo e passivo.....	413
4.3	Elemento subjetivo.....	413
4.4	Objetos material e jurídico.....	413
4.5	Classificação.....	413
4.6	Forma similar prevista no § 1.º.....	413
4.6.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	413
4.6.2	Sujeitos ativo e passivo.....	414
4.6.3	Elemento subjetivo.....	414
4.6.4	Objetos material e jurídico.....	414
4.6.5	Classificação.....	414
4.7	Forma qualificada pelo resultado prevista no § 2.º.....	414
4.8	Causa de aumento de pena prevista no § 3.º.....	415
	<i>Resumo do capítulo</i>	415

PARTE 6

CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Capítulo I – Crimes Praticados por Funcionário Público contra a Administração em Geral		419
1.	Conceito de Administração Pública.....	419
2.	Peculato.....	419
2.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	419
2.1.1	Funcionário que recebe dinheiro ou outro valor de particular e aplica na própria repartição.....	421
2.2	Sujeitos ativo e passivo.....	422
2.3	Elemento subjetivo.....	422
2.3.1	Peculato de uso.....	422
2.4	Objetos material e jurídico.....	423
2.5	Classificação.....	423
2.6	Concurso de pessoas.....	423

2.7	Aplicação da defesa preliminar	424
2.8	Estado de necessidade.....	424
2.9	Figura equiparada prevista no § 1.º	424
2.9.1	Estrutura do tipo penal incriminador	424
2.10	Peculato culposo.....	425
2.10.1	Causa de extinção da punibilidade ou de redução da pena....	425
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	426
2.11	Quadro-resumo	426
3.	Peculato mediante erro de outrem.....	427
3.1	Estrutura do tipo penal incriminador	427
3.2	Sujeitos ativo e passivo.....	429
3.3	Elemento subjetivo.....	429
3.4	Objetos material e jurídico.....	429
3.5	Classificação.....	430
3.6	Defesa preliminar	430
3.7	Quadro-resumo.....	430
4.	Inserção de dados falsos em sistema de informações.....	430
4.1	Figura semelhante ao peculato impróprio	430
4.2	Estrutura do tipo penal incriminador	431
4.3	Sujeitos ativo e passivo.....	432
4.4	Elemento subjetivo.....	432
4.5	Objetos material e jurídico.....	432
4.6	Classificação.....	432
4.7	Defesa preliminar	432
4.8	Quadro-resumo	433
5.	Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações	433
5.1	Estrutura do tipo penal incriminador	433
5.2	Sujeitos ativo e passivo.....	434
5.3	Elemento subjetivo.....	434
5.4	Objetos material e jurídico.....	434
5.5	Classificação.....	434
5.6	Defesa preliminar.....	434
5.7	Causa de aumento de pena do parágrafo único.....	434
5.8	Quadro-resumo.....	435
6.	Extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento	435
6.1	Estrutura do tipo penal incriminador	435
6.2	Sujeitos ativo e passivo.....	436
6.3	Elemento subjetivo.....	436
6.4	Objetos material e jurídico.....	436
6.5	Classificação.....	436
6.6	Delito subsidiário	437
6.7	Defesa preliminar	437
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	437
6.8	Quadro-resumo	438
7.	Emprego irregular de verbas ou rendas públicas	438

7.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	438
7.2	Sujeitos ativo e passivo.....	439
7.3	Elemento subjetivo.....	439
7.4	Objetos material e jurídico.....	439
7.5	Classificação.....	439
7.6	Defesa preliminar.....	440
7.7	Quadro-resumo.....	440
8.	Concussão.....	440
8.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	440
8.2	Sujeitos ativo e passivo.....	442
8.3	Elemento subjetivo.....	442
8.4	Objetos material e jurídico.....	442
8.5	Classificação.....	442
8.6	Prisão em flagrante.....	443
8.6.1	Flagrante e crime impossível.....	443
8.7	Defesa preliminar.....	444
8.8	Conceito de exação.....	444
8.9	Figura equiparada (art. 316, § 1.....	444
8.9.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	444
8.9.2	Sujeitos ativo e passivo.....	445
8.9.3	Elemento subjetivo.....	445
8.9.4	Objetos material e jurídico.....	445
8.9.5	Classificação.....	445
8.9.6	Defesa preliminar.....	446
8.10	Excesso de exação por desvio (art. 316, § 2.º).....	446
8.10.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	446
8.10.2	Sujeitos ativo e passivo.....	447
8.10.3	Elemento subjetivo.....	447
8.10.4	Objetos material e jurídico.....	447
8.10.5	Classificação.....	447
8.10.6	Defesa preliminar.....	447
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	447
8.11	Quadro-resumo.....	448
9.	Corrupção passiva.....	448
9.1	Introdução.....	448
9.2	Estrutura do tipo penal incriminador.....	451
9.2.1	Ausência de menção à expressão ato de ofício.....	453
9.2.2	Princípio da insignificância.....	454
9.2.3	Vantagem indevida idônea.....	454
9.2.4	Aspectos da consumação e a cifra negra da corrupção.....	454
9.2.5	Alinhamentos históricos.....	455
9.3	Sujeitos ativo e passivo.....	456
9.4	Elemento subjetivo.....	456
9.5	Objetos material e jurídico.....	456

9.6	Classificação.....	456
9.7	Concurso de pessoas.....	457
9.8	Defesa preliminar.....	457
9.9	Causa de aumento da pena o § 1.º.....	457
9.10	Figura privilegiada.....	457
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	458
9.11	Quadro-resumo.....	458
10.	Facilitação de contrabando ou descaminho.....	459
10.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	459
10.2	Sujeitos ativo e passivo.....	460
10.3	Elemento subjetivo.....	460
10.4	Objetos material e jurídico.....	460
10.5	Classificação.....	460
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	460
10.6	Defesa preliminar.....	461
10.7	Quadro-resumo.....	461
11.	Prevaricação.....	461
11.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	461
11.2	Sujeitos ativo e passivo.....	462
11.3	Elemento subjetivo.....	463
11.4	Objetos material e jurídico.....	463
11.5	Classificação.....	463
11.6	Defesa preliminar.....	463
11.7	Quadro-resumo.....	463
12.	Prevaricação em presidio do art. 319-A.....	464
12.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	464
12.2	Sujeitos ativo e passivo.....	466
12.3	Elemento subjetivo.....	467
12.4	Objetos material e jurídico.....	467
12.5	Classificação.....	467
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	467
12.6	Defesa preliminar.....	468
12.7	Quadro-resumo.....	468
13.	Condescendência criminosa.....	468
13.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	468
13.2	Sujeitos ativo e passivo.....	469
13.3	Elemento subjetivo.....	469
13.4	Objetos material e jurídico.....	470
13.5	Classificação.....	470
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	470
13.6	Defesa preliminar.....	470
13.7	Quadro-resumo.....	470
14.	Advocacia administrativa.....	471
14.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	471
14.2	Sujeitos ativo e passivo.....	472

14.3	Elemento subjetivo.....	472
14.4	Objetos material e jurídico.....	472
14.5	Classificação.....	472
14.6	Figura qualificada.....	472
14.7	Defesa preliminar.....	473
14.8	Quadro-resumo.....	473
15.	Violência arbitrária.....	473
15.1	Revogação do art. 322 pela Lei de Abuso de Autoridade.....	473
15.2	Estrutura do tipo penal incriminador.....	474
15.3	Sujeitos ativo e passivo.....	474
15.4	Elemento subjetivo.....	474
15.5	Objetos material e jurídico.....	474
15.6	Classificação.....	474
15.7	Concurso de crimes.....	475
15.8	Defesa preliminar.....	475
15.9	Quadro-resumo.....	475
16.	Abandono de função.....	475
16.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	475
16.2	Sujeitos ativo e passivo.....	476
16.3	Elemento subjetivo.....	476
16.4	Objetos material e jurídico.....	476
16.5	Classificação.....	476
16.6	Figura qualificada pelo resultado do § 1.º.....	477
16.7	Figura qualificada pelo local do § 2.º.....	477
16.8	Defesa preliminar.....	477
16.9	Quadro-resumo.....	477
17.	Exercício funcional ilegalmente antecipado ou prolongado.....	478
17.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	478
17.2	Sujeitos ativo e passivo.....	480
17.3	Elemento subjetivo.....	480
17.4	Objetos material e jurídico.....	480
17.5	Classificação.....	480
17.6	Defesa preliminar.....	481
17.7	Quadro-resumo.....	481
18.	Violação de sigilo funcional.....	481
18.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	481
18.2	Sujeitos ativo e passivo.....	482
18.3	Elemento subjetivo.....	482
18.4	Objetos material e jurídico.....	482
18.5	Classificação.....	482
18.6	Delito subsidiário.....	483
18.7	Confronto com outros tipos especiais.....	483
18.8	Figuras equiparadas previstas no § 1.º, inciso I.....	483
18.8.1	Sujeitos ativo e passivo.....	484
18.8.2	Elemento subjetivo.....	484

18.8.3	Objetos material e jurídico.....	484
18.8.4	Classificação.....	484
18.9	Figura equiparada prevista no § 1.º, inciso II.....	485
18.9.1	Sujeitos ativo e passivo.....	485
18.9.2	Elemento subjetivo.....	485
18.9.3	Objetos material e jurídico.....	485
18.9.4	Classificação.....	485
18.10	Crime qualificado pelo resultado.....	486
18.11	Defesa preliminar.....	486
18.12	Quadro-resumo.....	486
19.	Violação do sigilo de proposta de concorrência.....	487
20.	Funcionário público.....	487
20.1	Efeitos penais.....	487
20.2	Conceitos de cargo, emprego ou função pública.....	488
20.3	Podem ser considerados funcionários públicos.....	488
20.3.1	Defensor dativo em convênio com órgão estatal.....	488
20.4	Não são considerados funcionários públicos.....	489
20.5	Entidade paraestatal.....	489
20.6	Equiparação restrita ao sujeito ativo.....	489
20.7	Empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de atividade típica da Administração Pública.....	490
20.8	Causa de aumento de pena do § 2.º.....	490
20.9	Quadro-resumo.....	490
	<i>Resumo do capítulo</i>	491

Capítulo II – Crimes Praticados por Particular contra a Administração em Geral.....

1.	Usurpação de função pública.....	497
1.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	497
1.2	Sujeitos ativo e passivo.....	498
1.3	Elemento subjetivo.....	498
1.4	Objetos material e jurídico.....	498
1.5	Classificação.....	498
1.6	Figura qualificada do parágrafo único.....	498
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	499
1.7	Quadro-resumo.....	499
2.	Resistência.....	500
2.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	500
2.1.1	Roubo e resistência.....	501
2.1.2	Resistência ativa (<i>vis corporalis</i> ou <i>vis compulsiva</i>) e resistência passiva (<i>vis civilis</i>).....	501
2.1.3	Embriaguez.....	502
2.2	Sujeitos ativo e passivo.....	502
2.3	Elemento subjetivo.....	502
2.4	Objetos material e jurídico.....	502

2.5	Classificação.....	503
2.6	Figura qualificada do § 1.º	503
2.7	Sistema da acumulação material	503
2.8	Absorção do desacato e da desobediência	503
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	503
2.9	Quadro-resumo.....	504
3.	Desobediência.....	504
3.1	Estrutura do tipo penal incriminador	504
3.2	Sujeitos ativo e passivo.....	505
3.3	Elemento subjetivo	505
3.4	Objetos material e jurídico.....	506
3.5	Classificação.....	506
3.6	Pontos particulares do crime de desobediência.....	506
3.6.1	Proibição de venda e uso de bebida alcoólica em dia de eleição	506
3.6.2	Ordem emanada de juiz impedido	507
3.6.3	Inexistência de outro tipo de punição	507
3.6.4	Descumprimento das condições impostas na suspensão condicional do processo.....	508
3.6.5	Descumprimento das imposições feitas ao usuário de drogas.....	508
3.6.6	Descumprimento de medida imposta com fundamento na Lei Maria da Penha	508
3.6.7	Descumprimento de convocação de militar para depor.....	508
3.6.8	Dever da vítima de colaborar com a investigação ou processo criminal.....	508
3.6.9	Autoacusação.....	509
3.6.10	Ordem dada por autoridade (juiz criminal, delegado ou CPI) à testemunha ou ao indiciado ou réu para depor.....	509
3.6.11	Sigilo médico e recusa em fornecer dados sobre o paciente... ..	509
3.6.12	Sigilo do advogado	510
3.6.13	Identificação dactiloscópica.....	510
3.6.14	Distinção do delito de desobediência e da contravenção de recusa de dados sobre a própria identidade ou qualificação.....	511
3.6.15	Embriaguez	512
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	512
3.7	Quadro-resumo.....	512
4.	Desacato.....	513
4.1	Estrutura do tipo penal incriminador	513
4.2	Sujeitos ativo e passivo.....	514
4.2.1	Pluralidade de funcionários ofendidos.....	515
4.3	Elemento subjetivo.....	515
4.4	Objetos material e jurídico.....	515
4.5	Classificação.....	516
4.6	Concurso de crimes	516

4.7	Indiferença do ofendido	516
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	516
4.8	Quadro-resumo	517
5.	Tráfico de influência	517
5.1	Estrutura do tipo penal incriminador	517
5.2	Sujeitos ativo e passivo.....	518
5.3	Elemento subjetivo.....	519
5.4	Objetos material e jurídico.....	519
5.5	Classificação.....	519
5.6	Causa de aumento da pena nos termos do parágrafo único.....	520
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	520
5.7	Quadro-resumo	520
6.	Corrupção ativa	521
6.1	Estrutura do tipo penal incriminador	521
6.1.1	A questão referente à conduta dar.....	522
6.2	Sujeitos ativo e passivo.....	523
6.3	Elemento subjetivo.....	523
6.4	Objetos material e jurídico.....	523
6.5	Classificação.....	523
6.6	Crime bilateral	524
6.7	Aumento de pena do parágrafo único.....	524
6.8	Princípio da insignificância	524
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	524
6.9	Quadro-resumo	525
7.	Descaminho	525
7.1	Estrutura do tipo penal incriminador	525
7.2	Sujeitos ativo e passivo.....	527
7.3	Elemento subjetivo	527
7.4	Objetos material e jurídico.....	527
7.5	Classificação.....	528
7.6	Princípio da insignificância	528
7.6.1	Intervenção mínima.....	528
7.7	Habitualidade delitiva	529
7.8	Descaminho e violação de direitos autorais.....	529
7.9	Figuras típicas correlatas do § 1.º.....	529
7.9.1	Sujeitos ativo e passivo.....	530
7.9.2	Elemento subjetivo.....	530
7.9.3	Diferença entre introdução clandestina e importação fraudulenta	531
7.9.4	Classificação.....	531
7.9.5	Inciso IV do § 1.º	531
7.9.5.1	Sujeitos ativo e passivo	532
7.9.5.2	Elemento subjetivo	532
7.9.5.3	Confronto com a receptação	532
7.9.5.4	Objetos material e jurídico	532

7.9.5.5	Classificação	532
7.10	Figura de equiparação do § 2.º	532
7.10.1	Habitualidade	533
7.11	Causa de aumento do § 3.º	533
7.12	Procedimento administrativo e ação penal	533
7.13	Prova pericial	534
7.14	Crime impossível	534
<i>Jurisprudência selecionada</i>	534
7.15	Quadro-resumo	534
8.	Contrabando	535
8.1	Estrutura do tipo penal incriminador	535
8.2	Sujeitos ativo e passivo	536
8.3	Elemento subjetivo	536
8.4	Objetos material e jurídico	536
8.5	Classificação	536
8.6	Princípio da insignificância no contrabando	536
8.7	Figuras equiparadas do § 1.º	537
8.8	Confronto com a receptação	538
8.9	Figura de equiparação	538
8.10	Causa de aumento	538
<i>Jurisprudência selecionada</i>	539
8.11	Quadro-resumo	539
9.	Impedimento, perturbação ou fraude de concorrência	540
9.1	Revogação deste tipo penal pela Lei 8.666/93	540
9.2	Quadro-resumo	540
10.	Inutilização de edital ou de sinal	541
10.1	Estrutura do tipo penal incriminador	541
10.2	Sujeitos ativo e passivo	541
10.3	Elemento subjetivo	541
10.4	Objetos material e jurídico	542
10.5	Classificação	542
10.6	Quadro-resumo	542
11.	Subtração ou inutilização de livro ou documento	543
11.1	Estrutura do tipo penal incriminador	543
11.2	Sujeitos ativo e passivo	543
11.3	Elemento subjetivo	544
11.4	Objetos material e jurídico	544
11.5	Classificação	544
11.6	Crime subsidiário	544
11.7	Quadro-resumo	544
12.	Sonegação de contribuição previdenciária	545
12.1	Estrutura do tipo penal incriminador	545
12.1.1	Condição objetiva de punibilidade	545
12.2	Sujeitos ativo e passivo	545
12.3	Elemento subjetivo	545

12.4	Estrutura do tipo penal incriminador do inciso I.....	546
12.5	Objetos material e jurídico.....	547
12.6	Classificação.....	547
12.7	Figura prevista no inciso II.....	547
12.7.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	547
12.7.2	Objetos material e jurídico.....	548
12.7.3	Classificação.....	548
12.8	Figura prevista no inciso III.....	548
12.8.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	548
12.8.2	Objetos material e jurídico.....	549
12.8.3	Classificação.....	549
12.9	Competência.....	550
12.10	Causa de extinção da punibilidade.....	550
12.11	Não aplicação do art. 34 da Lei 9.249/95.....	552
12.12	Perdão judicial ou figura privilegiada.....	552
12.13	Valor devido de pouca monta.....	552
12.14	Critério para a escolha do juiz.....	553
12.15	Causa de diminuição da pena ou privilégio.....	553
12.16	Reajuste do valor de referência da folha de pagamento (§ 4.º).....	553
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	553
12.17	Quadro-resumo.....	554
	<i>Resumo do capítulo</i>	556

Capítulo III – Crimes Praticados por Particular contra a Administração Pública

Estrangeira	561
1. Origem das figuras típicas.....	561
2. Corrupção Ativa em Transação Comercial Internacional.....	562
2.1 Figura típica similar.....	562
2.2 Estrutura do tipo penal incriminador.....	562
2.3 Tipo misto alternativo.....	563
2.4 Sujeitos ativo e passivo.....	563
2.4.1 Pessoa jurídica como sujeito ativo.....	563
2.4.2 Participação.....	564
2.5 Elemento subjetivo.....	564
2.6 Objeto material e jurídico.....	564
2.7 Classificação.....	565
2.8 Não configuração de crime bilateral.....	565
2.9 Causa de aumento de pena do parágrafo único.....	566
2.10 Quadro-resumo.....	566
3. Tráfico de influência em transação comercial internacional.....	567
3.1 Figura similar.....	567
3.2 Estrutura do tipo penal incriminador.....	567
3.3 Sujeitos ativo e passivo.....	568
3.4 Elemento subjetivo.....	568

3.5	Objetos material e jurídico.....	568
3.6	Classificação.....	568
3.7	Causa de aumento de pena do parágrafo único.....	569
3.8	Quadro-resumo	569
4.	Funcionário público estrangeiro	569
4.1	Conceito de funcionário público estrangeiro	569
4.2	Cargo, emprego e função pública.....	570
4.3	Equiparações feitas pelo parágrafo único	571
4.4	Quadro-resumo.....	571
	<i>Resumo do capítulo.....</i>	<i>572</i>
	Capítulo IV – Crimes contra a Administração da Justiça.....	573
1.	Reingresso de estrangeiro expulso	573
1.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	573
1.2	Sujeitos ativo e passivo.....	574
1.3	Elemento subjetivo	574
1.4	Diferenças entre repatriação, deportação, expulsão e extradição.....	574
1.5	Objetos material e jurídico.....	576
1.6	Classificação.....	576
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	<i>576</i>
1.7	Quadro-resumo.....	576
2.	Denúncia caluniosa.....	577
2.1	Crime complexo.....	577
2.2	Estrutura do tipo penal incriminador.....	577
2.3	Sujeitos ativo e passivo.....	581
2.3.1	Autoridade que age de ofício.....	581
2.3.2	Término da investigação ou ação	581
2.3.3	Confronto da denúncia caluniosa com o delito previsto no art. 19 da Lei 8.429/92	582
2.3.4	Elemento subjetivo	582
2.3.4.1	Inocência do imputado.....	582
2.3.5	Crime impossível.....	583
2.3.6	Autodefesa de réu em processo ou indiciado em inquérito ...	583
2.3.7	O silêncio como forma de imputação.....	584
2.3.8	Conhecimento posterior da inocência do acusado	585
2.3.9	Objetos material e jurídico.....	585
2.3.10	Classificação.....	586
2.3.11	Causa de aumento de pena do § 1.º.....	586
2.3.12	Causa de diminuição da pena do § 2.º.....	586
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	<i>586</i>
2.4	Quadro-resumo.....	587
3.	Comunicação falsa de crime ou de contravenção	587
3.1	Estrutura do tipo penal incriminador	587
3.2	Sujeitos ativo e passivo.....	588

3.3	Elemento subjetivo.....	588
3.4	Ocorrência de crime diverso.....	588
3.5	Crime impossível.....	589
3.6	Objetos material e jurídico.....	589
3.7	Classificação.....	589
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	589
3.8	Quadro-resumo.....	590
4.	Autoacusação falsa	590
4.1	Estrutura do tipo penal incriminador	590
4.2	Sujeitos ativo e passivo.....	591
4.3	Direito de mentir do réu.....	591
4.4	Elemento subjetivo.....	591
4.5	Objetos material e jurídico.....	592
4.6	Classificação.....	592
4.7	Quadro-resumo.....	592
5.	Falso testemunho ou falsa perícia	593
5.1	Estrutura do tipo penal incriminador	593
5.2	Sujeitos ativo e passivo.....	595
5.3	Elemento subjetivo.....	595
5.4	Objetos material e jurídico.....	595
5.5	Classificação.....	596
5.6	Recusa da testemunha em depor.....	596
5.7	Qualificação da testemunha.....	598
5.8	Opinião da testemunha	598
5.9	Direito de se calar da testemunha	598
5.10	Compromisso da testemunha de dizer a verdade	598
5.11	Concurso de pessoas no crime de falso.....	601
5.12	Crime de bagatela.....	603
5.13	Competência para apurar o crime de falso.....	603
5.14	Causa de aumento de pena do § 1.º	604
5.15	Condição negativa de punibilidade do § 2.º	605
	5.15.1 Comunicabilidade aos coautores e partícipes	605
	5.15.2 Sentença.....	606
	5.15.3 Retratação no procedimento do júri.....	606
5.16	Condição para instauração do inquérito ou da ação pelo crime de falso	606
5.17	Atipicidade do falso dependente do caso concreto.....	606
5.18	Extinção da punibilidade por meio de <i>habeas corpus</i> de ofício	607
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	607
5.19	Quadro-resumo	608
6.	Suborno.....	608
6.1	Estrutura do tipo penal incriminador	608
6.2	Sujeitos ativo e passivo.....	609
6.3	Elemento subjetivo.....	609
6.4	Objetos material e jurídico.....	609

6.5	Classificação.....	609
6.6	Causa de aumento da pena do parágrafo único	610
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	610
6.7	Quadro-resumo.....	611
7.	Coação no curso do processo	611
7.1	Estrutura do tipo penal incriminador	611
7.2	Sujeitos ativo e passivo.....	612
7.3	Elemento subjetivo.....	612
7.4	Objetos material e jurídico.....	612
7.5	Classificação.....	612
7.6	Sistema da acumulação material	613
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	613
7.7	Quadro-resumo.....	613
8.	Exercício arbitrário das próprias razões.....	614
8.1	Estrutura do tipo penal incriminador	614
8.2	Sujeitos ativo e passivo.....	615
8.3	Elemento subjetivo.....	615
8.4	Objetos material e jurídico.....	615
8.5	Classificação.....	615
8.6	Delito de caráter subsidiário.....	615
8.7	Crime de ação pública ou privada.....	615
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	616
8.8	Quadro-resumo	616
9.	Outra forma de exercício arbitrário das próprias razões	617
9.1	Estrutura do tipo penal incriminador	617
9.2	Sujeitos ativo e passivo.....	617
9.3	Elemento subjetivo.....	617
9.4	Objetos material e jurídico.....	617
9.5	Classificação.....	617
9.6	Quadro-resumo.....	618
10.	Fraude processual.....	618
10.1	Estrutura do tipo penal incriminador	618
10.2	Sujeitos ativo e passivo.....	619
10.3	Elemento subjetivo.....	619
10.4	Objetos material e jurídico.....	619
10.5	Classificação.....	619
10.6	Causa de aumento de pena do parágrafo único	620
10.7	Autodefesa do acusado	620
10.8	Absorção por crime mais grave.....	620
10.9	Quadro-resumo.....	620
11.	Favorecimento pessoal.....	621
11.1	Estrutura do tipo penal incriminador	621
11.2	Sujeitos ativo e passivo.....	622
11.3	Elemento subjetivo.....	622
11.4	Objetos material e jurídico.....	622

11.5	Classificação.....	622
11.6	Diferença entre o favorecimento e a participação.....	622
11.7	Viabilidade do crime anterior.....	623
11.8	Exercício regular de direito.....	623
11.9	Figura privilegiada do § 1.º.....	623
11.10	Escusa absolutória (imunidade absoluta)	624
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	624
11.11	Quadro-resumo.....	624
12.	Favorecimento real.....	625
12.1	Estrutura do tipo penal incriminador	625
12.2	Sujeitos ativo e passivo.....	626
12.3	Elemento subjetivo.....	626
12.4	Objetos material e jurídico.....	626
12.5	Classificação.....	627
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	627
12.6	Quadro-resumo.....	627
13.	Favorecimento real em presídio	628
13.1	Estrutura do tipo penal incriminador	628
13.2	Sujeitos ativo e passivo.....	629
13.3	Elemento subjetivo.....	629
13.4	Objetos material e jurídico.....	629
13.5	Classificação.....	629
13.6	Particularidades.....	629
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	630
13.7	Quadro-resumo.....	630
14.	Exercício arbitrário ou abuso de poder	631
15.	Fuga de pessoa presa ou submetida a medida de segurança	631
15.1	Estrutura do tipo penal incriminador	631
15.2	Sujeitos ativo e passivo.....	632
15.3	Elemento subjetivo.....	632
15.4	Objetos material e jurídico.....	632
15.5	Classificação.....	632
15.6	Figura qualificada do § 1.º	632
15.7	Concurso de crimes e sistema da acumulação material.....	632
15.8	Figura qualificada do § 3.º	632
15.9	Forma culposa	633
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	633
15.10	Quadro-resumo.....	633
16.	Evasão mediante violência contra pessoa.....	634
16.1	Estrutura do tipo penal incriminador	634
16.2	Sujeitos ativo e passivo.....	635
16.3	Elemento subjetivo.....	635
16.4	Objetos material e jurídico.....	635
16.5	Classificação.....	635
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	635

16.6	Quadro-resumo.....	636
17.	Arrebatamento de preso.....	636
17.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	636
17.2	Sujeitos ativo e passivo.....	637
17.3	Elemento subjetivo.....	637
17.4	Objetos material e jurídico.....	637
17.5	Classificação.....	637
17.6	Quadro-resumo.....	638
18.	Motim de presos.....	638
18.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	638
18.2	Sujeitos ativo e passivo.....	639
18.3	Elemento subjetivo.....	639
18.4	Objetos material e jurídico.....	639
18.5	Classificação.....	639
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	640
18.6	Quadro-resumo.....	640
19.	Patrocínio infiel.....	641
19.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	641
19.2	Sujeitos ativo e passivo.....	642
19.3	Elemento subjetivo.....	642
19.4	Consentimento do ofendido.....	642
19.5	Objetos material e jurídico.....	642
19.6	Classificação.....	642
19.7	Patrocínio simultâneo ou tergiversação.....	643
19.7.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	643
19.7.2	Sujeitos ativo e passivo.....	643
19.7.3	Elemento subjetivo.....	643
19.7.4	Classificação.....	643
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	643
19.8	Quadro-resumo.....	644
20.	Sonegação de papel ou objeto de valor probatório.....	644
20.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	644
20.2	Sujeitos ativo e passivo.....	645
20.3	Elemento subjetivo.....	645
20.4	Restituição dos autos, documento ou objeto antes de a denúncia ser oferecida.....	645
20.5	Objetos material e jurídico.....	645
20.6	Classificação.....	645
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	646
20.7	Quadro-resumo.....	646
21.	Exploração de prestígio.....	647
21.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	647
21.2	Sujeitos ativo e passivo.....	648
21.3	Elemento subjetivo.....	648
21.4	Objetos material e jurídico.....	648

21.5	Classificação.....	648
21.6	Causa de aumento da pena do parágrafo único.....	648
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	648
21.7	Quadro-resumo	649
22.	Violência ou fraude em arrematação judicial.....	649
22.1	Estrutura do tipo penal incriminador	649
22.2	Sujeitos ativo e passivo.....	650
22.3	Elemento subjetivo.....	650
22.4	Objetos material e jurídico.....	650
22.5	Classificação.....	650
22.6	Concurso de crimes e sistema de acumulação material.....	650
22.7	Quadro-resumo	651
23.	Desobediência a decisão judicial sobre perda ou suspensão de direito	651
23.1	Estrutura do tipo penal incriminador	651
23.2	Sujeitos ativo e passivo.....	652
23.3	Elemento subjetivo.....	652
23.4	Objetos material e jurídico.....	652
23.5	Classificação.....	652
23.6	Descumprimento de pena alternativa	652
23.7	Suspensão condicional do processo.....	652
23.8	Afastamento do cônjuge do lar.....	653
23.9	Suspensão ou proibição de dirigir veículos.....	653
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	653
23.10	Quadro-resumo	653
	<i>Resumo do capítulo</i>	654
	Capítulo V - Crimes contra as Finanças Públicas	661
1.	Fundamento constitucional	661
2.	Contratação de operação de crédito	663
2.1	Estrutura do tipo penal incriminador	663
2.2	Sujeitos ativo e passivo.....	665
2.2.1	Presidente da República.....	665
2.2.2	Prefeito Municipal.....	665
2.3	Elemento subjetivo.....	665
2.4	Objetos material e jurídico.....	665
2.5	Classificação.....	665
2.6	Figuras equiparadas do parágrafo único.....	666
2.7	Norma penal em branco.....	666
2.8	Dívida consolidada cujo montante ultrapassa o limite legal	666
2.9	Quadro-resumo	667
3.	Inscrição de despesas não empenhadas em restos a pagar	668
3.1	Estrutura do tipo penal incriminador	668
3.2	Sujeitos ativo e passivo.....	669
3.3	Elemento subjetivo.....	669
3.4	Objetos material e jurídico.....	669

3.5	Classificação.....	669
3.6	Quadro-resumo.....	670
4.	Assunção de obrigação no último ano do mandato ou legislatura.....	670
4.1	Estrutura do tipo penal incriminador	670
4.2	Sujeitos ativo e passivo.....	672
4.3	Elemento subjetivo.....	672
4.4	Objetos material e jurídico.....	672
4.5	Classificação.....	672
4.6	Exclusão de responsabilidade	673
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	673
4.7	Quadro-resumo.....	674
5.	Ordenação de despesa não autorizada.....	674
5.1	Estrutura do tipo penal incriminador	674
5.2	Sujeitos ativo e passivo.....	676
5.3	Elemento subjetivo.....	676
5.4	Objetos material e jurídico.....	676
5.5	Classificação.....	676
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	677
5.6	Quadro-resumo	677
6.	Prestação de garantia graciosa.....	678
6.1	Estrutura do tipo penal incriminador	678
6.2	Sujeitos ativo e passivo.....	678
6.3	Elemento subjetivo.....	679
6.4	Objetos material e jurídico.....	679
6.5	Classificação.....	679
6.6	Quadro-resumo.....	679
7.	Não cancelamento de restos a pagar	680
7.1	Estrutura do tipo penal incriminador	680
7.2	Sujeitos ativo e passivo.....	680
7.3	Elemento subjetivo.....	681
7.4	Objetos material e jurídico.....	681
7.5	Classificação.....	681
7.6	Quadro-resumo.....	681
8.	Aumento de despesa total com pessoal no último ano do mandato ou legislatura	682
8.1	Estrutura do tipo penal incriminador	682
8.2	Sujeitos ativo e passivo.....	684
8.3	Elemento subjetivo.....	684
8.4	Objetos material e jurídico.....	684
8.5	Classificação.....	684
8.6	Quadro-resumo.....	685
9.	Oferta pública ou colocação de títulos no mercado	685
9.1	Estrutura do tipo penal incriminador	685
9.2	Sujeitos ativo e passivo.....	686
9.3	Elemento subjetivo.....	686

9.4	Objetos material e jurídico.....	686
9.5	Classificação.....	686
9.6	Quadro-resumo.....	687
	<i>Resumo do capítulo.....</i>	<i>688</i>
	Referências Bibliográficas.....	691
	Obras do Autor.....	729
	Anexo - Comentários ao Projeto de Lei 4.253/2020 do Senado Federal.....	731